

The logo for IGEPE, featuring a stylized 'I' with a red flame-like shape above it, followed by the letters 'GEPE' in a bold, blue, sans-serif font.

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

A photograph of a multi-story yellow building with white arched balconies. A flagpole with the flag of the State of São Paulo is positioned in front of the building. The sky is clear and blue. The building has several windows and air conditioning units are visible on the balconies.

IGEPE INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

RELATÓRIO E CONTAS

CONSOLIDADAS DO SEE

2020



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO DE 2020

ÍNDICE

MENSAGEM DA PCA	I
NOTAS DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO DO PELOURO DE CONTROLO DE EMPRESAS	IV
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	VIII
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	IX
SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO EM NÚMEROS	XI
SUMÁRIO EXECUTIVO	XIII
1 INTRODUÇÃO	1
2 CONJUNTURA MACROECONÓMICA	4
2.1 CONJUNTURA EXTERNA	4
2.2 CONJUNTURA INTERNA	6
3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
3.1 METODOLOGIA E PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	10
3.2 ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	18
3.3 RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS	34
3.4 DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO AGREGADO	35
4 CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA	42
4.1 RECEITA E DESPESA FISCAL	42
4.2 BENEFÍCIOS SOCIAIS	45
5 ENDIVIDAMENTO	48
5.1 COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DO SEE	51
5.2 SERVIÇO DA DÍVIDA	56
5.3 DÍVIDA DÍVIDA GARANTIDA PELO ESTADO	57
5.4 NOVOS EMPRÉSTIMOS	59
6 DIVIDENDOS	62
7 CONCLUSÕES	66
8 DESAFIOS	70
9 APROVAÇÃO DO RELATÓRIO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	72
10 EVENTOS SUBSEQUENTES AO RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2020	74
11 ANEXOS	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2020 (em MT)	19
Tabela 2 - Demonstração de Resultados Consolidada em 31 de Dezembro de 2020 (em MT)	27
Tabela 3 - Indicadores Económico – Financeiros	34
Tabela 4 - Resultados por Tipo de Empresa.....	36
Tabela 5 - Resultados por Importância Estratégica (em MT)	38
Tabela 6 - Empresas Beneficiárias de Aportes de Capital (em MT)	44
Tabela 7 - Empréstimos Directos ou de Retrocessão.....	51
Tabela 8 - Dívida de Curto e de Longo Prazo.....	53
Tabela 9 - Empresas Beneficiárias do Financiamento de Curto Prazo	54
Tabela 10 - Dívida por Origem	54
Tabela 11 - Prestações em Mora.....	57
Tabela 12 - Finalidade de Novos Empréstimos.....	60
Tabela 13 -Dividendos das Participações Financeiras (em MT).....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das Empresas por Sector de Actividade.....	15
Gráfico 2 - Capital Social por Sector de Actividade (em milhões de MT e %)	16
Gráfico 3 – Activo Total (em milhões de MT).....	20
Gráfico 4 - Activo Não -Corrente vs Corrente (em milhões de MT).....	21
Gráfico 5 - Activo Tangível por Sector de Actividade (em milhões de MT)	22
Gráfico 6 - Composição do Activo Tangível (em milhões de MT).....	22
Gráfico 7 – Passivo Total (em milhões de MT)	23
Gráfico 8 - Passivo não-Corrente vs Corrente (em milhões de MT).....	24
Gráfico 9 - Capitais Próprios (em milhões de MT)	25
Gráfico 10 - Composição dos Proveitos 2020 (em MT)	28
Gráfico 11 - Composição das Vendas (em milhões de MT e %).....	29
Gráfico 12 - Volume de Vendas por Sector de Actividade (em milhões de MT).....	30
Gráfico 13 - Estrutura de Custos (em milhões de MT).....	31
Gráfico 14 - Contribuição para a Receita Fiscal (em milhões de MT)	42
Gráfico 15 - Subsídios do Governo (em milhões de MT e %)	43
Gráfico 16 - Estrutura de Custos com Bens e Serviços (em MT).....	45
Gráfico 17 - <i>Stock</i> da Dívida por Tipo de Empresa (em milhões de MT)	48
Gráfico 18 - Principais Beneficiários de Financiamento.....	49
Gráfico 19 – 05 Principais Credores	50
Gráfico 20 - 05 Principais Credores Excl. Concessionárias da ENH (em milhões de MT e %).....	51
Gráfico 21 - <i>Stock</i> da Dívida por Tipo de Empréstimo	52
Gráfico 22 - Beneficiários dos Empréstimos via Acordos de Retrocessão	53
Gráfico 23 - Dívida por Origem: Doméstica e Externa (em milhões de MT).....	55
Gráfico 24 - Serviço da Dívida.....	56
Gráfico 25 - Dívida Garantida pelo Estado	58
Gráfico 26 - Tipos de Garantia Emitidas	59
Gráfico 27 - Dividendos SEE + Minoritárias (em milhões MT e %).....	62
Gráfico 28 – Dividendos SEE (em milhões MT e %)	63

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ADM – Aeroportos de Moçambique

BdPES – Balanço do Plano Económico e Social

BNI – Banco Nacional de Investimentos

CFM – Caminhos-de-Ferro de Moçambique

DOMUS – Sociedade de Gestão Imobiliária

EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

EDM – Electricidade de Moçambique

EMEM – Empresa Moçambicana de Exploração Mineira

EMODRAGA – Empresa Moçambicana de Dragagens

EMOSE – Empresa Moçambicana de Seguros

ENH – Empresa Nacional de Hidrocarbonetos

ENPCT – Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia

EUA – Estados Unidos da América

EUR – Euro

FARMAC – Farmácias de Moçambique

FMI - Fundo Monetário Internacional

HICEP - Hidráulica de Chókwè

IGEPE – Instituto de Gestão das Participações do Estado

INM – Imprensa Nacional de Moçambique

INSS – Instituto Nacional de Segurança Social

IRPC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas

IRPS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LAM – Linhas Aéreas de Moçambique

MT - Meticais

NIRF - Normas Internacionais de Relato Financeiro

PETROMOC – Petróleos de Moçambique

PIB – Produto Interno Bruto

RAI – Resultado Antes de Impostos

RBL - Regadio do Baixo Limpopo

RM – Rádio Moçambique

SEE – Sector Empresarial do Estado

SMM – Sociedade Moçambicana de Medicamentos

STEMA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

TMCEL – Moçambique Telecom

TVM – Televisão de Moçambique

USD – Dólar dos Estados Unidos

WEO – *World Economic Outlook*

ZAR – Rand Sul Africano

FICHA TÉCNICA

Título:

Relatório e Contas Consolidadas do Sector Empresarial do Estado de 2020

Propriedade:

Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)

Edição:

Direcção de Investimentos

Supervisão e Coordenação Geral:

Ana Isabel Senda Coanai - Presidente do Conselho de Administração

Raimundo Matule - Administrador Executivo para o Pelouro de Controlo de Empresas

Coordenação Técnica:

Roberto de Sousa - Director de Investimento

Jacinto Uqueio - Director de Controlo de Participações

Redacção:

Ailton José, Xavier Mutolo e Elídio Matimbe

Aprovação:

Conselho de Administração

Endereço:

Instituto de Gestão das Participações do Estado

Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique

Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643

Fax: +258 21 485 641

Email: inf@igepe.org.mz



MENSAGEM DA PCA



Caro leitor,

O Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), criado pelo Decreto nº 46/2001, de 21 de dezembro, do Conselho de Ministros, completou recentemente 20 anos de existência. No quadro da comemoração dessa efeméride, apresentamos, pela primeira vez no país, o “Relatório e Contas Consolidadas do Sector Empresarial do Estado de 2020”.

Este relatório é o culminar do trabalho que tem vindo a ser realizado pelos diversos Conselhos de Administração do IGEPE. Efectivamente, no âmbito das suas atribuições e competências, o mandato do primeiro Conselho de Administração do IGEPE (março de 2002 a março de 2006) concentrou-se na implantação institucional, saneamento de passivos laborais, alienação do património das empresas intervencionadas e privatizadas.

O segundo mandato (2006 a 2009) consolidou institucionalmente o IGEPE e centrou-se na elaboração do

plano estratégico, definição da política de investimentos e introdução de regras de governação corporativa nas empresas.

O terceiro mandato (2009 a 2012) introduziu o processo de certificação de qualidade das empresas e a criou o Banco Nacional de Investimento (BNI).

O quarto mandato (2012 a 2015) centrou a sua acção na elaboração da política de investimentos, do manual de governação corporativa do IGEPE e no mapeamento do perfil de liderança dos membros do Conselho de Administração.

O quinto mandato (2016 a 2020) concentrou-se na reestruturação do Sector Empresarial do Estado (SEE), revisão do quadro legal do SEE, consolidação dos mecanismos de supervisão e controlo das empresas, redução do risco fiscal e aumento das receitas de capital.

Assim, com base nas prioridades de cada mandato e no contexto específico em que cada mandato decorreu, é perceptível o sentido de

continuidade e de desenvolvimento da instituição.

Nesse contexto, no quinto mandato o IGEPE introduziu profundas reformas na gestão do SEE; destaca-se nesse processo a aprovação e implementação da Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, e do respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 10/2019, de 26 de Fevereiro, que corporizam um novo paradigma de gestão do sector. Efectivamente, esta legislação, que enforma a gestão das empresas do SEE, consagra a supervisão e controlo das empresas públicas pelo IGEPE (para além das empresas participadas), uniformiza os modelos de governação corporativa, introduz a obrigatoriedade de assinatura de contratos de gestão e de mandato com os gestores, introduz o princípio de limites de endividamento, clarifica os princípios que regem o processo de aquisições, introduz instrumentos de gestão obrigatórios e obriga à elaboração e publicação do relatório e contas consolidadas.

Assim, é com inusitado regozijo que o IGEPE tem a honra de apresentar, pela primeira vez na história do país, o Relatório e Contas Consolidadas do SEE de 2020. Mais do que a conformidade com a lei, a

apresentação deste relatório representa o compromisso do IGEPE em relação à transparência, boa governação e prestação de contas, em linha com as melhores práticas de governação corporativa internacionalmente aceites.

Este relatório destaca que, apesar de uma conjuntura económica interna e externa desafiante, as empresas do SEE e as participações financeiras minoritárias geridas pelo IGEPE apresentaram, em 2020, resultados encorajadores. Efectivamente, comparativamente a 2019, o activo total do SEE atingiu os 734,9 mil milhões de Meticais, representando um crescimento de 18,9%; comparativamente a 2019, o investimento alcançou os 568,7 mil milhões de MT, o volume de negócios atingiu os 122,9 mil milhões de MT, o emprego cifrou-se em 19.387 trabalhadores, com um volume de gastos com o pessoal de 24,4 mil milhões de MT (crescimento de 8,9%), o EBITDA foi de 32,8 mil milhões de MT (crescimento de cerca de 15%), o resultado operacional cresceu em 61,4%, atingindo os 12,4 mil milhões de MT, as empresas pagaram de impostos ao Estado 9,6 mil milhões de MT (20,8% de crescimento), o endividamento alcançou os 283,9 mil milhões de MT e

os dividendos atingiram os 6,3 mil milhões de MT (crescimento de 207,2%).

Estes resultados, sendo encorajadores, mostram que há ainda um longo caminho a percorrer para explorarmos todo o potencial de que o sector se reveste; assim, continuaremos a implementar a reestruturação das empresas, em linha com as prioridades estratégicas que definimos, incluindo através da alienação de empresas e participações sociais não estratégicas e a redução da participação social do Estado em empresas que operam em mercados concorrenciais; nesse processo, a reestruturação financeira de empresas estratégicas, em particular as de infraestruturas, tendo principalmente em vista resolver o endividamento das empresas do sector e reduzir o risco fiscal, continuará a ser uma prioridade.

Temos consciência que o presente relatório ainda carece de melhorias, em particular no que se refere à acurácia dos procedimentos de consolidação e à auditoria das

demonstrações financeiras consolidadas; para tal, é crucial que continuemos a investir nos sistemas técnicos e tecnológicos de consolidação de contas e na formação e treinamento dos técnicos do IGEPE e das empresas do sector.

Este relatório é também seu, porque afinal o accionista das empresas do SEE é o cidadão. Estamos convictos que há espaço para a melhoria deste tipo de relatórios. Contamos elaborar e publicar anualmente os relatórios e contas consolidadas dos exercícios económicos seguintes, cada vez mais qualitativamente melhorados, particularmente em termos da sua qualidade técnica. Para tal contamos também com o seu apoio, honrando-nos com a sua avaliação crítica deste relatório e apresentando-nos as suas críticas e sugestões de melhoria, caso o julgue pertinente, através dos nossos contactos públicos.

Contamos consigo no desiderato de fortalecermos, cada vez mais, a transparência e a prestação de contas no SEE.

Boa leitura.

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente do Conselho de Administração

NOTAS DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO DO PELOURO DE CONTROLO DE EMPRESAS



“A jornada de mil quilómetros começa com o primeiro passo”

(O Rei Leão 3: Hakuna Matata)

O Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) caracteriza-se por algumas peculiaridades: se por um lado é uma instituição de administração indirecta do Estado, com funções de gestão, coordenação, controlo e supervisão do Sector Empresarial do Estado (SEE), incluindo o exercício da função accionista em nome do Estado, por outro detém participações sociais próprias em diversas empresas, que integram o seu capital estatutário, nas quais também tem que exercer a função de supervisão e controlo. No que se refere às funções de supervisão e controlo, tem funções que se assemelham às de uma *holding*, definida esta como empresa que detém a posse maioritária de acções de outras empresas, geralmente denominadas subsidiárias, centralizando o controlo sobre elas, e como tal, precisa de

consolidar as suas contas. Neste sentido, é subsumível que existe um “Grupo IGEPE”, composto por empresas públicas, empresas exclusiva e maioritariamente detidas pelo Estado e empresas minoritárias.

É dessa qualidade do IGEPE que emerge a necessidade de consolidação de contas; no geral, esta surge em resposta às crescentes necessidades em matéria de relato financeiro, no contexto das profundas alterações ocorridas nos últimos anos na conjuntura económica e financeira global e que se traduzem, designadamente, por i) Concentração de actividades empresariais ao nível nacional, regional e mundial, ii) Regionalização e globalização dos mercados financeiros e das bolsas de valores, iii) Liberalização do comércio e globalização da economia, e iii) Internacionalização das empresas,

criação de subsidiárias, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos e alianças estratégicas.

No caso do IGEPE essa necessidade está consagrada na Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, e no respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 10/2019, de 26 de Fevereiro.

A consolidação de contas é um processo contabilístico que permite agregar as demonstrações financeiras das diversas empresas do mesmo grupo empresarial numa única entidade (a empresa líder do grupo). Devido à possibilidade de existência de transações entre as empresas do grupo, à existência de participações de capital cruzadas e de diferentes percentagens do capital detido, o processo de consolidação de contas do “Grupo IGEPE” é extremamente complexo. Essa complexidade é inclusivamente exacerbada pelo próprio processo de reestruturação empresarial, que inclui fusões (como é o caso das antigas Mcel e TDM, de cuja fusão surgiu a Tmcel), concentração de actividades empresariais como a junção de entidades ou actividades empresariais separadas numa única entidade que relata, alienação de participações sociais (por exemplo, da MEDIMOC), extinção e liquidação de empresas (vide

o caso da Correios, E.P. e da EMEM, S.A.), participações cruzadas (como é o caso da CMG, S.A. e da CMH, S.A.) e a aquisição de participações sociais (com controlo ou não) por empresas do SEE.

A despeito dessa complexidade e da nossa inexperiência prática em matérias de consolidação de contas, demos o primeiro passo, com a elaboração e apresentação pública deste primeiro “Relatório e Contas do Sector Empresarial do Estado de 2020”. Este relatório traz ao de cima algumas características interessantes do SEE:

- a. Em 2020 o IGEPE geria empresas com um capital social agregado avaliado em 91.441 milhões de MT (9% do PIB nacional), do qual as empresas públicas detinham 67% (61.337 milhões de MT) do total (6% do PIB);
- b. Nesse exercício económico o IGEPE geria um SEE que opera em praticamente todas as áreas da economia nacional, cujo activo total estava avaliado em 734.894 milhões de MT (9.811 milhões de US\$), que correspondem a 75% do PIB; se a este valor se adicionar o activo das empresas minoritárias, na proporção do capital nelas detido pelo Estado, o activo do “Grupo IGEPE” atinge os 807,52 mil

- milhões de MT (10.780 milhões de US\$, ou 82% do PIB);
- c. Os fundos próprios do “Grupo IGEPE” atingem os 294.257,28 milhões de MT, dos quais 194.140,25 milhões de MT são do SEE (66%);
 - d. O SEE arrecadou proveitos no valor de 140.517 milhões de MT (1.876 milhões de US\$), equivalentes a 14% do PIB. Deste montante, as vendas de bens e serviços foram de 122.873 milhões de MT (1.640 milhões de US\$ e 13% do PIB). Daquele valor, as transacções entre as empresas do SEE totalizaram 3.303 milhões de MT (2,35%, 44 milhões de US\$); refira-se que estas transacções inter-empresas do SEE são excluídas da consolidação de contas, nos termos das regras e procedimentos de consolidação. Os custos operacionais do SEE situaram-se em 110.449 milhões de MT (11% do PIB).
 - e. Os resultados operacionais cifraram-se em 12,42 mil milhões de MT, enquanto que o resultado líquido global alcançou os 1,87 mil milhões de MT, correspondentes a um crescimento de 25,5%; este resultado foi determinado i) pelo resultado líquido negativo das

empresas públicas, no valor de 6,8 mil milhões de MT, entretanto compensado pelo resultado líquido positivo de ii) 252,3 milhões de MT das empresas maioritária e exclusivamente participadas pelo Estado e de iii) 8,4 mil milhões de MT das empresas minoritárias. Estes resultados permitiram ao “grupo IGEPE” canalizar aos cofres do Estado 6,28 mil milhões de MT sob a forma de dividendos.

- f. Não negligenciável é a contribuição para o Estado de 15,9 mil milhões de MT em sede de impostos diversos, com destaque para o IRPC (4,2 mil milhões de MT) e para o IRPS (3,8 mil milhões de MT).

Se estes resultados são encorajadores, mostram também o enorme potencial que as empresas representam para a economia nacional; daí que subsiste o desafio de transformar esse potencial em realidade. Nesse contexto, as prioridades do mandato de 2021 a 2024, em particular a continuidade da reestruturação do SEE, a consolidação dos mecanismos de supervisão e controlo e a redução do risco fiscal, a par do rigor, transparência e prestação de contas, constituem instrumentos importantes em que continuará a

assentar a materialização desse potencial.

A "pedra de toque" para tal, é anualmente termos uma imagem real da trajectória de desenvolvimento das empresas, rumo à sustentabilidade do sector empresarial do Estado. É por isso que este relatório é o começo de

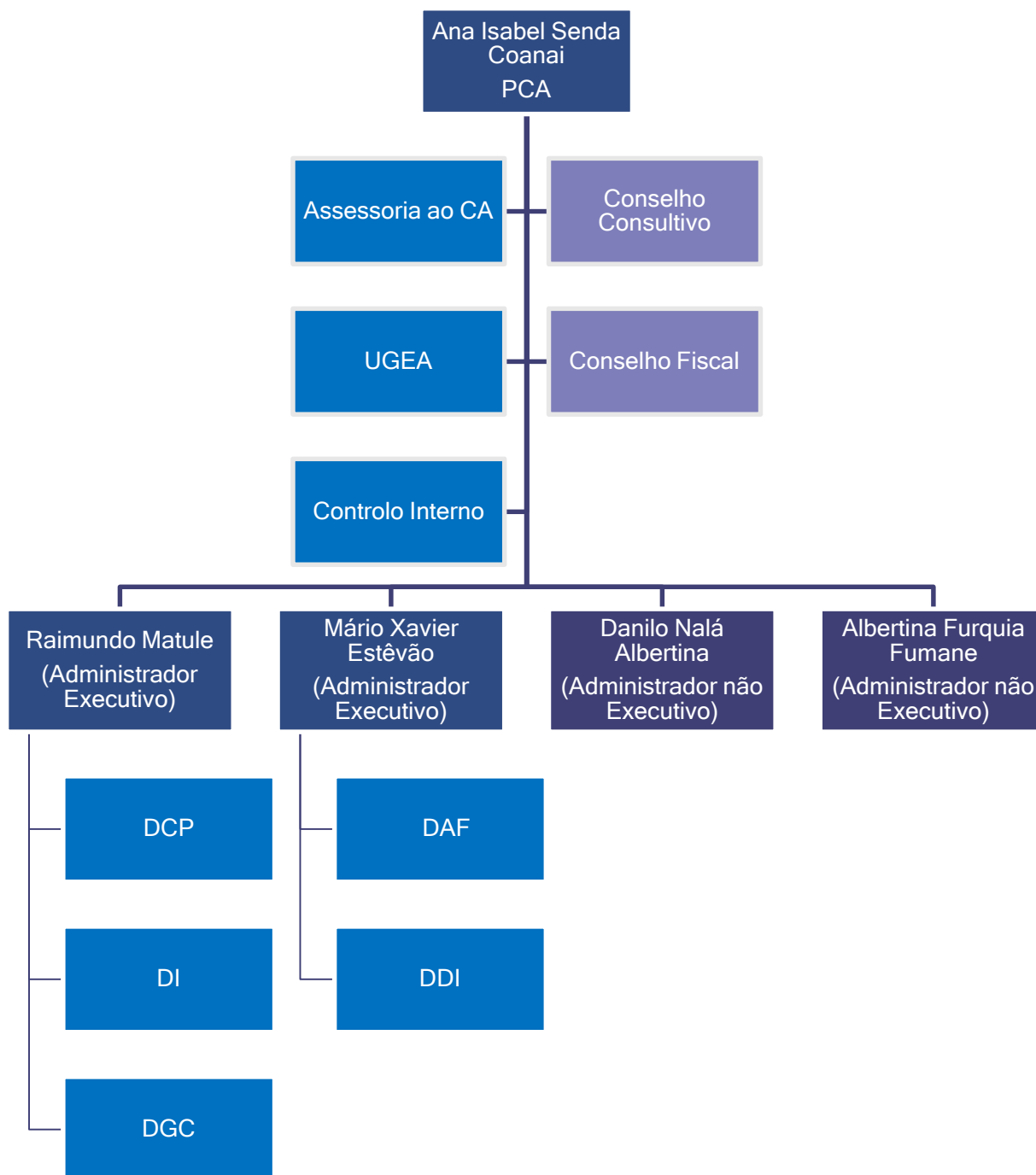
uma longa jornada que temos que percorrer. O caminho é longo, penoso e desafiante. Demos o primeiro passo com a publicação deste relatório; outros se seguirão nos anos vindouros.

Boa leitura.

Raimundo Jorge Matule

Administrador Executivo

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Legenda:

PCA - Presidente do Conselho de Administração

CA - Conselho de Administração

DCP - Direcção de Controlo de Participações

DI - Direcção de Investimentos

DGC - Direcção de Gestão Corporativa

DAF - Direcção de Administração e Finanças

DDI - Direcção de Desenvolvimento Institucional

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

i. Visão, Missão e Objectivo Geral

Visão

- Ser uma instituição de referência na dinamização e gestão do sector empresarial do Estado, no quadro do desenvolvimento do País.



Missão

- Gerir as participações do Estado de acordo com os princípios de boa governação e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado.



Objectivo Geral

- Reforçar a capacidade de intervenção na gestão do sector empresarial do Estado, com vista à captação de receitas de dividendos.

ii. Prioridades do Mandato 2020 - 2024

PRIORIDADES DO MANDATO 2020-2024



SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO EM NÚMEROS

RÚBRICAS DO BALANÇO

Activo Total

734,89 MMT

18,86%↑

(618,29 MMT - 2019)

Passivo Total

514,76 MMT

31,60%↑

(391,17 MMT - 2019)

Capitais Próprios

220,13 MMT

3,08%↓

(227,13 MMT - 2019)

RÚBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Volume de Negócios

122,87 MMT

0,18%↑

(122,65 MMT - 2019)

EBITDA

32,84 MMT

14,98%↑

(28,56 MMT - 2019)

Resultado Operacional

12,42 MMT

61,37%↑

(7,69 MMT - 2019)

Resultado Financeiro

-14,30 MMT

12301,64%↓

(117,20 MMT - 2019)

RAI

-1,88 MMT

124,02%↓

(7,82 MMT - 2019)

Resultado Líquido Global*

1,87 MMT

25,50%↑

(1,49 MMT - 2019)

CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA

Investimento

568,65
MMMT

13,73%↑

(499,99 MMMT -2019)

Impostos

9,59
MMMT

20,83%↓

(12,12 MMMT -2019)

Dividendos

6,28
MMMT

207,20%↑

(2,04 MMMT -2019)

Empregos

19.387
Trabalhadores

2,0%↑

(19.066 -2019)

FST

23,91
MMMT

2,72%↑

(23,28 MMMT -2019)

Gastos com Pessoal

24,35
MMMT

8,90%↑

(22,36 MMMT -2019)

Subsídios do Governo: 3,03 MMMT 3,27%↓ (3,13 MMMT -2019)

Legenda



EBITDA – Resultado Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortizações

RAI – Resultados Antes de Impostos

FST – Fornecimentos e Serviços de Terceiros

Notas: Informação do SEE no âmbito do perímetro de consolidação

*O Resultado Líquido Global inclui informação agregada das participações minoritárias

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Nos termos do disposto na alínea “c” do número 3 do artigo 7 e do número 1 do artigo 30, ambos da **Lei nº 3/2018, de 19 de Junho**, e do artigo 21 do Regulamento daquela lei, aprovado pelo **Decreto nº 10/2019**, de 26 de Fevereiro, este documento apresenta o desempenho económico-financeiro do Sector Empresarial do Estado (SEE), nomeadamente o relatório e contas consolidadas do exercício económico de 2020.
2. O relatório destaca que em 2020, as empresas do SEE operaram num ambiente externo e interno desafiante; ao nível externo assinala-se que em 2020 a **taxa mundial de crescimento do PIB situou-se em 3,1% negativos**, após um registo de 2,8% em 2019. Esta contracção é maioritariamente justificada pelos **efeitos negativos da pandemia da COVID-19 sobre a produção mundial**, principalmente para os países dependentes do turismo e da exportação de bens primários e *commodities*; a contracção da economia mundial foi acompanhada pelo crescimento da inflação em todo o mundo, com excepção da **China**, que observou uma **redução** do nível geral de **preços de 2,9%**.
3. Ao nível doméstico a economia moçambicana registou em 2020 uma **contracção de 1,3%**, contra o crescimento de 2,2% registado em 2019, explicada pela desaceleração da actividade económica e social, em virtude da eclosão da pandemia da COVID-19, focos de terrorismo na província de Cabo Delgado, tensão político-militar no centro do País, redução dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro, bem como pela redução do volume de importações e de exportações. A **inflação** média anual registada em 2020 situou-se em **3,1%, contra 2,8% em 2019**.
4. O SEE é composto por **empresas públicas e empresas maioritária ou exclusivamente detidas pelo Estado**; para além destas, o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) gere empresas em que o Estado detém participações financeiras minoritárias. Assim, aos resultados operacional e líquido do SEE, são agragados os resultados operacional e líquido das participações minoritárias, obtendo-se, assim, os resultados globais da carteira gerida pelo IGEPE.

5. Para efeitos de consolidação de contas do SEE de 2020, foi considerado um **perímetro de consolidação** constituído por **27 empresas**, sendo **12 públicas e 15 maioritária ou exclusivamente participadas** pelo Estado. Aos resultados destas são agregados os resultados das **19 empresas** em que o Estado detém participações financeiras **minoritárias**.
6. Considerando o perímetro de consolidação definido, i) o **capital social agregado do SEE**, em 2020, estava avaliado em **91.441 milhões de MT** (9% do PIB), ii) as **empresas públicas** representavam 67% (**61.337 milhões de MT**) do total do capital social agregado do SEE (**6% do PIB**), sendo a EDM, E.P a empresa com o capital social mais elevado (51.722 milhões de MT). As **empresas participadas** detinham um agregado do capital social de **31.104 milhões de MT**, o equivalente a 33% do total agregado e a **3% do PIB**.
7. Em 31 de Dezembro de 2020, o **activo total** do SEE estava avaliado em **734.894 milhões de MT** (9.811 milhões de US\$), o correspondente a **75% do PIB**. O **passivo total** estimava-se em **514.764 milhões de MT**, equivalentes a **6.872 milhões de US\$ e a 53% do PIB**. O **saldo** dos capitais próprios era de **220.130 milhões de MT**, equivalente a **2.938 milhões de US\$ e a 23% do PIB**.
8. No período em análise o SEE arrecadou **proveitos** no valor de **140.517 milhões de MT (1.876 milhões de US\$)**, o equivalente a **14% do PIB**. Deste montante, as **vendas de bens e serviços** foram de **122.873 milhões de MT (1.640 milhões de US\$ e 13% do PIB)**. As transacções entre as empresas totalizaram **3.303 milhões de MT**, entretanto excluídas da consolidação de contas, nos termos das pertinentes regras. Os **custos operacionais** do SEE situaram-se em **110.449 milhões de MT (11% do PIB)**.
9. O **Stock da dívida do SEE** em 2020 ascendeu a **283,9 mil milhões de MT (29,1% do PIB)**, o equivalente a **4,1 mil milhões de US\$**. **Excluindo a ENH, E.P.**, o stock da dívida do SEE em 2020 era equivalente a **125,1 mil milhões de MT (12,8% do PIB)**, o correspondente a **1,80 mil milhões de US\$**.
10. Do total da dívida registada em 2020, as **empresas públicas** absorveram 89,49%, o correspondente a **254,1 mil milhões de MT**, enquanto as **empresas participadas** representavam os restantes 10,51%, isto é, **29,9 mil milhões de**

MT. Do total da dívida, **208,87 mil milhões de MT** representam a **dívida directa do SEE** e **75,05 mil milhões de MT** (26% do Total) a dívida por **Acordos de Retrocessão**, exclusivamente das empresas públicas. Em termos de maturidade, **99%** da dívida do SEE, isto é **281,83 mil milhões de MT**, corresponde à **dívida de longo-prazo**. O **serviço da dívida** cifrou-se em **38,39 mil milhões de MT**, dos quais **25,51 mil milhões de MT** (66%) correspondem à **amortização do capital** e **12,88 mil milhões de MT** (34%) ao **pagamento dos juros**.

11. Em 2020, o volume de **endividamento externo** ascendeu a **252,4 mil milhões de MT**, o correspondente a 89% do total e a **4,34 mil milhões de US\$**. A **dívida interna** cifrou-se em **31,57 mil milhões de MT**, o correspondente a 11% do total. As **prestações em atraso** estavam avaliadas em **15,80 mil milhões de MT**, sendo 13,05 mil milhões de MT (82,60%) referente às empresas públicas e 2,75 mil milhões de MT (17,40%) às empresas participadas.
12. **Resultado Líquido global** (saldo global) alcançado em **2020** é de **1.867,85 milhões de MT positivos**, determinado pelos i) **resultados líquidos negativos** das **empresas públicas**, no valor de **6.757,01 milhões de MT negativos**, ii) **resultados líquidos positivos** das **empresas exclusiva ou maioritariamente** detidas pelo Estado no valor de **252,32 milhões de MT** e iii) **resultados líquidos positivos** agregados de **8.372,54 milhões de MT** das **participações financeiras minoritárias**.
13. Na óptica da **importância** das empresas, o resultado líquido **positivo de 1.867,85 milhões de MT** é determinado pelo i) resultado líquido **negativo** das empresas **estratégicas e estruturantes** no montante de **6.347,93 milhões de MT**, ii) resultado líquido **negativo** das **empresas estratégico-sociais de 76,05 milhões de MT** e iii) **pelo** resultado líquido **positivo** das empresas de **interesse económico-financeiro**, no valor de **8.291,83 milhões de MT**.
14. No que se refere às **áreas de actividade** em que as empresas operam, o sector da **indústria extractiva** foi a mais lucrativa, com **resultados líquidos positivos de 10.393,41 milhões de MT**, seguindo-se o sector de **actividades financeiras e de seguros** com **5.981,60 milhões de MT** e o sector de electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio com um resultado **líquido positivo de 995,72 milhões**

de MT; o sector de **actividades de informação e de comunicação** é o único com resultados **líquidos negativos**, no valor de **5.637,10 milhões de MT**.

15. Em 2020, com uma **liquidez corrente de 95%**, o SEE estava em condições de honrar as suas obrigações de curto prazo; o sector denotava uma **solvabilidade de 43%** e uma *autonomia financeira de 30%*; os rácios preocupantes foram a **rendibilidade dos capitais próprios**, que se situou em **3% negativos** e **rendibilidade dos activos**, que foi de **0,83% negativos**.
16. O **rácio de endividamento** situou-se em **70%**, denotando a necessidade de recurso a capital de terceiros para o financiamento das empresas.
17. A **margem operacional** foi de **10,11%** e a **margem financeira** foi de **12,95% negativos**, reflectindo o elevado endividamento e o respectivo custo financeiro, bem como a obrigatoriedade de meticalização da dívida externa em ambiente de desvalorização do Metical. Assim, a **margem líquida** situou-se em **4,99% negativos**.
18. Em 2020, o SEE contribuiu para a arrecadação de **receitas fiscais** para os cofres do Estado com **9.594 milhões de MT**, o equivalente a **128 milhões de US\$** e a **1% do PIB**. Do total de impostos pagos pelas empresas do SEE, **44% (4.247 milhões de MT)** corresponde ao **IRPC**, **39%** ao **IRPS (3.779 milhões de MT)**, **8%** ao **INSS (711 milhões de MT)**, **2% (215 milhões de MT)** ao **IVA** e os restantes **7% (639 milhões de MT)** a outros impostos e taxas pagos no período em análise.
19. O **IRPC** representa a maior contribuição directa do SEE para a receita fiscal do Estado, não obstante o efeito multiplicador que **as transacções entre as empresas do sector (3.303 milhões de MT)**, bem como com terceiros, tem na arrecadação do IVA.
20. No período em análise, em apoio às empresas do SEE, o **Estado desembolsou o valor de 3.028 milhões de MT**, o equivalente a **40 milhões de US\$** e a **0,31% do PIB**, na forma de subsídios e subvenções de diversa natureza.
21. Do total desembolsado **95% (2.879 milhões de MT)** foram alocados para suportar **actividades de exploração** (subsídio de exploração), enquanto que os restantes **5% (149 milhões de MT)** foram destinados a **investimentos**. Para além destes

subsídios, o Estado realizou aportes financeiros para o **aumento do capital social** nas empresas, apoio no pagamento do **serviço da dívida garantida pelo Estado, saneamento do passivo laboral e pagamento de salários correntes**, no montante de **701,3 milhões de MT**.

22. Em 2020, o SEE **empregava** directamente cerca de **19.400 trabalhadores**, tendo criado mais de 300 novos postos de emprego, comparativamente aos registos de 2019. Associado aos empregos directos gerados pelas empresas, foram gastos em **despesas com pessoal 24.352 milhões de MT**, o equivalente a **325 milhões de US\$ e a 2% do PIB**, de entre remunerações, assistência médica e medicamentosa, acção social, formação e treinamento, indemnizações e pensões, entre outras, a uma **média de 1,3 milhões de MT por trabalhador** por ano.
23. Por outro lado, o SEE movimentou, em termos de aquisição de bens e serviços **23.912 milhões de MT (319 milhões de US\$)**, o correspondente a **2% do PIB**. As **subcontratações (2.267 milhões de MT – 9,48% do total)**, os gastos em **combustíveis (2.165 milhões de MT – 9,05% do total)**, **manutenção e reparações (1.878 milhões de MT – 7,86% do total)**, **água (1.830 milhões de MT – 7,65% do total)** e **honorários (1.780 milhões de MT – 7,44% do total)**, representaram os bens e serviços mais procurados pelas empresas do SEE, correspondendo a **41,49% do total, ou seja, a 9.921 milhões de MT**. De referir que **outros fornecimentos e serviços** absorveram **6.719 milhões de MT (28,10% do total)**. Em termos de **responsabilidade social**, o SEE contribuiu com **189 milhões de MT**.
24. Em 2020, as empresas e **participações do Estado** geraram um total de **6.279 milhões de MT (83 milhões de US\$ e 0,64% do PIB)** em **dividendos**, sendo **4.727 milhões de MT (63 milhões de US\$ e 0,49% do PIB)** decorrentes dos dividendos pagos pelas **empresas do SEE** (públicas e exclusiva ou maioritariamente detidas pelo Estado) e **1.551 milhões de MT (21 milhões de US\$)** provenientes das **participações financeiras minoritárias**.

CAPÍTULO

INTRODUÇÃO

1

1 INTRODUÇÃO

1. O presente relatório e contas consolidadas do exercício económico de 2020 é elaborado em cumprimento do disposto na alínea “c” do número 3 do artigo 7 e do número 1 do artigo 30, ambos da Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, e do artigo 21 do Regulamento daquela lei, aprovado pelo Decreto nº 10/2019, de 26 de Fevereiro, no âmbito da implementação da segunda prioridade do mandato 2020-2024, de assegurar a consolidação dos mecanismos de supervisão e controlo das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE).
2. Trata-se do primeiro relatório e contas consolidadas na história da gestão do sector, o que o torna num importante marco que revela o compromisso do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) no que tange à transparência, rigor, boa governação e prestação de contas do SEE.
3. O presente documento constitui uma ferramenta de gestão importante, na medida em que permite aferir a situação económico-financeira do SEE, como instrumento para a melhoria do desempenho, implementação e aprimoramento de boas práticas de gestão e desenvolvimento de medidas com vista a converter os desafios e fraquezas em oportunidades e pontos fortes.
4. Metodologicamente, para efeitos de elaboração do presente relatório, primeiramente foi definido, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF 10), o perímetro de consolidação, constituído por **27 empresas**, das quais **12 públicas** e **15 exclusivas ou maioritariamente participadas**. De seguida foram definidos os métodos de consolidação a serem aplicados, nomeadamente: i) Consolidação Integral, utilizado para as empresas públicas, e para as participadas maioritaria ou exclusivamente detidas pelo Estado; ii) Equivalência Patrimonial, para as participações minoritárias e iii) Consolidação por Custo de Aquisição para as empresas em que o Estado não detém influência significativa. Para além da formação e capacitação dos principais intervenientes no processo, foi igualmente desenvolvido um *reporting package*, para efeitos de colecta e pre-processamento da informação económico-financeira das empresas, bem como o manual de políticas procedimentos de consolidação.

5. Composto por 11 (onze) capítulos, o presente relatório, para além da Introdução, compreende os seguintes capítulos:
- a. o segundo capítulo, que apresenta a conjuntura macroeconómica externa e doméstica desafiante em que as empresas operaram em 2020;
 - b. o terceiro capítulo, em que se apresenta a análise às demonstrações financeiras, incluindo a conceptualização específica da consolidação de contas, destacando-se a metodologia utilizada para a consolidação, o perímetro da consolidação de contas, a distribuição de empresas por sectores de actividade e a classificação quanto à sua importância, bem como a análise do desempenho económico-financeiro do SEE e das participações minoritárias; se destacam neste capítulo a análise do balanço, da demonstração de resultados e dos rácios do SEE, bem como do desempenho económico-financeiro agregado das participações sociais do Estado, que inclui as empresas do SEE e as minoritárias, de acordo com a tipologia, importância das empresas e sua classificação por sectores económicos em que actuam;;
 - c. o quarto capítulo aborda a contribuição do SEE para a economia, em que se destacam os ganhos fiscais e os benefícios sociais gerados pelo sector;
 - d. o quinto capítulo discute o nível de endividamento do SEE, incluindo a composição da dívida, o serviço da dívida e os termos e condições relevantes inerentes às dívidas;
 - e. o sexto capítulo debruça-se sobre a contribuição do SEE e das empresas minoritárias para os cofres do Estado, sob a forma de dividendos;
 - f. o sétimo capítulo apresenta as principais conclusões sobre o desempenho do SEE em 2020 e das empresas minoritárias, ao que se segue o oitavo capítulo, que destaca os principais desafios que o sector enfrenta;
 - g. no nono capítulo apresenta-se a declaração do Conselho de Administração do IGEPE sobre a aprovação do relatório e contas consolidadas; e
 - h. o décimo capítulo resume os factos supervenientes (e relevantes) entre o encerramento do exercício económico de 2020 e o momento de conclusão da elaboração do presente relatório (2022), seguido do décimo primeiro e último capítulo, constituído pelos anexos ao presente relatório.

CAPÍTULO

CONJUNTURA MACROECONÓMICA



2 CONJUNTURA MACROECONÓMICA

2.1 Conjuntura Externa

2.1.1 Crescimento

De acordo com World Economic Outlook (WEO, October 2021):

6. Em 2020 a taxa mundial de crescimento do PIB situou-se em **3,1% negativos**, após um registo de **2,8%** em 2019. Esta contracção é maioritariamente justificada pelos **efeitos negativos da pandemia da COVID-19** sobre a produção mundial, principalmente para os países dependentes do turismo e da exportação de bens primários e *commodities*, bem como países com limitações para a tomada de decisões de políticas socioeconómicas arrojadas.
7. Ao nível das **economias avançadas** verificou-se uma **desaceleração económica** na ordem dos **5,9 pontos percentuais (p.p.)** para **3,1% negativos** em **2020**; nos Estados Unidos da América (EUA), a taxa de crescimento cifrou-se em 3,4% negativos, enquanto na **Zona Euro** registou-se uma **desaceleração** para **6,3% negativos**, tendo a Alemanha, França, Itália e Espanha registado uma contracção em 4,6%, 8,0%, 8,9% e 10,8% respectivamente. Este abrandamento generalizado deveu-se ao impacto adverso da pandemia da Covid-19.
8. Paralelamente, em 2020 **as economias emergentes e países em desenvolvimento** contraíram-se em 2,1%, contra os 3,6% positivos registados em 2019, não obstante a China ter sido o único país a registar um crescimento positivo de 2,3%.
9. Ao nível da **África Subsaariana**, em 2020 a taxa de crescimento cifrou-se em **1,7% negativos**, contra **3,2%** registado em **2019**, representando uma desaceleração em **4,9 p.p.** A Nigéria e a África do Sul viram as suas economias a **retraírem-se** em **1,8%** e **6,4%** respectivamente, reflectindo o impacto negativo da pandemia.

2.1.2 Inflação

10. No que tange à inflação, em 2020 as **economias avançadas** registaram uma desaceleração dos preços para **0,7%**, contra os **1,4%** observados em 2019, como reflexo do abrandamento da procura agregada e da desaceleração das economias ao nível global. Por outro lado, verificou-se uma estagnação da inflação ao nível das **economias emergentes e países em vias de desenvolvimento**, tendo esta se situado em **5,1%**, igual ao exercício anterior.
11. Nos EUA, em **2020** a **taxa de inflação** desacelerou para **1,2%**, contra os **1,8%** registados em **2019**. Ao nível da **Zona Euro**, verificou-se, igualmente, uma desaceleração em **0,9 p.p.**, para **0,3%**. A África do Sul também registou uma desaceleração da inflação face a 2019 na ordem dos **0,8 p.p.**, para **3,3%**.
12. Em **2020** a China observou uma redução do nível geral de preços de 2,9%, contra **2,4%** em **2019**, enquanto que a Índia registou uma aceleração dos preços em **1,4 p.p.**, se comparado com 2019.

2.1.3 Preços das Principais Commodities

De acordo com o Balanço do Plano Económico e Social de 2020 (BdPES 2020):

13. De um modo geral, os preços das principais mercadorias no mercado internacional, apresentaram-se com tendência de desaceleração, se comparados com os preços de 2019.
14. Até finais do terceiro trimestre de 2020 verificou-se uma redução dos preços do **petróleo bruto** em **30%**, isto é, de **60,4 US\$** por barril em finais Setembro de 2019 para **42,3 US\$** por barril. Os preços do **carvão térmico** e do **gás natural**, observaram, igualmente, uma **redução** em **6,2%** e **1,5%**, respectivamente.
15. A redução dos preços dos combustíveis (petróleo, gás e carvão) deveu-se, principalmente à redução da procura por aquelas *commodities*, como consequência do impacto da pandemia da covid-19.

16. Em relação à exportação dos restantes principais produtos nacionais, no geral, foi observada uma redução substancial no volume de madeira (80,9%), açúcar (65,7%), algodão (60,8%), camarão (31,5%) e banana (0,4%), reflectindo-se na redução do nível de arrecadação de divisas.
17. Por outro lado, até finais do III trimestre do período em análise, os preços do **alumínio** e do **arroz**, registaram um incremento em **21,4%** e **16%** respectivamente, comparativamente ao período homólogo.

2.2 Conjuntura Interna

2.2.1 Crescimento

Dados da Conta Geral do Estado (2020) indicam que:

18. Economia moçambicana registou em 2020 uma **contracção** de **1,3%**, contra o crescimento de **2,2%** registado em 2019. Este desempenho foi explicado pela desaceleração da actividade económica e social, em virtude da eclosão da pandemia da COVID-19, focos de terrorismo na província de Cabo Delgado, tensão político-militar no centro do País, redução dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro, bem como pela redução do volume de importações e de exportações. Paralelamente, no período em análise o país ainda se ressentia do impacto dos ciclones IDAI e Keneth.

2.2.2 Inflação

De acordo com o BdPES (2020):

19. A inflação média anual registada em **2020** situou-se em **3,1%**, contra **2,8%** em 2019, ou seja, abaixo da média de **6,6%** prevista para o ano de 2020. Dos factores que contribuíram para este desempenho, destacam-se os seguintes:

No sentido ascendente:

- A Eclosão da COVID-19, condicionando a actividade económica e social dentro e fora do País; e
- As restrições nos mercados financeiros internacionais, que tiveram impacto significativo nos preços das matérias-primas e na procura agregada, com efeitos directos no comércio global.

No sentido descendente:

- Redução dos custos dos transportes, com a queda de preços dos combustíveis ao nível internacional;
- Coordenação de políticas monetária e fiscal, visando a regulação da liquidez e a consequente redução das taxas de juro;
- Estabilidade cambial do Metical, com tendência de apreciação face ao Rand, traduzindo-se na redução de custos de produtos importados; e
- Suspensão da cobrança do IVA em alguns bens essenciais.

2.2.3 Taxa de Câmbio

O BdPES (2020) destaca que:

20. O Metical deprecizou-se face às principais moedas transacionadas no País, tendo registado uma flutuação de **18,3%** face ao **dólar norte-americano**, ao situar-se em **74,5 MT/USD** no final do exercício económico de 2020, contra os **63,0 MT/USD** observados em finais de 2019.
21. Em relação ao Rand (ZAR), a moeda nacional apresentou uma tendência de apreciação de Janeiro a Setembro do período em análise, não obstante as **perdas nominais de 13,6%** observadas no final do ano, em face da cotação de **5,0 MT/ZAR** em Dezembro de 2020, contra os **4,4 MT/ZAR** registados em Dezembro de 2019.
22. Em **2020** o Metical apreciou-se face ao Euro (EUR) em **13,4%**, tendo sido cotado em **79,4 MT/EUR**, contra **70 MT/EUR** em 2019.

2.2.4 Dívida Pública

Informações do Relatório Anual da Dívida Pública (2020) da Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública (DNGDP) do Ministério da Economia e Finanças referem que:

23. O *stock* da dívida pública no final do exercício económico de 2020, era de **898.630,1 milhões de MT**, equivalente a **12.935,5 milhões de US\$ (92,2%** do PIB e um incremento de **4,7%** em relação ao ano anterior), sendo que **78% (701.710,9 milhões de MT, isto é 10.101,17 milhões de US\$)** corresponde à **dívida pública externa** e **22% (196.919,1 milhões de MT, o equivalente a 2.834,6 milhões de US\$)** à **dívida pública interna**.
24. De entre outros factores conjunturais, por detrás deste crescimento do nível de endividamento destacam-se: **(i)** O desembolso pelo FMI do empréstimo de **308,9 milhões** de US\$ no âmbito da **mitigação do impacto da COVID-19**; e **(ii)** O **aumento** em cerca de **47% do financiamento interno mobiliário (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro)**.

2.2.5 Taxas de Juro de Referência e a Retalho

De acordo com o BdPES (2020):

25. As taxas de juro praticadas no Mercado Monetário Interbancário (MMI) continuaram a decrescer, em linha com a tendência de queda da taxa de juro da política monetária (taxa MIMO). Assim, até Dezembro de 2020 a **taxa MIMO** reduziu cumulativamente em **250 pontos base (pb)** para **10,3%**, contra os **12,8%** observados em 2019. Por seu turno, em Dezembro de 2020 as taxas de juro dos **Bilhetes do Tesouro (BT)** para os prazos de 91, 181 e 364 dias reduziram de **11,2%, 11,5% e 11,6%** em Dezembro de 2019, para **7,7%, 7,6% e 7,3%** respectivamente.
26. No período em análise, a **Facilidade Permanente de Cedência (FPC)** situou-se em **13,3%**, enquanto que a **Facilidade Permanente de Depósitos (FPD)** cifrou-se em **7,3%**.
27. Para além das medidas de política monetária supracitadas, o Banco de Moçambique implementou várias acções complementares como forma de mitigar os efeitos da Covid-19, com destaque para a **Redução em 150 pb dos coeficientes de reservas obrigatórias** em moeda nacional e em moeda estrangeira, o que permitiu a libertação de fundos para financiar a economia.

CAPÍTULO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS



3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Metodologia e Perímetro de Consolidação

3.1.1 Metodologia de Consolidação

28. Para efeitos de consolidação das contas referentes ao exercício económico de 2020 cuja base de comparação é 2019, foi desenvolvida uma metodologia de trabalho ajustada aos objectivos preconizados, tendo em conta que era primeira vez que era lançado um projecto semelhante ao nível do SEE e do país.
29. Neste contexto, foi desenvolvida e adoptada a seguinte metodologia de consolidação:
 - a. **Definição do perímetro de consolidação:** foram identificadas as empresas públicas, empresas maioritárias e exclusivamente participadas pelo Estado e participações financeiras minoritárias em que o Estado não tem influência significativa. Seguidamente, obedecendo aos normativos contabilísticos relevantes, foi feita a filtragem para se identificar quais as empresas que poderiam integrar o perímetro de consolidação, sendo nesse processo identificadas: i) 12 empresas públicas, ii) 15 empresas exclusiva e maioritariamente detidas pelo Estado; e iii) 43 empresas detidas indirectamente pelo Estado através de empresas que compõe o SEE.
 - b. **Definição dos métodos de consolidação:** Depois de se definir quais as empresas que entrariam para o perímetro de consolidação, foi necessário emitir instruções procedimentais às empresas e identificar fundamentalmente o método de consolidação a aplicar em cada empresa, em função do nível da participação social do Estado e do respectivo nível de influência. Das empresas seleccionadas, foram definidos os seguintes procedimentos e métodos de consolidação:

- i. Foram emitidas instruções para as empresas do SEE que **detêm participações sociais noutras empresas** (participadas de empresas públicas e das empresas maioritaria e exclusivamente detidas pelo Estado) fazerem uma consolidação primária das suas contas, de modo a abranger todo o perímetro de consolidação pretendido; é o caso, por exemplo, de empresas como ENH, CFM, EDM e Tmcel.
- ii. **Definição de políticas e procedimentos:** Foi necessário definir políticas e procedimentos para que as Demonstrações Financeiras (DF's) das empresas reflectissem a realidade dentro do exercício económico. Por isso, foi imperativo certificar-se que i) todas as DF's eram reportadas à mesma data do fecho, ii) usam os mesmos normativos de relato financeiro, iii) aplicam as mesmas políticas de contabilização de activos e passivos, e iv) que as empresas usam os mesmos métodos de valorização do património.
- iii. **Elaboração do Manual de Procedimentos:** Foi elaborado o “Manual de Procedimentos”, em que se definem as políticas e procedimentos a serem observados pelas empresas.
- iv. **Formação e Capacitação:** Tratando-se da primeira experiência neste exercício, foi fundamental munir os Técnicos e Gestores das empresas envolvidos no projecto com conhecimentos, metodologias e técnicas para a colecta e tratamento da informação económico-financeira até à elaboração do produto final (Contas Consolidadas). Foram capacitados em matéria de consolidação de contas e de todos os aspectos inerentes a este processo, incluindo o preenchimento do *report package*, 18 Administradores Financeiros e Directores das empresas do perímetro de consolidação, bem como 64 técnicos ligados à área de contabilidade e finanças.

- v. **Reporting Package:** Tratando-se da primeira vez que este exercício é realizado, foi necessário encontrar mecanismos para as empresas enviarem a informação contabilística necessária para a consolidação. Não existindo ainda um program informático específico para consolidar as contas, foi desenhado o “*Reporting Package*”, um conjunto de mapas (em Excel) em que se insere a informação das DF’s de cada empresa. Assim, este *report* foi distribuído pelas empresas para ser preenchido e mais tarde devolvido para validação dos dados e de seguida agregar a informação num único documento (contas consolidadas).
- vi. **Método de Consolidação Integral** – Foi utilizado para as empresas públicas e participadas maioritaria e exclusivamente pelo Estado, pelo facto de existir uma relação de domínio sobre as sociedades a consolidar (normalmente participações sociais superiores a 50%). Foram consolidadas usando este método as empresas públicas e as exclusivamente detidas pelo Estado.
- vii. **Método de equivalência patrimonial** – foram consolidadas por este método as empresas onde o Estado tem participações financeiras minoritárias, mas têm influencia significativa sobre as mesmas (50 empresas). Encontram-se nesta situação as empresas TV Cabo, S.A., Listas Telefónicas de Moçambique, S.A. e Motraco, S.A.; e
- viii. **Método de custo de aquisição** – Trata-se de sociedades em que o investimento do Estado não é significativo e o Estado não detém influência significativa. Foram consolidadas por este método empresas como por exemplo a Cervejas de Moçambique, S.A., Mozal, S.A. e Açucareira de Xinavane, S.A).

3.1.2 Perímetro de Consolidação

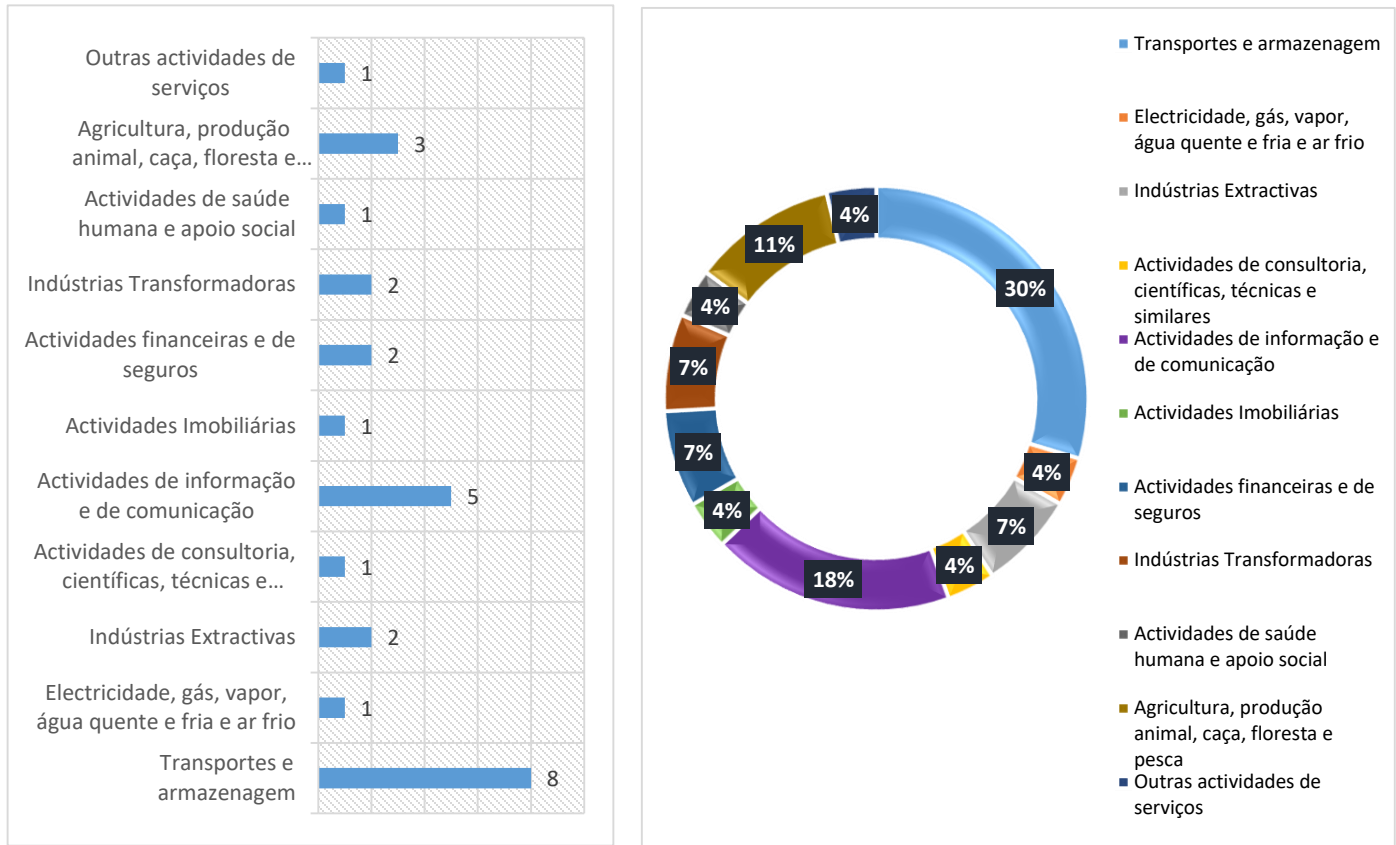
30. De acordo com o nº 2 do artigo 2 da Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector empresarial do Estado, o Sector Empresarial do Estado (SEE) é constituído por empresas públicas e empresas exclusiva ou maioritariamente participadas pelo Estado.
31. Os artigos 36 e 37 da lei supra define **empresas públicas** como entidades detidas exclusivamente pelo Estado, que prosseguem objectivos estratégicos ou estruturantes e que adoptam na sua denominação as palavras “Empresa Pública” ou as iniciais “E.P.”; por sua vez as **empresas participadas** são definidas no artigo 50 daquela lei como as que foram constituídas nos termos do Código Comercial (sociedades comerciais), assumindo a forma de sociedade anónima ou por quotas, podendo ser exclusivamente, maioritariamente ou minoritariamente, com a indicação de que a estas últimas não se aplica aquela lei.
32. Assim, nos termos da Lei nº 3/2018, de 19 de junho, em 2020 o SEE era composto por **31 empresas**, das quais **12 públicas**, **12 maioritariamente** participadas pelo Estado e 7 exclusivamente participadas pelo Estado.
33. Para efeitos de consolidação de contas do SEE e da elaboração do presente relatório, foi considerado um perímetro de consolidação constituído **por 27 empresas**, sendo **12 públicas** e **15 maioritária ou exclusivamente participadas pelo Estado**. As empresas que à data constavam da carteira do SEE, mas que não fazem parte do perímetro de consolidação são: (i) o Complexo Agro-Industrial de Chókwè, S.A (CAIC, por se encontrar paralisada); (ii) a Companhia Pipeline Moçambique-Zimbabwe, S.A (por à data não estar ainda sob gestão do IGEPE); (iii) a Hidroelétrica de Cahora Bassa (directamente, idem); e (iv) a Sementes de Moçambique (SEMOC, por se encontrar paralisada).
34. Entretanto, a Hidroelétrica de Cahora Bassa está inclusa indirectamente nas Contas Consolidadas através da sua incorporação por via da consolidação da empresa Eletricidade de Moçambique, EP.

35. As empresas Correios, E.P., EMEM, S.A e MEDIMOC, S.A apesar de terem sido incluídas no perímetro, não foram consideradas para efeitos de consolidação de contas pelo facto de encontrarem-se em processo de extinção e ou alienação.
36. Tendo em conta o perímetro de consolidação acima definido com as restrições indicadas, o **capital social** agregado do SEE, em 2020, estava avaliado em **91.441 milhões de MT**, o equivalente a **9% do PIB**.
37. As **empresas públicas** representavam **67% (61.337 milhões de MT)** do total do capital social agregado do SEE, o que correspondente a **6% do PIB**, sendo a EDM, E.P a empresa com o capital social mais elevado, equivalente a **57% (51.722 milhões de MT)** do capital social agregado total do SEE.
38. Por outro lado, no período em análise, as **empresas participadas** encerraram o exercício económico de 2020 com um agregado do capital social de **31.104 milhões de MT**, o equivalente a **33%** do total agregado e a **3% do PIB**.

3.1.2.1 Distribuição por Actividade

39. Considerando a distribuição por sector de actividade, constata-se que no final de 2020, das 27 empresas que compunham o perímetro de consolidação: (i) **8 (30%)** operavam no sector de **transportes e armazenagem**; (ii) **5 (18%)** no sector de **informação e comunicação**; (iii) **3 (11%)** na **agricultura, produção animal, caça, florestas e pesca**; (iv) **2 (7%)** no sector da **indústria extractiva**; (iv) **2 (7%)** na **indústria transformadora**; (v) **2 (7%)** em actividades **financeiras e seguros** e (vi) as restantes **5** nos sectores de **Imobiliária (1)**, **saúde humana e apoio social (1)**, no sector de **consultoria, ciência, técnica e similares (1)**, no sector de **electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (1)** e **outras actividades de serviços (1)**.

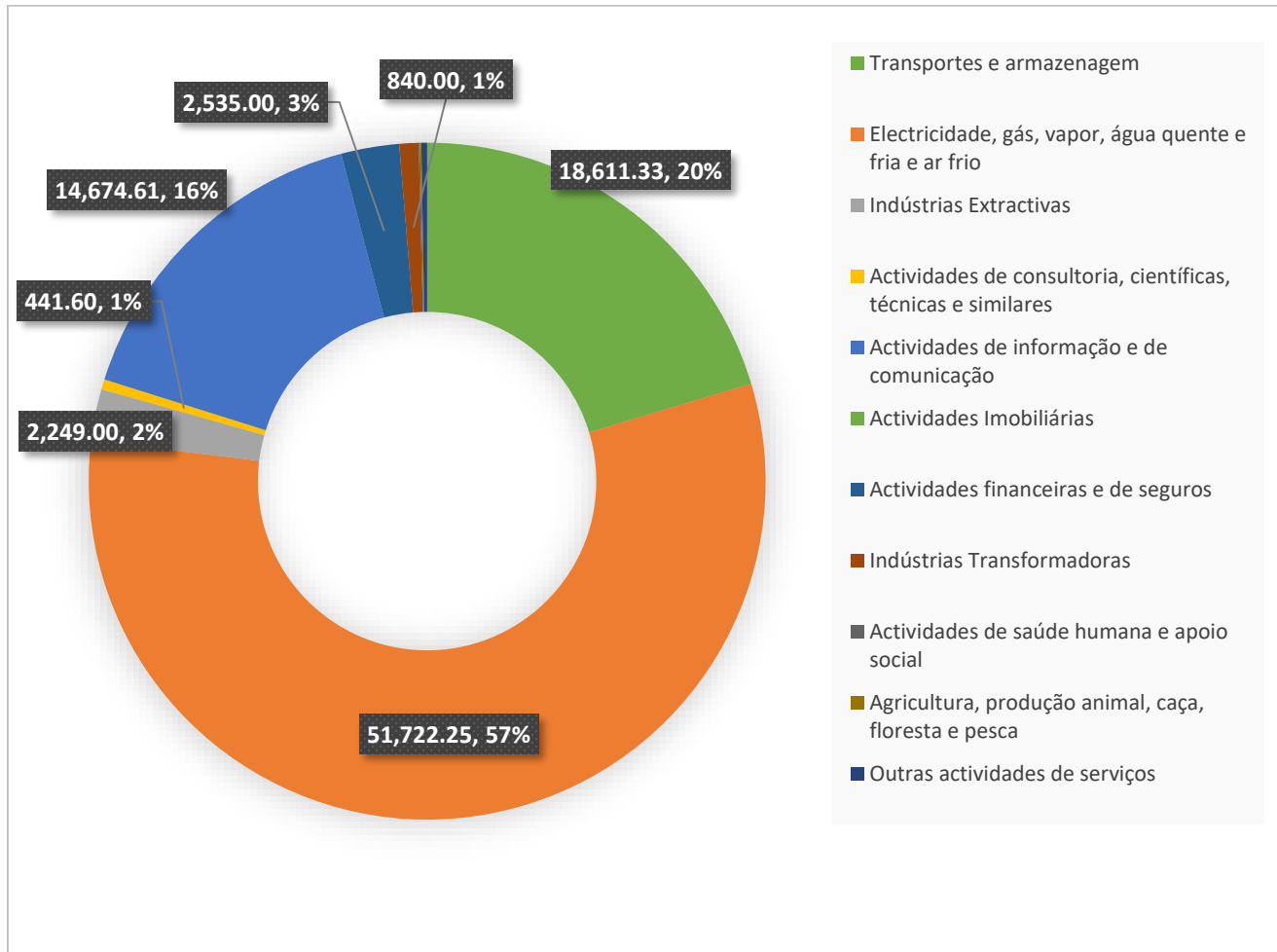
Gráfico 1 - Distribuição das Empresas por Sector de Actividade



Fonte: IGEPE

40. Em termos de capital social, o **sector de electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio**, destaca-se a EDM, E.P., que detinha o maior peso (**57%**), seguido do sector de **transportes e armazenagem** com **20%**, sendo a ADM,E.P a empresa com maior capital social no valor de **4.537 milhões de MT**. Na sequência destaca-se o sector de actividades de **informação e de comunicação** com **16%**, onde a TMCEL, S.A revelou-se como a empresa de maior peso ao registar, em 2020, o capital social de **14.075 milhões de MT**. Os restantes sectores perfazem **7%** do total do capital social agregado.

Gráfico 2 - Capital Social por Sector de Actividade (em milhões de MT e %)



Fonte: IGEPE

3.1.2.2 Classificação Quanto a Importância

41. Quanto à sua importância, as empresas do SEE consideradas no perímetro de consolidação podem ser classificadas como **estratégicas e estruturantes**¹, **estratégico-sociais**² e **de interesse económico-financeiro**, conforme o diagrama que se segue.

¹ **Empresa Estratégiestructurante** – que asseguram o desenvolvimento e gestão de recursos e infra-estruturas estratégicos para a economia, soberania nacional e interesse público, estruturam longas e diversas cadeias produtivas, com impacto transversal no desenvolvimento nacional

² **Empresa Estratégica** – aquelas cujo objecto principal enquadra-se na estratégia de desenvolvimento do Governo

**Estratégica e
Estruturante
(8)**

- **Públicas** – CFM, ENH, EDM e ADM;
- **Participadas** – BNI, TMCEL, PETROMOC e LAM.

**Estratégico-Social
(8)**

- **Públicas** – RM, TVM, INM, HICEP, RBL, ENPCT e EMODRAGA;
- **Participadas** – SMM.

**Interesse Económico-
Financeiro
(11)**

- **Pública** - CORREIOS;
- **Participadas** – EMOSE, NOTÍCIAS, DOMUS, MONTE BINGA, FARMAC, STEMA, MEDIMOC, EMOPESCA, TRANSMARÍTIMA e EMEM.

42. Em 2020, **oito (08) empresas** integravam a classe das **estratégicas e estruturantes**, sendo **quatro (04) públicas (CFM, ENH, EDM e ADM)** e **quatro (04) participadas (BNI, TMCEL, PETROMOC e LAM)**.
43. As empresas que desempenham um papel **estratégico-social** em linha com a agenda de desenvolvimento do país perfazem um total de **oito (08)** das quais **07** são **públicas (RM, TVM, INM, HICEP, RBL, ENPCT e EMODRAGA)** e **uma (01)** é **participada** do sector da saúde (**SMM**).
44. Pertencendo a classe das empresas de **interesse económico-financeiro**, encontram-se **11 empresas**, sendo **uma (1) pública (Correios de Moçambique, que se encontrava em processo de extinção)** e **10 participadas**, nomeadamente EMOSE, NOTÍCIAS, DOMUS, MONTE BINGA, FARMAC, STEMA, MEDIMOC, EMOPESCA, TRANSMARÍTIMA e EMEM.

3.2 Análise às Demonstrações Financeiras Consolidadas

45. Na presente secção são analisadas as principais demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente o balanço e a demonstração de resultado referente ao exercício de 2020.
46. De referir que, o período em análise foi marcado pelo abrandamento da actividade económica tanto ao nível global como doméstico, decorrente do impacto adverso da pandemia da Covid -19, da ocorrência de eventos climáticos extremos, terrorismo na zona norte, bem como da tensão político-militar na zona centro do país.
47. De um modo geral, os eventos acima afectaram substancialmente o desempenho económico-financeiro das empresas do SEE, contribuindo para a redução das vendas, desvalorização e em alguns casos destruição do património, bem como o incremento dos custos, principalmente daqueles associados à necessidade de implementação de medidas sanitárias cautelares, preventivas e correctivas face às vicissitudes enfrentadas no período.

3.2.1 Balanço

Tabela 1 - Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2020 (em MT)

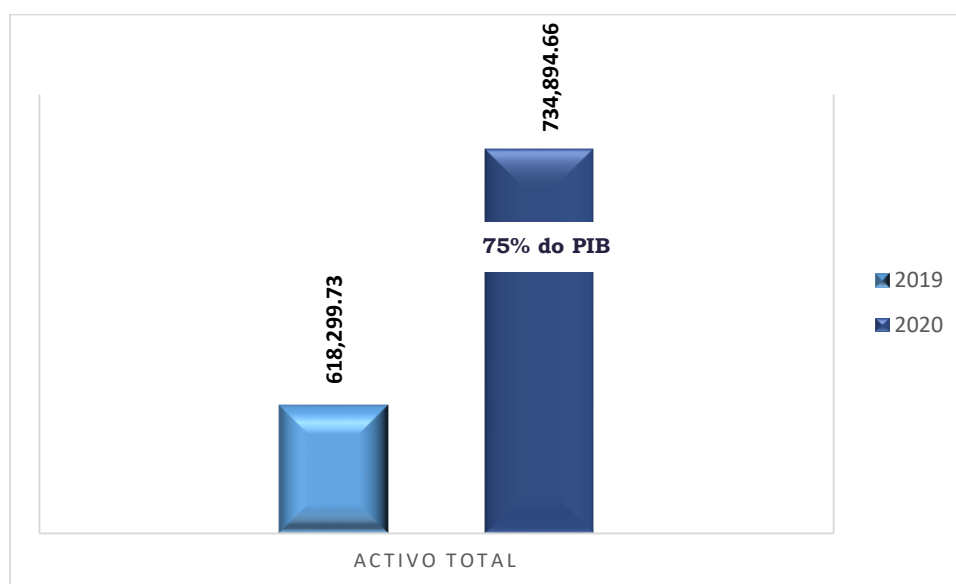
Rubrica	Nota	2020	2019
Activos			
Activos Tangíveis	4	357,419,744,554.00	355,735,646,440.00
Activos Tangíveis de Investimento	5	14,939,610,611.00	14,759,010,537.00
Goodwill	6	67,066,672.00	67,066,672.00
Activos Intangíveis	7	177,219,305,721.00	111,276,061,099.00
Activos Não-Correntes Disponíveis para Venda		588,330,000.00	701,228,401.00
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	10	4,047,821,837.00	3,210,013,646.00
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	8	19,075,599,614.00	18,219,301,645.00
Outros Activos Financeiros	9	1,350,834,855.00	1,351,831,857.00
Activos por Impostos Diferidos	32	9,739,615,331.50	3,806,013,139.00
Activos Não Correntes		584,447,929,195.50	509,126,173,436.00
Inventários	11	9,299,101,337.00	8,658,867,514.00
Clientes	10	39,674,187,968.50	28,382,860,126.00
Outros activos Correntes	12	41,897,512,515.00	28,722,083,026.00
Caixa e Bancos	13	59,575,928,402.00	43,409,749,023.00
Activos Correntes		150,446,730,222.50	109,173,559,689.00
Total de Activos		734,894,659,418.00	618,299,733,125.00
Capital Proprio			
Capital Social	16.1	361,014,763.00	361,014,763.00
Reservas Legais	16.2	15,509,936,733.00	13,835,699,050.00
Reservas de Reavaliação	16.2	82,599,556,528.00	93,621,737,837.00
Outras Reservas	16.2	3,278,823,636.00	2,926,646,035.00
Resultados Transitados		59,716,878,687.00	59,010,930,781.00
Outras Componentes do Capital Próprio	16.3	50,630,376,927.00	43,484,999,452.00
Resultado Líquido do Período		(7,031,291,688.00)	1,311,056,012.00
Interesses Minoritários		15,064,986,096.00	12,581,225,461.00
Total do Capital Proprio		220,130,281,682.00	227,133,309,391.00
Passivo			
Empréstimos Obtidos	18	18,584,202,566.50	14,882,212,926.00
Impostos a Pagar	21	1,447,016,732.00	1,571,032,782.00
Fornecedores	20	42,959,771,833.00	36,604,587,030.00
Outros Passivos Financeiros	19	52,684,077,202.50	40,136,882,533.00
Outras Contas a Pagar	22	41,740,593,451.00	33,014,342,506.00
Provisões	17	411,931,935.00	196,990,320.00
Passivo Corrente		157,827,593,720.00	126,406,048,097.00
Empréstimos Obtidos	18	216,991,610,246.00	147,164,346,486.00
Outros Passivos Financeiros	19	63,396,858,791.50	42,778,528,720.00
Provisões	17	27,095,520,214.50	25,519,541,683.00
Passivos por Impostos Diferidos	32	49,452,794,764.00	49,297,958,743.00
Passivo Não Corrente		356,936,784,016.00	264,760,375,632.00
Total do Passivo		514,764,377,736.00	391,166,423,729.00
Total do Capital Proprio e Passivo		734,894,659,418.00	618,299,733,125.00

Fonte: Relatório do Auditor

3.2.1.1 Activo

48. Em 31 de Dezembro de 2020, o **activo total** do SEE estava avaliado em **734.894 milhões de MT (9.811 milhões de US\$)**³, o correspondente a um **incremento** em **18,9%** face ao exercício anterior e a **75% do PIB**. Este desempenho deriva, de entre outros factores, do **aumento** do volume de **activos intangíveis** no valor de **65.943 milhões de MT (59,26%)**, representando um **incremento** em **5.933 milhões de MT (155,9%)**, dos **activos por impostos diferidos** e do **aumento** do valor do **activo tangível** em **1.684 milhões de MT (0,5%)**, se comparado a 2019.

Gráfico 3 – Activo Total (em milhões de MT)

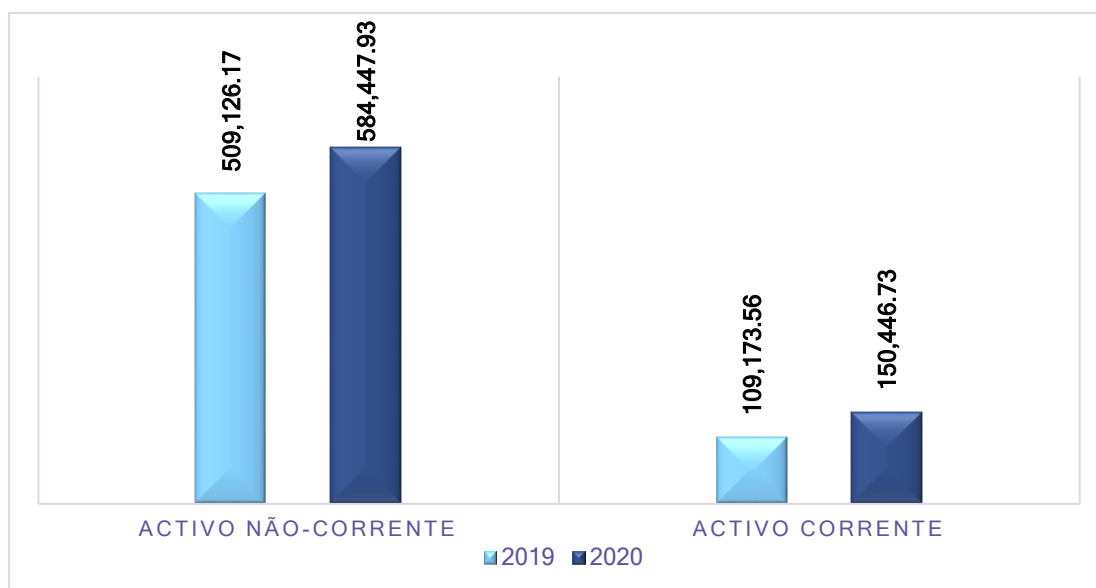


Fonte: IGEPE

49. Em termos de maturidade, no período em análise o **activo não-corrente** cifrou-se em **584.447 milhões de MT (80% do activo total e 60% do PIB)**, o correspondente a um **aumento** de **14,79%** comparativamente ao registado em 2019, influenciado em grande medida pelo incremento registado nos activos intangíveis.

³ Montante convertido à taxa de câmbio do final do período, publicada pelo Banco de Moçambique, de 74,90 MT/USD

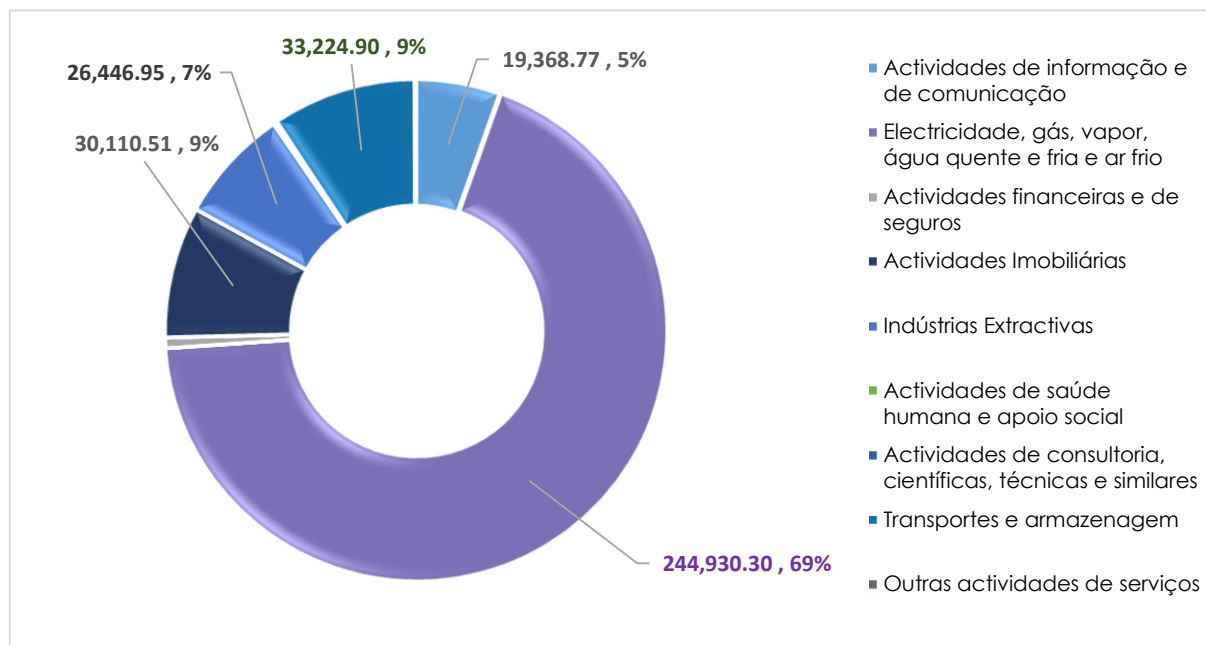
Gráfico 4 - Activo Não -Corrente vs Corrente (em milhões de MT)



Fonte: IGEPE

50. Por outro lado, o **activo corrente** situou-se em **150.446 milhões de MT**, o correspondente a **20%** do total e a **15% do PIB**. Este desempenho corresponde a uma melhoria em **38%** face aos registos de 2019, justificado, de entre outros factores, pelo incremento do **saldo em caixa e bancos** em **16.166 milhões de MT**, dos **clientes** em **11.291 milhões de MT** e de **outros activos correntes** em **13.175 milhões de MT**, com destaque para impostos devidos pelo Estado.
51. Consubstanciando o desempenho supracitado, o incremento verificado nos **activos intangíveis** deveu-se ao registo de **aquisições** no valor de **66.645 milhões de MT**, acrescido dos **ajustamentos das amortizações** para efeitos fiscais, no valor de **4.126 milhões de MT**.
52. Em relação aos **activos tangíveis**, nota-se a partir do gráfico que se segue, que o sector de **electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio** é o que detém **maior** peso, absorvendo **69% do total**, o equivalente a **244.930 milhões de MT**. De seguida encontram-se os sectores de **transporte e armazenagem** (**33.224 milhões de MT**) e de **imobiliária** (**30.110 milhões de MT**), ambos com um peso de **9%** sobre o total.

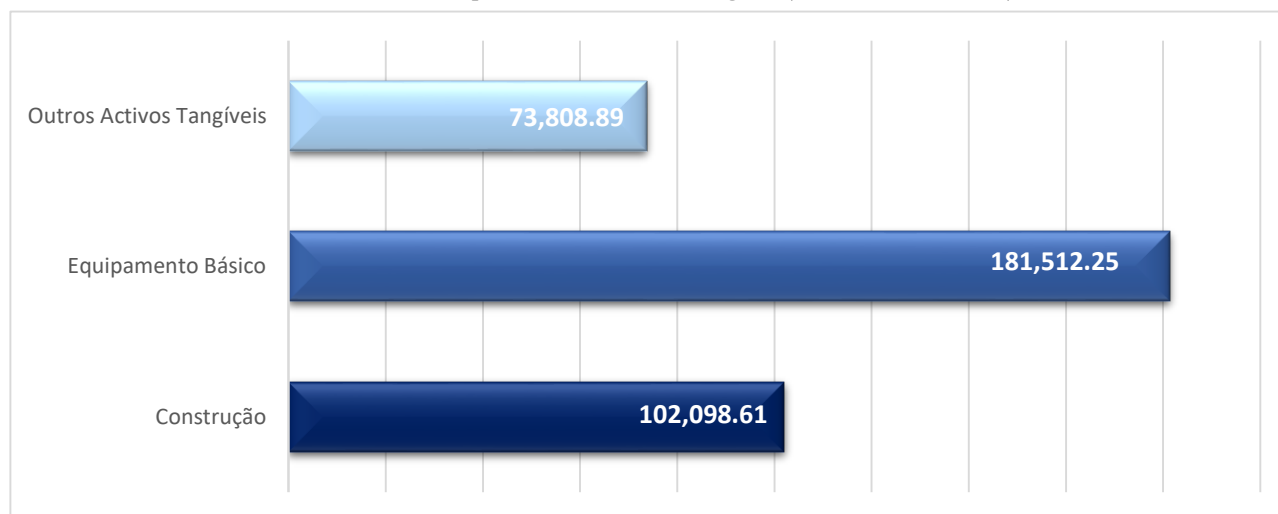
Gráfico 5 - Activo Tangível por Sector de Actividade (em milhões de MT)



Fonte: IGEPE

53. Quanto à composição, em 2020 o activo tangível era maioritariamente constituído por **equipamento básico**, avaliado em **181.512 milhões de MT (51,0% do total)**. Seguem-se as **construções**, avaliadas em **102.098 milhões de MT**, o equivalente a **28%**, sendo que os restantes **21% (73.808 milhões de MT)** correspondem a **outros activos tangíveis**.

Gráfico 6 - Composição do Activo Tangível (em milhões de MT)

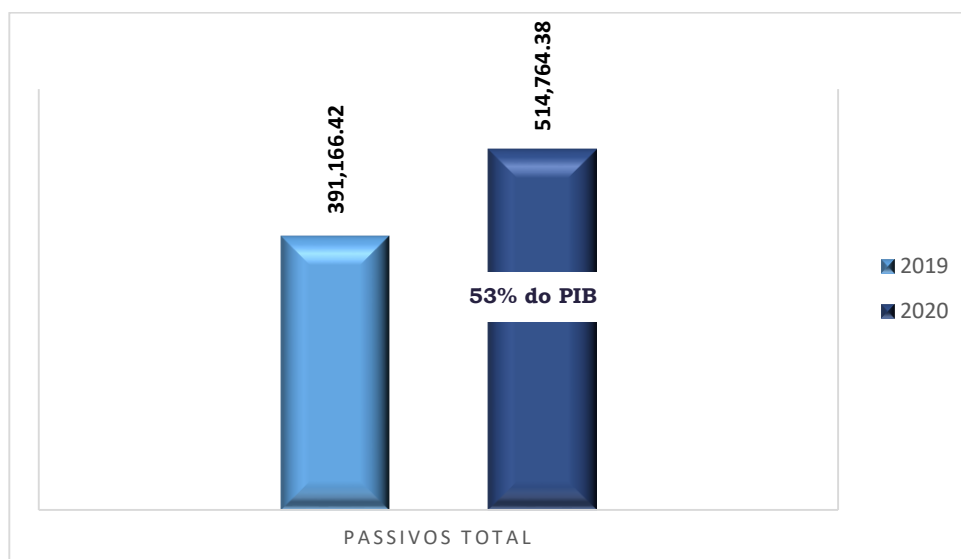


Fonte: IGEPE

3.2.1.2 Passivo

54. Em 31 de Dezembro de 2020, o **passivo total** do SEE estava avaliado em **514.764 milhões de MT**, o correspondente a um **incremento** de **32%** face aos **391.166 milhões de MT** registados em 2019. A cifra registada em 2020 equivale a **6.872 milhões de US\$** e a **53% do PIB**.

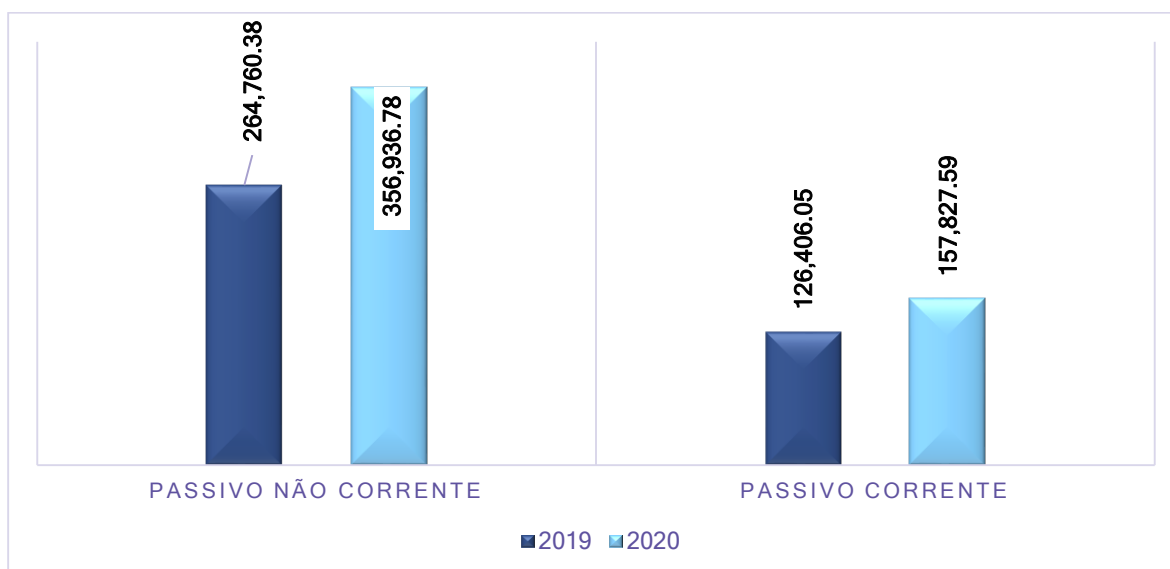
Gráfico 7 – Passivo Total (em milhões de MT)



Fonte: IGEPE

55. Este nível do passivo deriva do **aumento**, em 2020, do **passivo não-corrente** em **34,82% (92.176 milhões de MT)** para **356.936 milhões de MT**, dentre outros factores, devido a depreciação do metical face as principais moedas transacionadas no país, assim como a meticalização dos financiamentos contraídos em moeda estrangeira imposta pelo banco central, encarecendo o serviço da dívida. O incremento do **passivo corrente** em **24,26%** para **157.827 milhões de MT**, em face da necessidade de financiamento à tesouraria para a garantia da continuidade das operações, em um período em que a economia se ressentia do impacto da eclosão da covid-19, influenciou igualmente no crescimento do passivo total no período em análise.

Gráfico 8 - Passivo não-Corrente vs Corrente (em milhões de MT)



Fonte: IGEPE

56. O aumento do volume do passivo não-corrente verificado no período em análise, deve-se, de entre outros factores, ao **incremento** do saldo dos **empréstimos obtidos** de 147.164 milhões de MT em 2019 para **216.991 milhões de MT** em **2020**, assim como do saldo de **outros passivos financeiros** em **48,20% (20.618 milhões de MT)**, com destaque para os **acordos de retrocessão**⁴ que, após a obrigatoriedade imposta pelo banco central de conversão das dívidas em moeda estrangeira para o Metical, as empresas enfrentavam enormes desafios para o cumprimento do serviço da dívida para com Estado
57. Refira-se que a obrigatoriedade de conversão das dívidas em moeda estrangeira para Metical levou com que o passivo total crescesse em **31,60% (123.597 milhões de MT)**, tendo este sido um dos factores que influenciou significativamente no crescimento do volume de endividamento. A título de exemplo, em 2018 a **LAM,S.A** possuía um saldo da dívida de **5.884 milhões de MT**, que com a obrigatoriedade de converção em Metical evoluiu para **7.320 milhões de MT** em **2020**, um incremento do *stock* em **24,40%**. Outro caso que exemplifica o impacto desta medida foi o da **EDM,E.P**, que viu o *stock* da sua

⁴ **Acordos de retrocessão** – são acordos de financiamento repassados pelo Governo em que este faz o reembolso ao financiador, cabendo à empresa beneficiária reembolsar ao Governo.

dívida alcançar os **55.869 milhões de MT** em 2020, quando em 2019 era de **2.408 milhões de MT**, o que representa um aumento em mais de 2.000%.

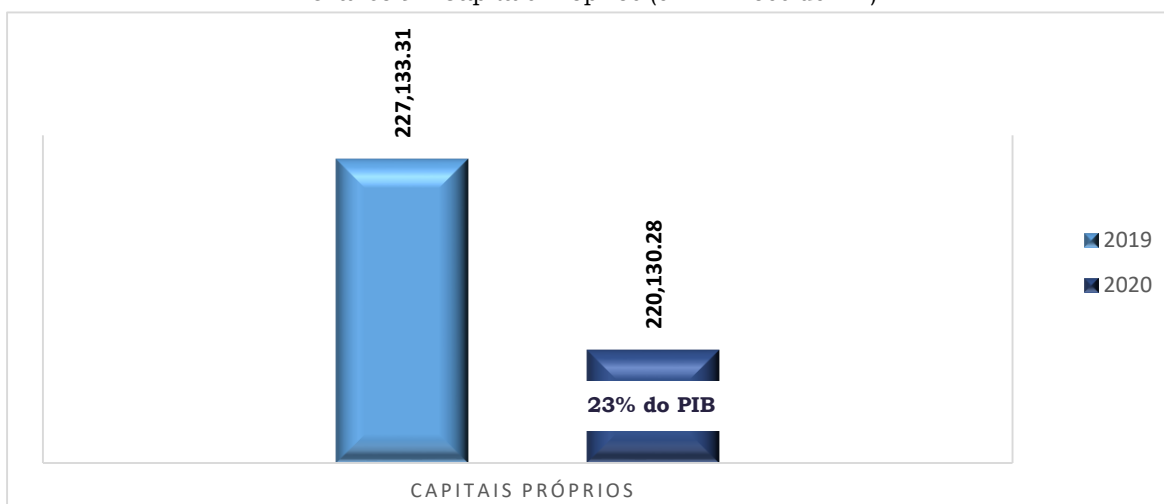
58. Por outro lado, dos factores que explicam o incremento do passivo corrente, destacam-se: **(i) outros passivos financeiros**, que cresceram em **12.547 milhões de MT (31,26%)**, **(ii) outras contas a pagar**, que registaram um aumento em **8.726 milhões de MT (26,43%)**, devido aos impostos diferidos, que possuem maior representatividade; **(iii) fornecedores**, cujo aumento foi de **6.355 milhões de MT (17,36%)**; e **(iv) empréstimos correntes**, cujo saldo registou um incremento em **3.701 milhões de MT (24,88%)** face ao exercício anterior, devido ao recurso a financiamento para fazer face aos efeitos da crise.

59. Refira-se que, em particular, devido ao impacto da pandemia da Covid-19, grande parte das empresas do SEE foi obrigada a recorrer a financiamento para apoio à tesouraria, ao mesmo tempo que viu a sua capacidade de fazer face às suas obrigações bancárias reduzida, aumentando, assim, os juros, em particular os de mora.

3.2.1.3 Capitais Próprios

60. O SEE encerrou o exercício de 2020 com um saldo de capitais próprios de **220.130 milhões de MT**, equivalente a **2.938 milhões de US\$** e a **23% do PIB**. Esta cifra corresponde a uma **redução** em **3% (7.003 milhões de MT)**, se comparado ao saldo registado em 2019, de **227.133 milhões de MT**.

Gráfico 9 - Capitais Próprios (em milhões de MT)



Fonte: IGEPE

61. Os factores que contribuíram para a **deterioração dos capitais próprios** em 2020 foram a redução das reservas de reavaliação em **11.022 milhões de MT (11,77%)**, associadas às reavaliações não efectuadas ao activo tangível, bem como o registo de **resultados líquidos negativos** por parte de algumas empresas, na ordem dos **7.031 milhões de MT**.
62. Por outro lado, de entre outros, as rubricas **outras componentes do capital próprio, interesses minoritários** e as **reservas legais** registaram um incremento em **7.143 milhões de MT (16,43%)**, **2.483 milhões de MT (19,74%)** e **1.674 milhões de MT (12,10%)** respectivamente, contrabalançando os efeitos da redução do saldo das reservas de avaliação e dos prejuízos líquidos de algumas empresas registadas no período.

3.2.2 Demonstração de Resultados

Tabela 2 - Demonstração de Resultados Consolidada em 31 de Dezembro de 2020 (em MT)

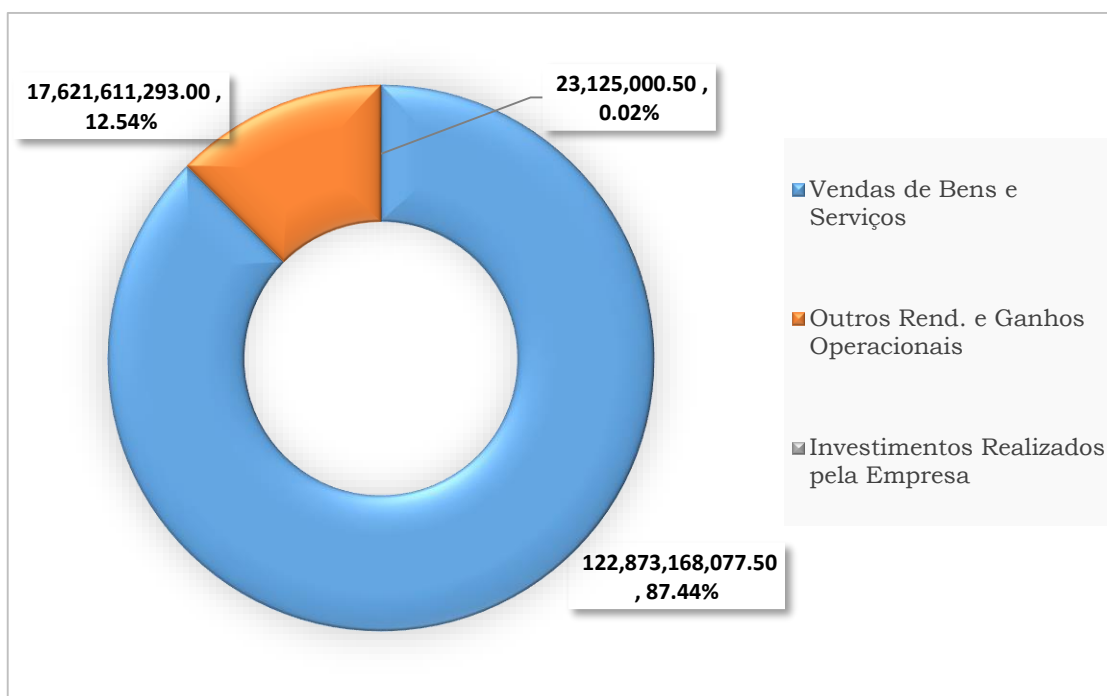
Rubrica	Notas	2020	2019
Vendas de Bens e Serviços	23	122,873,168,077.50	122,647,164,664.00
Custos dos Inventários Vendidos ou Consumidos	11	-49,703,167,365.00	-50,442,288,931.00
Margem Bruta		73,170,000,712.50	72,204,875,733.00
Variação da Produção e do Trabalho em Curso		-2,843,371.00	-1,175,079.00
Investimentos Realizados pela Empresa	24	23,125,000.50	41,551,741.00
Custos com Pessoal	25	-24,352,543,962.00	-22,363,087,817.00
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	26	-23,912,562,574.00	-23,279,833,927.00
Depreciações e Amortizações	27	-20,412,476,795.00	-20,860,304,665.00
Imparidade das Contas a Receber	12	-2,700,473,939.00	-4,633,293,362.00
Ajustamentos de Inventários		-362,151,764.00	-2,140,066.00
Imparidade dos Activos Tangíveis de investimento e intangíveis	4 e 7	-404,348,080.00	-751,643,295.00
Imparidade de Investimentos Financeiros	28	-1,166,673,349.00	-19,052,759.00
Provisões	18	-2,182,571,092.00	-4,739,458,017.00
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	29	17,621,611,293.00	17,461,245,511.00
Reversão do Período			
Outros ganhos e Perdas Operacionais		-2,894,824,564.00	-5,359,283,901.00
Resultado Operacional		12,423,267,516.00	7,698,400,097.00
Rendimentos e Ganhos Financeiros	31	27,231,469,631.00	18,465,717,091.00
Gastos e Perdas Financeiros Líquidos	31	-43,149,317,846.00	-20,345,849,121.00
Ganhos e perdas imputados de associadas		1,617,024,403.00	1,997,336,168.00
Resultado Financeiro		-14,300,823,812.00	117,204,138.00
Ganhos/Perdas Imputados de Associados		1,617,024,403.00	1,997,336,168.00
Resultado Antes de Impostos		-1,877,556,296.00	7,815,604,235.00
Imposto Sobre Rendimentos	32	-4,247,969,189.00	-6,322,982,865.00
Resultado Líquido		-6,125,525,485.00	1,492,621,370.00
Resultado Líquido Atribuído aos Detentores de Capital na Empresa-Mãe		-7,031,291,688.00	1,311,056,012.00

Fonte: Relatório do Auditor

3.2.2.1 Proveitos

63. No período em análise o SEE arrecadou **proveitos** no valor de **140.517 milhões de MT (1.876 milhões de US\$)**, o equivalente a **14% do PIB** e a um **incremento de 0,26%** em relação ao registado em 2019. Deste montante, as **vendas de bens e serviços** representaram **87,44%**, isto é, **122.873 milhões de MT (1.640 milhões de US\$ e 13% do PIB)**, contra 122.647 milhões de MT em 2019. Os restantes **12,56%** resultam da contribuição de **outros rendimentos e ganhos operacionais**, com destaque para rendimentos de instrumentos financeiros, aluguer de imóveis e subsídio à exploração, bem como **investimentos realizados pelas empresas** em activos tangíveis.

Gráfico 10 - Composição dos Proveitos 2020 (em MT)

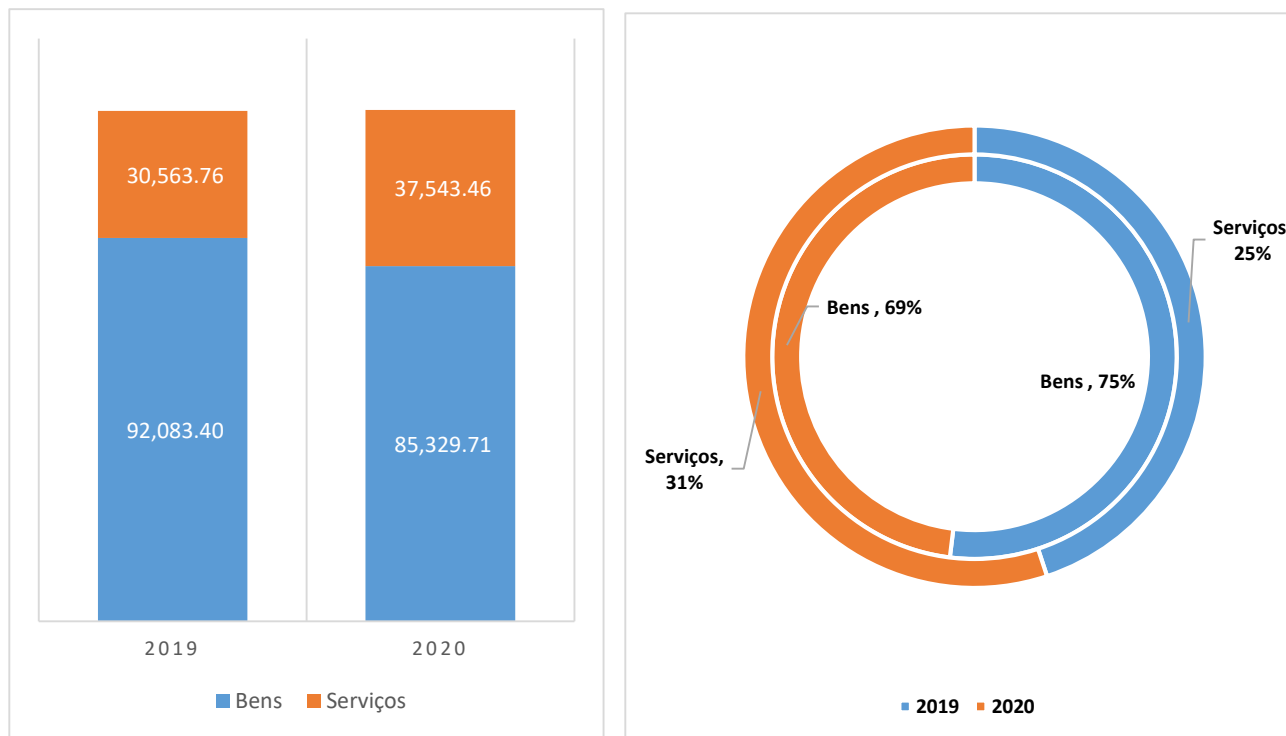


Fonte: IGEPE

64. Do total das vendas, **69% (85.329 milhões de MT)** corresponde à comercialização de **bens** e **31% (37.543 milhões de MT)** à **prestação de serviços**. Comparativamente ao exercício anterior, as **vendas de bens** registaram uma **redução** em **7,33%**, enquanto que a receita resultante da **prestação de serviços** registou um **aumento** em **22,84% (vide o gráfico 9)**.

65. Refira-se que de acordo com as NIRF, para efeitos de consolidação de contas, as vendas entre as empresas do SEE, que totalizam **3.303 milhões de MT** são excluídas desta rubrica. Entretanto, os custos relativos a estas vendas não beneficiam de igual tratamento, o que gera algumas distorções.

Gráfico 11 - Composição das Vendas (em milhões de MT e %)

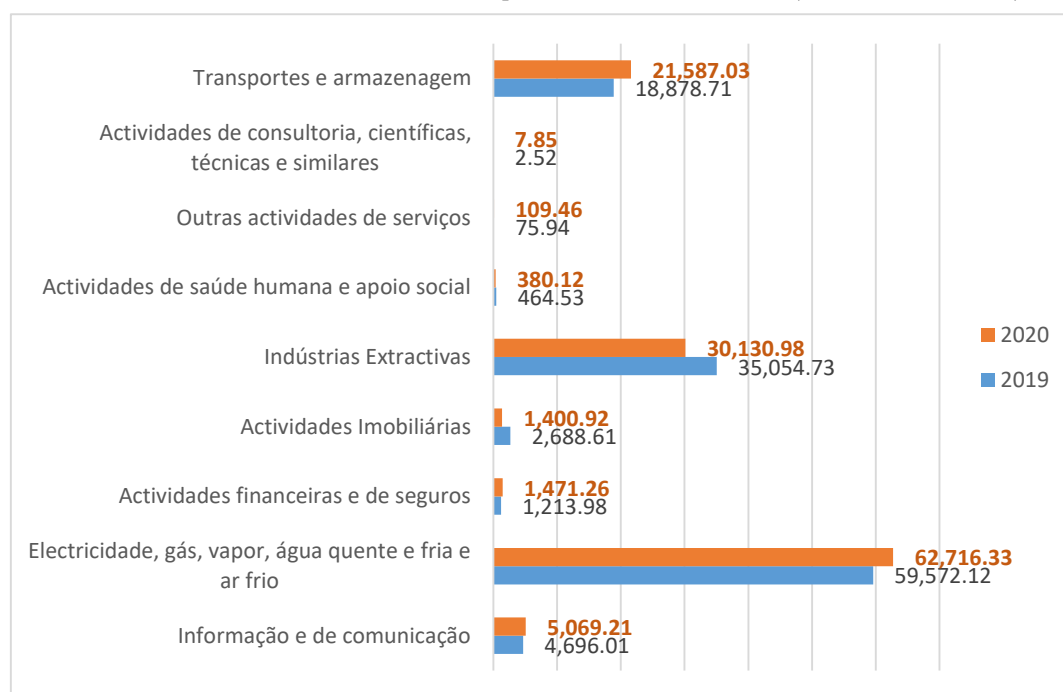


Fonte: IGEPE

66. O abrandamento verificado nas **vendas de bens** deve-se, de entre outros factores, à **contracção** da demanda por bens relacionados com o fornecimento de **energia e combustíveis** em **6.930 milhões de MT (8,00%)**, bem como à redução da procura por medicamentos em **84 milhões de MT (18,00%)** e por impressos e jornais em **59 milhões de MT (20,00%)**, comparativamente a 2019.

67. Por outro lado, o incremento do volume de vendas da **prestação de serviços**, resulta, de entre outros factores, do aumento em **117% (5.173 milhões de MT)** na demanda por serviços de fornecimento de **energia e combustíveis** e de **1,71% (4.342 milhões de MT)** por **serviços ferroviários**. Em virtude das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, a procura por **serviços de aeronáutica** contraiu em **35%** face ao exercício anterior.
68. **Por sectores de actividade**, a contribuição para o volume de vendas, de acordo com o gráfico 9 seguinte, destacam-se os sectores de **electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio**, com **62.716 milhões de MT (51% do total)**, **Indústria Extractiva** com **30.130 milhões de MT (25% do total)** e dos **transportes e armazenagem** com **21.587 milhões de MT (18%)**.

Gráfico 12 - Volume de Vendas por Sector de Actividade (em milhões de MT)



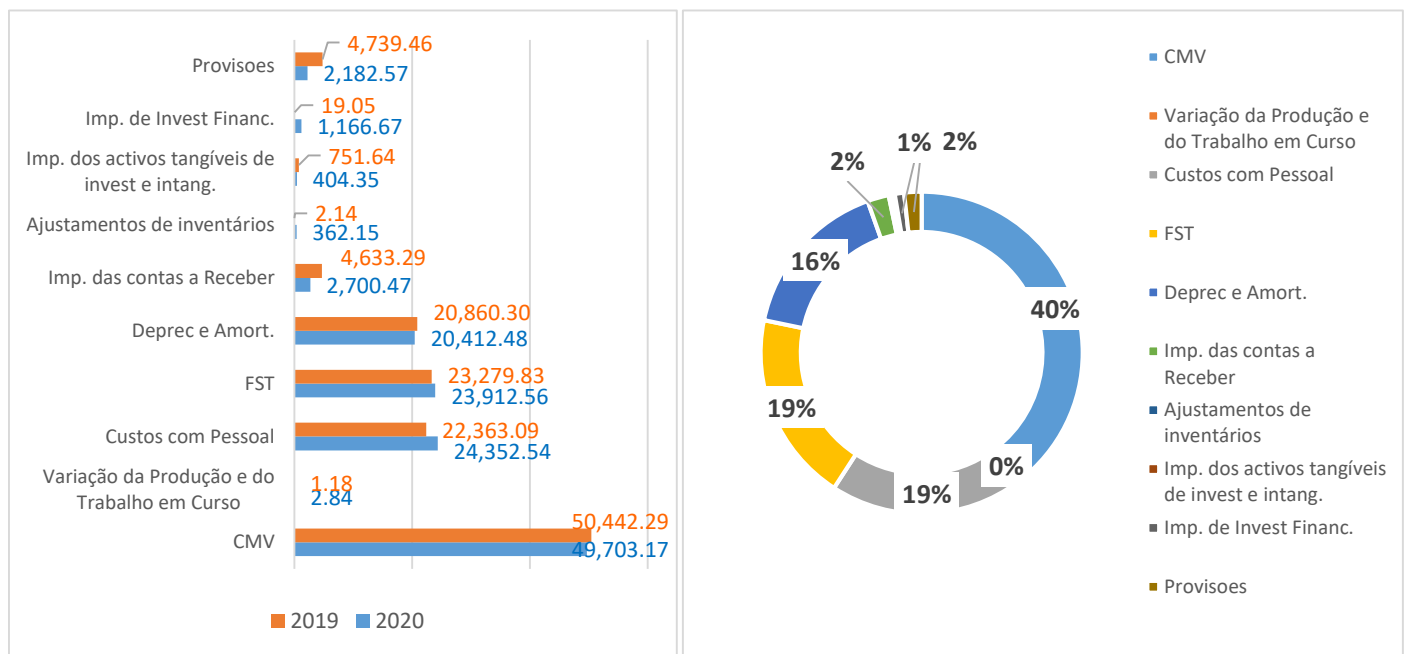
Fonte: IGEPE

69. Paralelamente, os sectores de **actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares**, **outras actividades de serviços** e **actividades de saúde humana e apoio social** foram os que menos contribuíram para o volume de vendas em 2020, tendo o SEE gerado uma receita de **7 milhões de MT**, **109 milhões de MT** e **380 milhões de MT**, respectivamente.

3.2.2.2 Custos

70. Em 2020, os **custos operacionais** do SEE situaram-se em **110.449 milhões de MT (11% do PIB)**, o correspondente a **89% das vendas** e a uma **redução em 4 p.p.** comparativamente aos custos registados no exercício anterior. Este desempenho é justificado, essencialmente, pela contracção em **53,95% (2.556 milhões de MT)**, **41,72% (1.932 milhões de MT)**, **1,47% (739 milhões de MT)** e **2,15% (447 milhões de MT)** das **provisões, imparidade das contas a receber, custo dos inventários vendidos ou consumidos e depreciações e amortizações**, respectivamente.
71. Em termos de peso, destacam-se na estrutura de custos como os mais relevantes o **custo com inventários vendidos e consumidos**, seguido dos **custos com fornecimentos e serviços de terceiros, com pessoal e depreciação e amortização** (vide o gráfico 11 que se segue).

Gráfico 13 - Estrutura de Custos (em milhões de MT)



Fonte: IGEPE

72. Para além do **custo com inventários vendidos e consumidos**, que absorveu **40% das vendas**, ao cifrar-se em **49.703 milhões de MT**, os custos com o **pessoal (20%)**, **fornecimentos e serviços de terceiros (19%)** e com **amortizações (17%)** absorveram **56% (68.677 milhões de MT)** das vendas, contribuindo para o alcance do **resultado operacional positivo de 12.423 milhões de MT**.

73. No que diz respeito aos **gastos financeiros**, observou-se um **agravamento** em **112% (22.803 milhões de MT)** face ao observado em 2019, decorrente, essencialmente, ao crescimento das diferenças cambiais desfavoráveis, meticalização da dívida por acordos de retrocessão por instruções do banco de moçambique e a custos com o serviço da dívida em crescendo.

3.2.2.3 Resultado Operacional

74. Quanto ao **resultado operacional**, o SEE encerrou o exercício económico de 2020 com um saldo **positivo** de **12.423 milhões de MT**, contra **7.698 milhões de MT** em 2019, representando um **aumento significativo** de **4.724 milhões de MT**, correspondentes a uma melhoria em **61%**.
75. O desempenho supra é justificado, em grande medida pela **redução** em **53% (2.556 milhões de MT)** das **provisões** e em **41% (1.932 milhões de MT)** das **imparidades das contas a receber**, denotando a melhoria na cobrança de dívidas aos clientes. Adicionalmente, há que se considerar o impacto da **redução** do custo de **outras perdas operacionais** em **45% (2.464 milhões de MT)**.
76. Expurgando as **amortizações**, o SEE teria registado em 2020 um **EBITDA de 32.835 milhões de MT**, significando que o sector consegue cobrir os respectivos custos operacionais com a receita proveniente das suas operações.

3.2.2.4 Resultado Financeiro

77. Em 2020 o **resultado financeiro** do SEE cifrou-se em **14.300 milhões de MT negativos**, contra **117 milhões de MT** positivos registados em 2019. Esta **degradação** acentuada deveu-se, de entre outros factores, ao **aumento** significativo, isto é, em **227% (23.330 milhões de MT)**, das **diferenças cambiais desfavoráveis** face ao período anterior. Refira-se que o câmbio do final do período do MT em relação ao USD passou de **61,46 MT/USD** em 2019 para **74,90MT/USD** em 2020, uma **depreciação** de **16,19%**.

78. Para além das diferenças cambiais desfavoráveis, os **empréstimos bancários** e os **juros** associados foram outros gastos financeiros importantes para o desempenho financeiro observado no período em análise, devido ao seu peso na estrutura de custos desta natureza.
79. Do lado dos **rendimentos**, as **diferenças cambiais favoráveis** cresceram em **7.397 milhões de MT (55%)**, os ganhos decorrentes de investimento em **obrigações e títulos de participação** em **15%** (para **1.847 milhões de MT**) e **outros rendimentos e ganhos financeiros**, que registaram um incremento de **1.612 milhões de MT (105%)**; apesar de não terem sido suficientes para reverter o resultado financeiro negativo, serviram para mitigar os efeitos gravosos dos gastos financeiros.

3.2.2.5 Resultado Líquido

80. No período em análise, o **resultado líquido** registado pelo SEE cifrou-se em **6.125 milhões de MT negativos**, após um saldo positivo de **1.492 milhões de MT** em 2019, representando um desgaste de **7.618 milhões de MT (510%)**. Este **prejuízo** é justificado, não somente, pelo impacto corrosivo dos resultados financeiros verificado, principalmente pelas diferenças cambiais desfavoráveis, meticalização das dívidas por acordos de retrocessão, fortemente impactada pela desvalorização do Metical, mas também pelo aumento dos gastos com pessoal, imparidades, decorrentes fundamentalmente do crescendo da dificuldade de cobrança de dívidas por força da conjuntura adversa, em particular dos efeitos da pandemia da COVID-19 e das mudanças climáticas.
81. Entretanto, como acima referido, o IGEPE gere também participações financeiras minoritárias. Assim, considerando os resultados líquidos positivos agregados de **8.372 milhões de MT** das participações financeiras minoritárias, o **Resultado Líquido global** em 2020 é de **2.247 milhões de MT** positivos.

3.3 Rácios Económico-Financeiros Consolidados

82. A tabela que se segue avalia o desempenho do SEE medido em forma de rácios económico-financeiros.

Tabela 3 - Indicadores Económico – Financeiros

Descrição	Fórmula	2020	2019	Variação	Legenda
Rácios Financeiros					
Liquidez Corrente	AC/PC	95%	86%	9%	AC – Activo Corrente PC – Passivo Corrente
Endividamento	PT/AT	70%	63%	7%	PT – Passivo Total AT – Activo Total
Solvabilidade Total	CP/AT	43%	58%	-15%	CP – Capitais Próprios
Autonomia Financeira	CP/PT	30%	37%	-7%	
Rendi. dos Capitais Próprios	RL/CP	-3%	1%	-4%	RL – Resultado Líquido
Rácios Económicos					
Rendi. dos Activos	RL/AT	-0,83%	0,24%	-1%	
Margem Operacional	RO/Vendas	10,11%	6,28%	4%	RO – Resultado Operacional
Margem Financeira	RF/Vendas	-12,95%	-1,53%	-11%	RF – Resultado Financeiro
Margem Líquida	RL/Vendas	-4,99%	1,22%	-6%	
Prazo Médio de Recebimentos	(Cln*365)/Venda ou 12/Vendas	118	111	7	Cln - Clientes
Prazo Médio de Pagamentos	(Forn/Compras)*365	315	265	50	Forn - Fornecedores
Produtividade por Trabalhador (em MT)	Vendas/Nr. de Trabalhadores	6 337 915,51	6 432 768,52	- 94 853,01	
Fonte: IGEPE					

83. No que diz respeito à **liquidez**, o desempenho do SEE em 2020 foi **satisfatório**, visto que o sector possuía a capacidade de honrar com **95%** das suas obrigações de curto-prazo com recurso ao activo corrente existente naquele período. Este desempenho representa uma **melhoria** em **9 p.p** se comparado com o do exercício anterior.

84. O **rácio de endividamento** observou um **agravamento** em **7 p.p** para **70%**, denotando a necessidade de recurso a capital de terceiros que o sector teve de mobilizar para fazer face às vicissitudes que caracterizaram o período, em particular os efeitos combinados da Covid-19 e das condições climáticas adversas.

85. Em termos de **solvabilidade**, comparativamente a 2019 (58%), a capacidade do SEE de fazer face às suas obrigações com recurso a capitais próprios **reduziu** em **15%**, ao situar-se em **43%**.

86. Quanto à **autonomia financeira**, em 2020 o SEE foi capaz de honrar com as suas obrigações com recurso aos capitais próprios, numa proporção de **30%,7 p.p., abaixo** da capacidade registada em 2019.
87. Em termos de **rendibilidade dos activos**, verificou-se uma **degradação**, ao cifrar-se em **0,83% negativos** em **2020** contra **0,24%** positivos em 2019, significando que o SEE incorreu em prejuízos de 0,83% para cada metical investido em activos.
88. A **rendibilidade dos capitais próprios** deteriorou-se em **4%**, de 1% em 2019 para **3% negativos** em **2020**, devido ao resultado líquido negativo registado no período, face à conjuntura desafiante em que as empresas operaram.
89. Na vertente económica, verificou-se uma **melhoria** da **margem operacional** em **3,8 p.p.** para **10,1%**, sendo que em média para cada Metical aplicado nas operações do SEE, é gerado um retorno de **10,11** Meticais.
90. Por outro lado, as **margens financeira e líquida** foram negativas, tendo-se situado em **12,9%** e **4,9%**, como consequência dos elevados gastos financeiros e do incremento dos custos operacionais.
91. Em **2020**, o SEE levou em média **118 dias** para efectuar a boa **cobrança das vendas efectuadas a crédito**, isto é, **7 dias** a mais comparativamente a 2019.
92. Para efectuar o **pagamento das compras a crédito**, em 2020 o SEE levou em média **315 dias**, ou seja, mais **50 dias** em relação à média observada em 2019.
93. Em média, cada **trabalhador** do SEE contribui com pouco mais de **6 milhões de MT** para as **vendas** do sector, pese embora tenha-se verificado um ligeiro abrandamento comparativamente a 2019.

3.4 Desempenho Económico-Financeiro Agregado

3.4.1 Resultados por Tipo de Empresas

94. Dados agregados (isto é, diferentes dos consolidados), indicam que no geral, em 2020, os **resultados operacional e líquido** das participações do Estado foram **positivos**, na ordem dos **25.084 milhões de MT** e **1.867 milhões de MT**, respectivamente, fortemente afectado pelo **resultado financeiro negativo** de **23.925 milhões de MT** (anexo 2).

95. No que diz respeito ao **resultado operacional agregado**, o **SEE** obteve, no período em análise, um total de **8.915 milhões de MT**, dos quais **9.465 milhões de MT** derivam das **empresas exclusiva e majoritariamente participadas**, enquanto que **550 milhões de MT negativos**, derivam das **empresas públicas**. As empresas de **interesse econômico-financeiro (participações financeiras minoritárias)** contribuíram para a geração de um **resultado operacional** de **16.169 milhões de MT**.
96. Quanto ao **resultado financeiro**, em 2020, o **SEE** registou um **prejuízo** de **16.802 milhões de MT negativos**, tendo as **empresas públicas** registado o maior **défi ce (10.184 milhões de MT)**, seguido das **participações minoritárias** com **7.122 milhões de MT negativos** e por último as **empresas exclusiva e majoritariamente participadas** com um **resultado negativo** de **6.618 milhões de MT**.
97. Em termos de **resultado líquido**, constata-se um **prejuízo** de **6.504 milhões de MT** para o **SEE**, principalmente determinado pelo prejuízo de **6.757 milhões de MT** registado pelas **empresas públicas**, apesar da contribuição de **252 milhões de MT positivos** das **empresas exclusiva e majoritariamente participadas**. Entretanto, o resultado líquido negativo do SEE foi compensado pelos resultados líquidos positivos alcançados pelas empresas de **interesse econômico-financeiro** (principalmente as minoritariamente detidas pelo Estado), que contribuíram com um resultado líquido de **8.372 milhões de MT** que, **não só compensa** o prejuízo gerado pelo SEE, como contribui para um resultado global positivo do exercício de aproximadamente **dois mil milhões de MT**.

Tabela 4 - Resultados por Tipo de Empresa

Tipo de Empresa	Resultado Operacional	Resultado Líquido	Peso (%)
Públicas	-550 064 728,00	-6 757 010 061,00	24%
Exclusiva ou majoritariamente detidas pelo Estado	9 465 219 516,00	252 317 098,00	38%
Minoritárias	16 169 229 219,78	8 372 542 870,41	38%
TOTAL	25 084 384 007,78	1 867 849 907,41	100%

Fonte: IGEPE

98. Em termos proporcionais constata-se que quanto a contribuição para os resultados, as **empresas públicas (24% do total)** registaram, de um modo agregado prejuízos operacional e líquido, sendo que as restantes (38% Exclusivas ou maioritariamente detidas pelo Estado e 38% - Minoritárias), permitiram a conversão dos prejuízos e lucro nos termos apresentados na tabela supra.

3.4.2 Resultados por Importância Estratégica

99. Considerando a classificação por importância estratégica, as empresas consideradas **estratégicas e estruturantes** registaram, em 2020, um **resultado operacional agregado positivo de 8.799 milhões de MT**, enquanto que as **estratégico-social** obtiveram um **prejuízo agregado de 539 milhões de MT**. Contribuição significativa veio das empresas em que o Estado possui **interesse económico-financeiro** (em particular das minoritariamente detidas pelo Estado), resultando num **resultado operacional** na ordem dos **16.823 milhões de MT**. Refira-se que as empresa estratégico-sociais não prosseguem o lucro, mas sim um objectivo com pendor social.
100. No que diz respeito ao **resultado financeiro**, evidenciam-se as empresas **estratégicas e estruturantes**, com um **prejuízo agregado de 16.143 milhões de MT**, seguido das empresas de **interesse económico-financeiro** com um prejuízo de **7.708 milhões de MT**. Por último figuram as empresas **estratégico-sociais** com um **prejuízo financeiro de 74 milhões de MT**.
101. Em relação ao **resultado líquido**, as empresas **estratégicas e estruturantes** apresentaram um **prejuízo de 6.347 milhões de MT**, ao mesmo tempo que as **estratégico-sociais** registavam um **prejuízo de 76 milhões de MT**. Em contrapartida, as empresas de **interesse económico-financeiro** (principalmente as minoritárias) registaram um **resultado líquido positivo de 8.291 milhões de MT** que, não só compensa os prejuízos das outras duas categorias como gera um resultado líquido agregado positivo.

Tabela 5 - Resultados por Importância Estratégica (em MT)

Empresa por Importância Estratégica	Resultado Operacional	Resultado Líquido	Peso (%)
Estratégica e Estruturante	8 799 616 046,00	-6 347 929 363,00	18%
Estratégico Social	-539 033 623,00	-76 050 266,00	16%
Interesse Económico - Financeiro	16 823 801 584,78	8 291 829 536,41	66%
TOTAL	25 084 384 007,78	1 867 849 907,41	100%

Fonte: IGEPE

102. De acordo com a tabela acima, as empresas estratégicas e estruturantes, que correspondem a 18% da carteira é que registaram maior prejuízo líquido no período, seguido das empresas consideradas estratégico social que equivalem a 16% da carteira com prejuízos operacional e líquido.

103. Na mesma sequência, o desempenho das empresas de interesse económico-financeiro que correspondem a 66% da carteira, permitiu a extinção dos prejuízos registados nas categorias anteriores.

3.4.3 Resultados por Sector de Actividade

104. Quanto aos resultados por sector de actividade, ao nível **operacional** o destaque vai para a **indústria extractiva (10.967 milhões de MT)**, tendo a MOZAL, S.A sido a maior contribuinte com **9.722 milhões de MT**, seguido do sector de **electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (9,636 milhões de MT)**, resultante da contribuição da HCB, S.A com **11.835 milhões de MT** contrabalançando os prejuízos registados por algumas empresas). Os sectores de **actividades financeiras e de seguros (8.004 milhões de MT)** e de **transportes e armazenagem (3.853 milhões de MT)** contribuíram, igualmente para o registo de resultado operacional agregado positivo, especialmente devido às contribuições do Millennium BIM, com **5.888 milhões de MT**, e dos CFM, E.P (**4.922 milhões de MT**) e PETROMOC, S.A (**4.704 milhões de MT**).

105.No que se refere ao **resultado financeiro**, que se cifrou em 23.925 milhões de MT negativos, ressalta o impacto causado pelos sectores de **electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio**, com um prejuízo de **10.653 milhões de MT**, **indústria transformadora**, com um saldo negativo de **5.910 milhões de MT**, **transporte e armazenagem**, com um prejuízo de **5.895 milhões de MT** e **informação e comunicação**, com um saldo financeiro de **2.332 milhões de MT negativos**.

Em termos de **resultado líquido**, o sector da **indústria extractiva** teve uma contribuição significativa na ordem dos **10.393 milhões de MT**, com destaque para a MOZAL, S.A, seguido do sector **financeiro e de seguros** com uma contribuição de **5.981 milhões de MT**, onde destaca-se a contribuição do Millennium BIM, e por fim o sector de **electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio**, com um contributo de **995 milhões de MT**, determinado pelo desempenho da HCB, S.A.

INFORMAÇÃO ADICIONAL DE
GESTÃO



CAPÍTULO

CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA

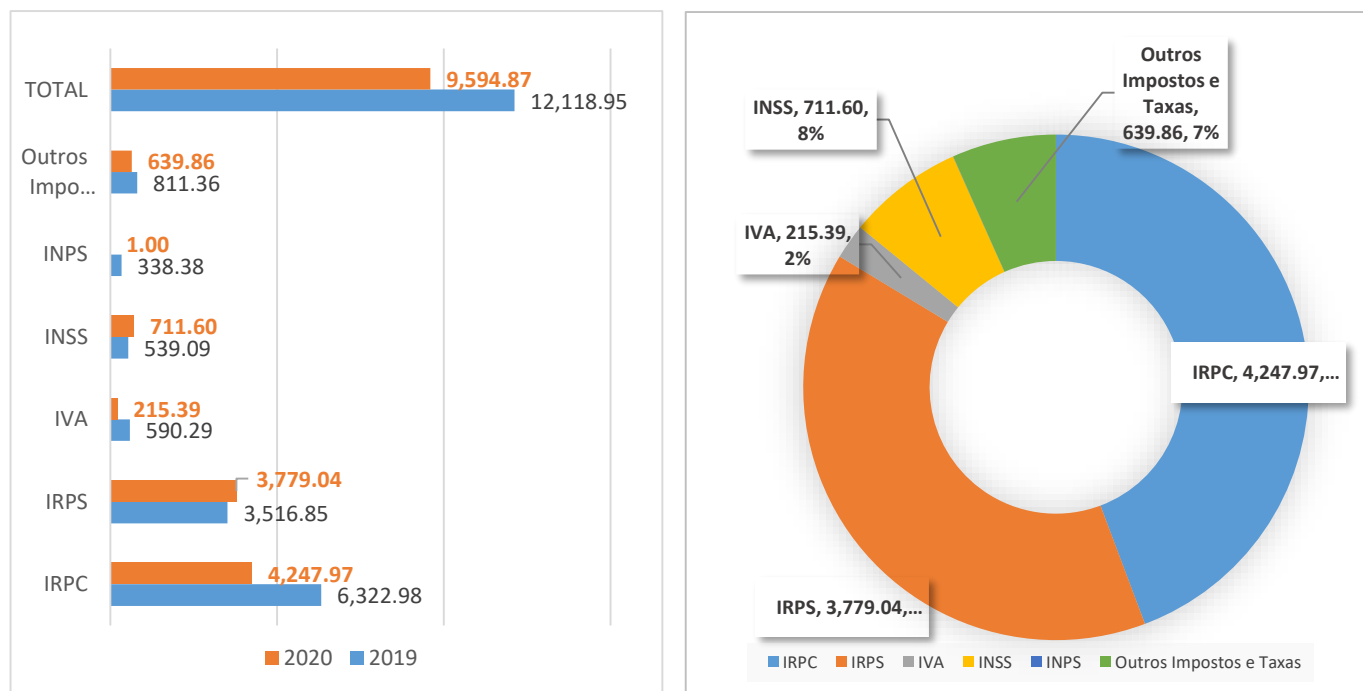


4 CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA

4.1 Receita e Despesa Fiscal

106. Em 2020, o SEE contribuiu para a arrecadação de receitas fiscais para os cofres do Estado com **9.594 milhões de MT**, o equivalente a **128 milhões de US\$** e a **1% do PIB**. Estas cifras correspondem a uma **redução em 21% (2.524 milhões de MT)** comparativamente ao exercício anterior, devido, de entre outros factores, à **diminuição em 2.075 milhões de MT (33%)** da matéria colectável em sede do **IRPC**, redução em **374 milhões de MT (64%)** do **IVA** pago ao Estado, bem como a redução em **171 milhões de MT** em sede de **outros impostos e taxas** canalizados ao Estado (vide o gráfico que se segue).

Gráfico 14 - Contribuição para a Receita Fiscal (em milhões de MT)



Fonte: IGEPE

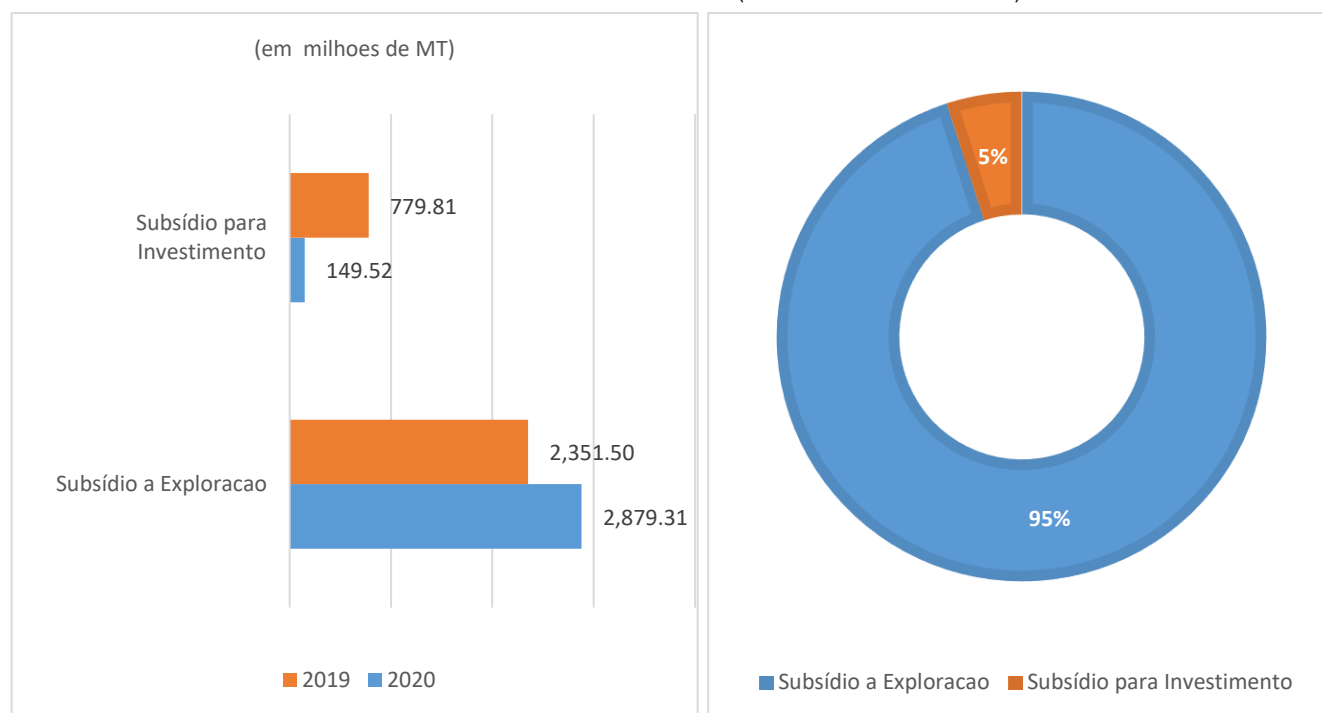
107. Do total de impostos pagos pelas empresas do SEE, **44% (4.247 milhões de MT)** corresponde ao **IRPC**, **39% ao IRPS (3.779 milhões de MT)**, **8% ao INSS (711 milhões de MT)**, **2% (215 milhões de MT) ao IVA** e os restantes **7% (639 milhões de MT) a outros impostos e taxas** pagos no período em análise.

108.O IRPC representa a maior contribuição directa do SEE para a receita fiscal do Estado, não obstante o efeito multiplicador que as transacções entre as empresas do sector **(3.303 milhões de MT)**, bem como com terceiros, tem na arrecadação do IVA.

109.No período em análise, em apoio às empresas do SEE, o Estado desembolsou o valor de **3.028 milhões de MT**, o equivalente a **40 milhões de US\$** e a **0,31% do PIB**, na forma de subsídios e subvenções de diversa natureza.

110.Do total desembolsado **95% (2.879 milhões de MT)** foram alocados para suportar **actividades de exploração** (subsídio de exploração), enquanto que os restantes **5% (149 milhões de MT)** foram destinados a investimentos.

Gráfico 15 - Subsídios do Governo (em milhões de MT e %)



Fonte: IGEPE

111.Face às vicissitudes impostas pela conjuntura sócio-económica desafiante, o **subsídio do Estado** às empresas do SEE reduziu em **3,27%** comparativamente ao exercício anterior, sendo de destacar a **redução acentuada** em **81% (630 milhões de MT)** da verba dedicada ao **investimento** e o incremento do **subsídio à exploração** em **22% (527 milhões de MT)** para **2.879 milhões de MT**, como forma de conter os efeitos adversos gerados pela pandemia da Covid-19 e eventos climáticos extremos, de entre outros.

112. Para além dos subsídios retromencionados, o Estado interveio por via de realização de aportes e/ou aumento do seu capital social nas empresas, ao desembolsar **701,3 milhões de MT**, para as seguintes empresas:

Tabela 6 - Empresas Beneficiárias de Aportes de Capital (em MT)

Empresas	Montante
CORREIOS	34.670.097,46
EMEM	1.117.083,95
LAM	516,420,016,46
ADM	143.713.159,41
MEDIMOC	427.050,00
FARMAC	5.000.000,00
TOTAL	701.347.407,28

Fonte: Relatório de Balanço IGEPE (2020)

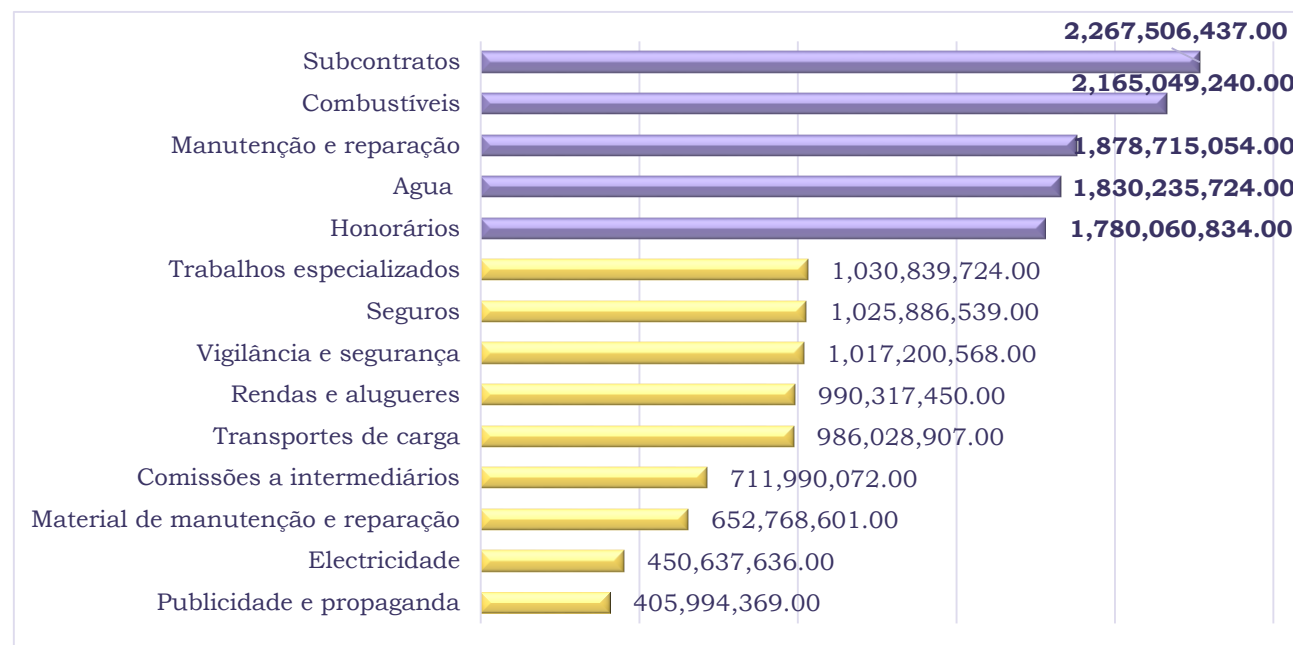
113. De entre os valores alocados às empresas do SEE, destacam-se os **516 milhões de MT** concedidos à **LAM** e os **143 milhões de MT** alocados à **ADM** para efeitos de cumprimento do serviço das dívidas garantidas pelo Estado.

114. No período em análise, foram, igualmente, aportados: (i) **34 milhões de MT** aos **Correios de Moçambique** para pagamentos de salários correntes; (ii) **cinco milhões de MT** à **FARMAC** no âmbito da realização do capital social; e (iii) pouco mais de **um milhão de MT** à **EMEM** e cerca de **427 mil MT** à **MEDIMOC**, para o saneamento do passivo laboral.

4.2 Benefícios Sociais

115. As empresas do SEE contribuem significativamente para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade moçambicana, incluindo a geração de postos de trabalho directos e indirectos, renda, contribuição para o fisco, bem como acções de responsabilidade social.
116. Em **2020**, o SEE empregava directamente cerca de **19.400 trabalhadores**, tendo criado mais de **300 novos postos de emprego**, comparativamente aos registos de 2019.
117. Associado aos empregos directos gerados pelas empresas do SEE, em 2020 foram gastos em **despesas com pessoal 24.352 milhões de MT**, o equivalente a **325 milhões de US\$** e a **2% do PIB**, de entre remunerações, assistência médica e medicamentosa, acção social, formação e treinamento, indemnizações e pensões, entre outras, a uma média de 1,3 milhões de MT por trabalhador por ano.
118. Por outro lado, o SEE movimentou, em termos de aquisição de **bens e serviços 23.912 milhões de MT (319 milhões de US\$)**, o correspondente a **2% do PIB** e a um aumento de **3%** comparativamente ao exercício anterior.

Gráfico 16 - Estrutura de Custos com Bens e Serviços (em MT)



Fonte: IGEPE

119. Conforme pode-se constatar do gráfico acima, as **subcontratações (2.267 milhões de MT – 9,48% do total)**, os gastos em **combustíveis (2.165 milhões de MT – 9,05% do total)**, **manutenção e reparações (1.878 milhões de MT – 7,86% do total)**, **água (1.830 milhões de MT – 7,65% do total)** e **honorários (1.780 milhões de MT – 7,44% do total)**, representaram os bens e serviços mais procurados pelas empresas do SEE, correspondendo a **41,49% do total**, ou seja, a **9.921 milhões de MT**. De referir que outros fornecimentos e serviços absorveram **6.719 milhões de MT (28,10% do total)**.
120. Em termos de **responsabilidade social**, em **2020** o SEE contribuiu com **189 milhões de MT**, contra 373 milhões de MT desembolsados em 2019, reflectindo a conjuntura adversa experimentada no período.

CAPÍTULO

ENDIVIDAMENTO

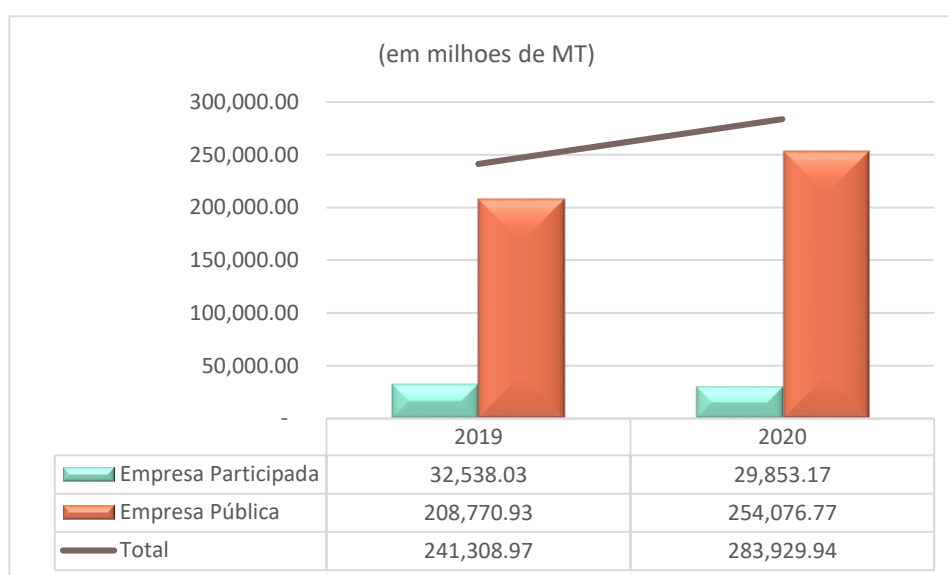
5

5 ENDIVIDAMENTO

121. O *Stock* da dívida do SEE em 2020 ascendeu a **283,9 mil milhões de MT (29,1% do PIB)**, o equivalente a **4,1 mil milhões de US\$⁵**, contra os 241,3 mil milhões de MT (3,9 mil milhões de US\$) registados em 2019. Esta cifra representa um crescimento na ordem dos **18%** face ao ano anterior. Excluindo a ENH, E.P., o *stock* da dívida do SEE em 2020 é equivalente a **125,1 mil milhões de MT (12,8% do PIB)**, o correspondente a **1,80 mil milhões de US\$**, **4,8%** acima ao saldo registado em 2019, como consequência, em grande medida, da depreciação do Metical, bem como da obrigatoriedade de conversão da dívida em moeda estrangeira para Metical imposta pelo Banco de Moçambique, em ambiente de desvalorização da moeda.

122. Do total da dívida registada em 2020, as **empresas públicas** absorveram **89,49%**, o correspondente a **254,1 mil milhões de MT**, um **incremento** em **22%** sobre os 208,8 mil milhões de MT observados em 2019, enquanto as **empresas participadas** absorveram os restantes **10,51%**, isto é, **29,9 mil milhões de MT**, contra os 32,5 mil milhões de MT registados em 2019, representando uma **redução** de **5%** face a igual período anterior.

Gráfico 17 - *Stock* da Dívida por Tipo de Empresa (em milhões de MT)

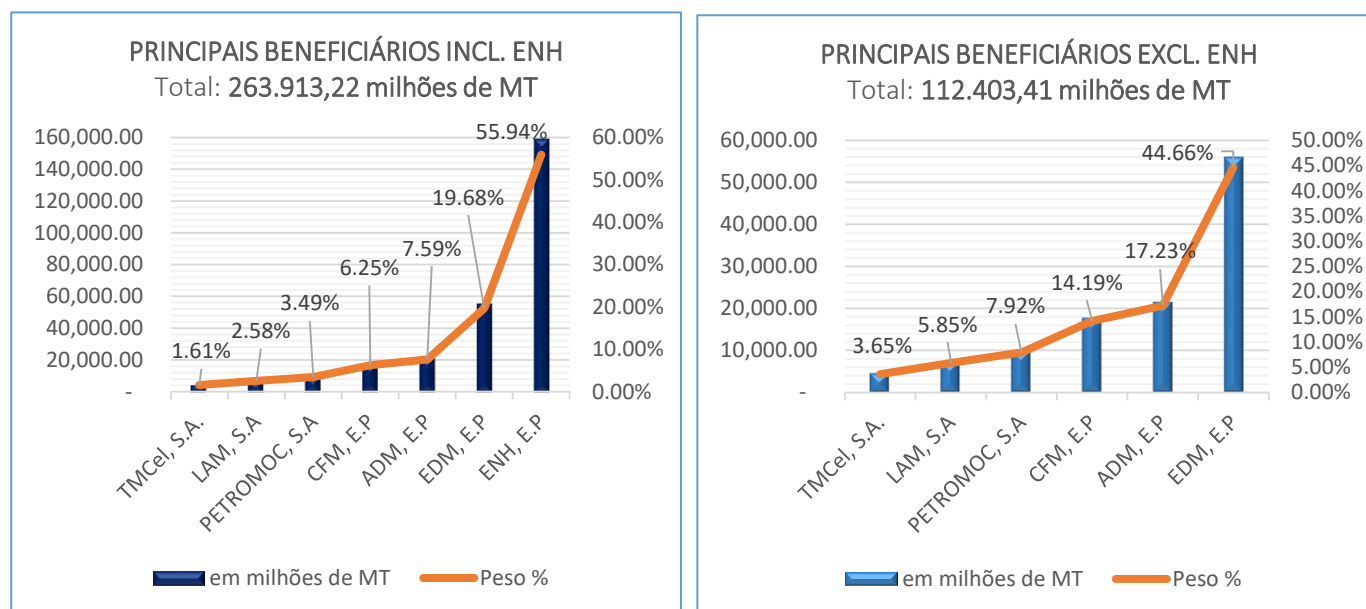


Fonte: Relatório da Dívida do SEE 2020

⁵ 4,1 Mil milhões de US\$ convertidos ao câmbio do final do período de 69,47 MT/USD a 31 de Dezembro de 2020.

123. Figuram como as **cinco (05)** principais beneficiárias dos empréstimos as seguintes empresas: **ENH (55,94%), EDM (19,68%), ADM (7,59%), CFM (6,25%) e PETROMOC (3,49%)**, perfazendo um total de **263,91 mil milhões de MT**, o equivalente a **92,95% do total da dívida**.

Gráfico 18 - Principais Beneficiários de Financiamento



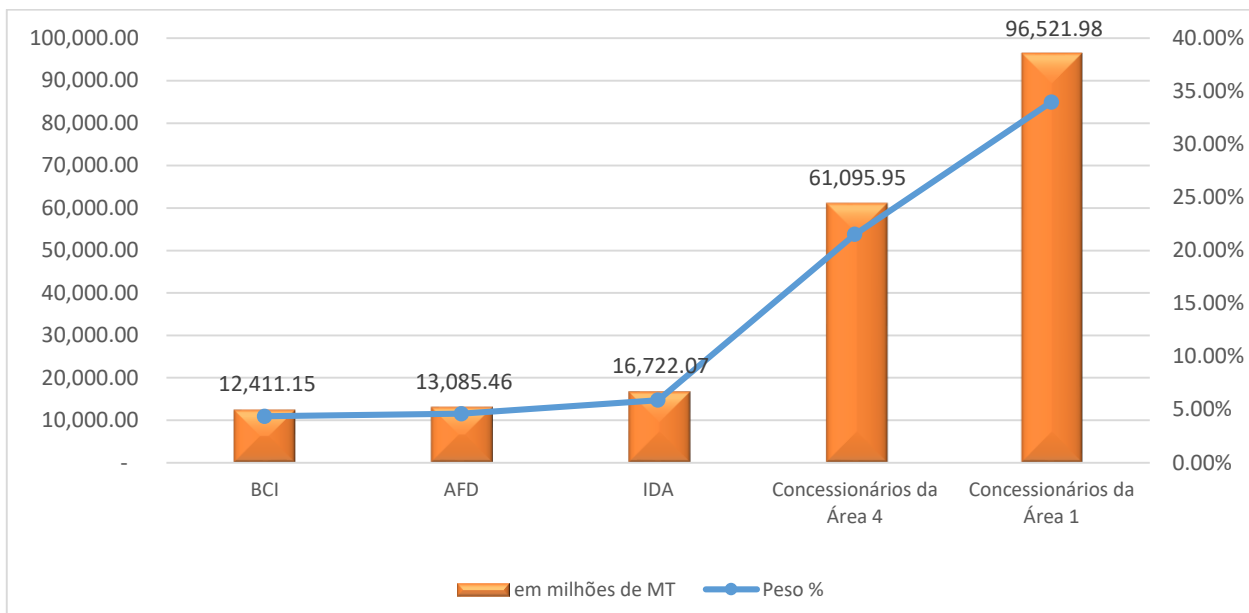
Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

124. Excluindo a ENH, destacam-se como os **cinco (05)** maiores beneficiários a **EDM (44,66%), ADM (17,23%), CFM (14,19%), PETROMOC (7,92%) e LAM (5,95%)**, perfazendo um total de **112,40 mil milhões de MT (89,85% do total da dívida excluindo ENH)**.

125. Refira-se que grande parte do montante contratado foi aplicado na aquisição de activos, construção e reabilitação de infraestruturas e na melhoria da capacidade produtiva.

126. Evidenciam-se como principais credores do SEE as **concessionárias** no âmbito dos projectos de exploração de hidrocarbonetos nas **áreas 1 e 4 (ENH)**, com um peso de **55,51%** do total da dívida, o correspondente a **157,62 mil milhões de MT**.

Gráfico 19 – 05 Principais Credores

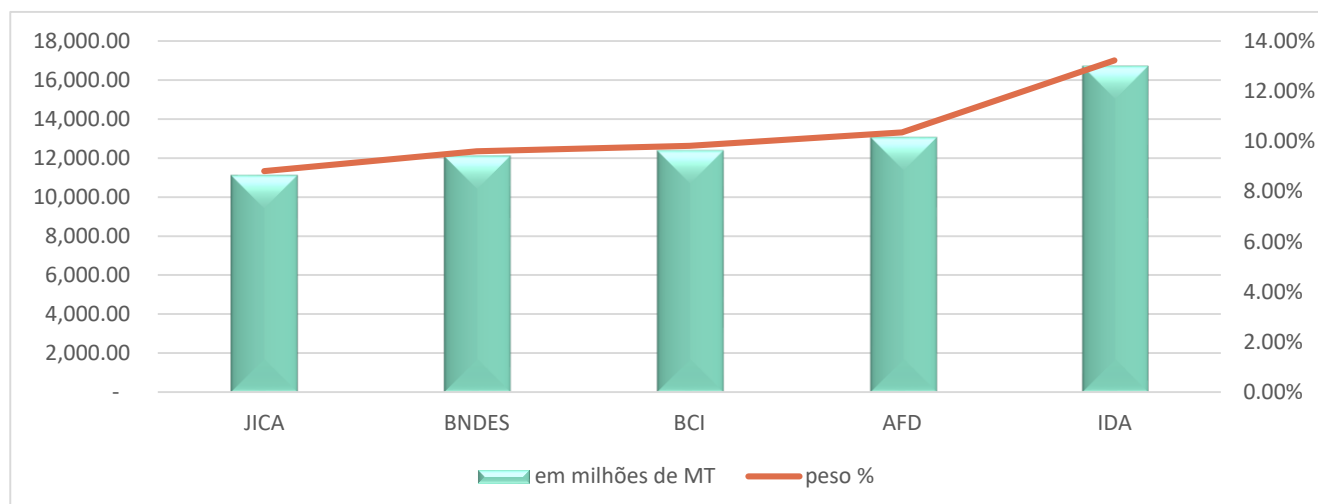


Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

127. Excluindo as concessionárias das áreas 1 e 4, destacam-se como os **cinco** principais credores do SEE os seguintes:

- a. **Associação para Desenvolvimento Internacional (IDA)**, com uma parcela correspondente a **13,24% (16,72 mil milhões de MT)** do *stock* total;
- b. **Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD)** com um peso de **10,36% (13,09 mil milhões de MT)**;
- c. **Banco Comercial e de Investimento (BCI)** absorvendo **9,83%** do total (**12,41 mil milhões de MT**),
- d. **Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)** do Brasil, com um peso de **9,61% (12,14 mil milhões de MT)**; e
- e. **Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)** com uma participação de **8,82% (11,14 mil milhões de MT)**.

Gráfico 20 - 05 Principais Credores Excl. Concessionárias da ENH (em milhões de MT e %)



Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

5.1 Composição da Dívida do SEE

5.1.1 Dívida Directa ou por Acordos de Retrocessão

128. A carteira da dívida do SEE é composta por **empréstimos directos**, aqueles em que a empresa contrai directamente o crédito junto ao credor, e por **empréstimos** por **Acordos de Retrocessão**, contraídos pelo Estado e repassados às empresas por contrato.

129. Conforme pode-se depreender da tabela 3 que se segue, em **2020**, do total da dívida, **208,87 mil milhões de MT** representam a **dívida directa** do SEE, o correspondente a **74%** do total, dos quais **179,02 mil milhões de MT (63% do total)** são relativos às **empresas públicas** e os restantes **29,55 mil milhões de MT** refere-se à dívida contraída pelas **empresas participadas**, representando **11% do total**.

Tabela 7 - Empréstimos Directos ou de Retrocessão

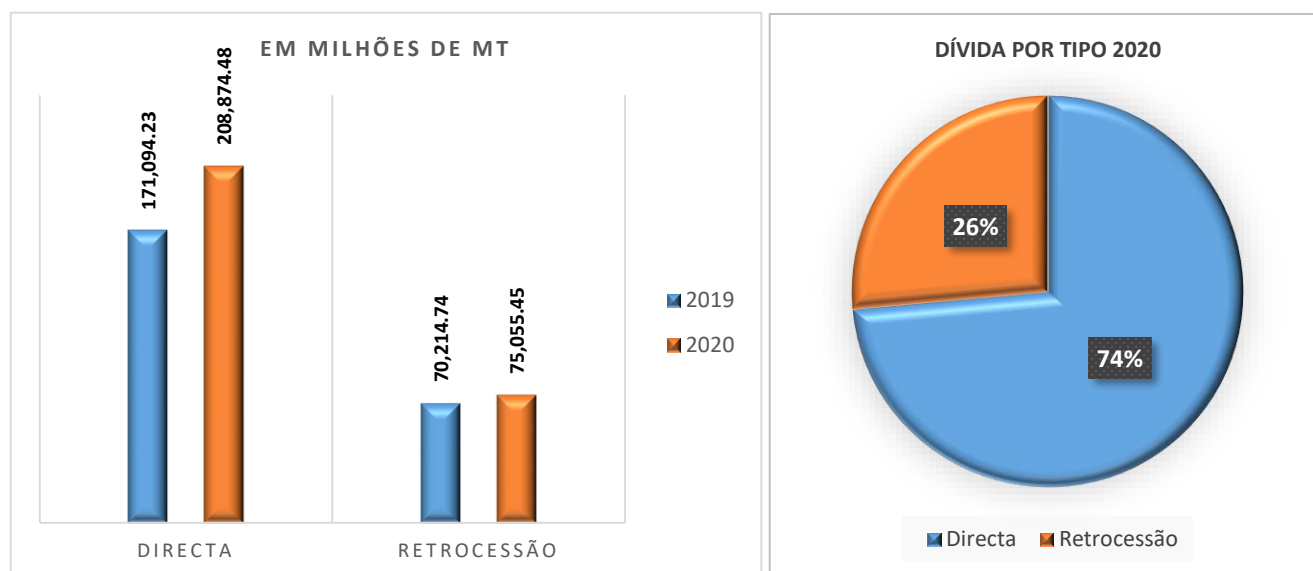
Descrição	Saldo 31/12/2019	Saldo 31/12/2020	Variação Nominal 2020/19	Variação % 2020/19	Peso (%)	% do PIB
Empresa Participada	32,538,034,990.39	29,853,167,739.16	- 2,684,867,251.24	-8%	11%	3%
Directo	32,538,034,990.39	29,853,167,739.16	- 2,684,867,251.24	-8%	11%	3%
Empresa Pública	208,770,933,802.37	254,076,768,981.66	45,305,835,179.29	22%	89%	26%
Directo	138,556,191,826.34	179,021,315,647.57	40,465,123,821.23	29%	63%	18%
Retrocessão	70,214,741,976.03	75,055,453,334.09	4,840,711,358.06	7%	26%	8%
Total	241,308,968,792.76	283,929,936,720.81	42,620,967,928.05	18%	100%	29%

Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

130. Comparativamente ao exercício anterior, a **dívida directa** observou um **crescimento** em **22% (37,78 mil milhões de MT)**, fundamentalmente, como consequência do aumento do volume de endividamento, quer pela contratação de novos empréstimos, quer pelos efeitos da depreciação do Metical face às principais moedas transacionadas no país, acrescido ao facto de o banco central ter imposto a obrigatoriedade de meticalização dos financiamentos em moeda estrangeira.

131. Em 2020, os empréstimos contraídos por via de **Acordos de Retrocessão** correspondiam a **75,05 mil milhões de MT (26% do Total)**, exclusivamente das empresas públicas. Estas cifras representam um incremento em 7% (4,84 mil milhões de MT), justificado, principalmente, pela depreciação do Metical face às principais moedas transacionadas no país, como resultado dos efeitos da pandemia de Covid-19, bem como dos efeitos da obrigatoriedade de meticalização dos financiamentos em moeda estrangeira, imposta pelo Banco de Moçambique.

Gráfico 21 - Stock da Dívida por Tipo de Empréstimo

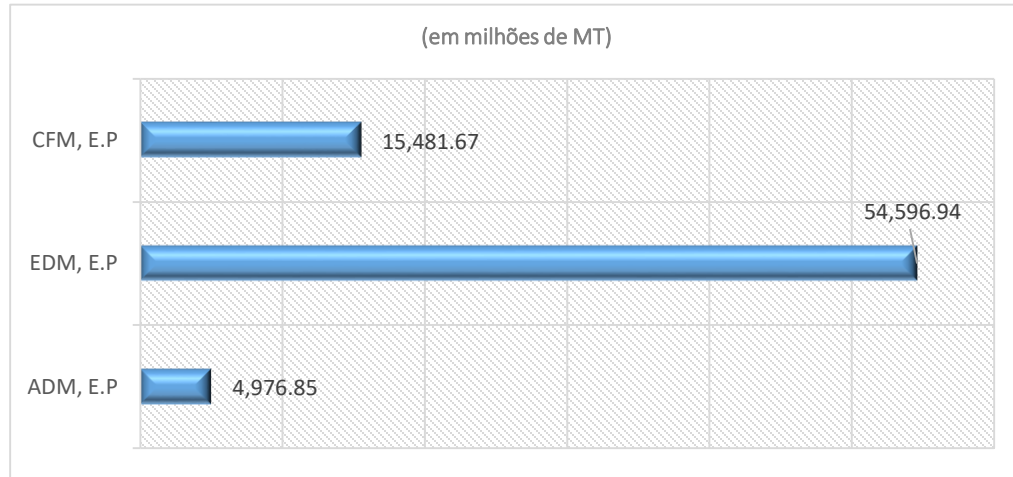


Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

132. Paralelamente, ao nível das **empresas públicas**, **70%** beneficiaram de **empréstimos directos**, enquanto que **30%** os empréstimos foram contraídos **na forma de Acordos de Retrocessão**. As empresas participadas não registaram quaisquer empréstimos sob a forma de Acordos de Retrocessão.

133. Beneficiaram de empréstimos por Acordos de Retrocessão as empresas **EDM, E.P. (54,59 mil milhões de MT), CFM, E.P. (15,48 mil milhões de MT) e ADM, E.P. (4,98 mil MT)**, conforme consta do **gráfico 20** que se segue.

Gráfico 22 - Beneficiários dos Empréstimos via Acordos de Retrocessão



Fonte: **Relatório da Dívida do SEE (2020)**

5.1.2 Dívida por Maturidade: Curto-Prazo e Longo-Prazo

134. Considera-se financiamento de **curto-prazo** aquele cujo período de maturidade é inferior a 365 dias, sendo o financiamento de **longo-prazo** aquele cujo período de maturidade é superior a **um ano**.

135. Em 2020, **99%** da dívida do SEE, o equivalente a **281,83 mil milhões de MT**, corresponde à dívida de **longo-prazo**, sendo que os restantes **1% (2,09 mil milhões de MT)** correspondem à dívida de **curto-prazo** (tabela 4).

Tabela 8 - Dívida de Curto e de Longo Prazo

Descrição	Saldo 31/12/2020	Peso (%)
Dívida de Curto-Prazo	2.097.207.368,83	1%
Dívida de Longo-Prazo	281.832.729.351,98	99%
TOTAL	283.929.936.720,81	100%

Fonte: **Relatório da Dívida do SEE (2020)**

136. Conforme se pode constatar da tabela que se segue, **seis (06)** empresas recorreram ao financiamento de curto-prazo, sendo o **BNI**, a **TMCEL** e a **LAM** detentoras de **83,71%** do total da dívida de curto-prazo, o equivalente a **1,76 mil milhões de MT**.

Tabela 9 - Empresas Beneficiárias do Financiamento de Curto-Prazo

Descrição	Saldo 31/12/2020	Peso (%)
Empresa Participada	1,770,428,706.43	84.42%
BNI, S.A	837,113,476.38	39.92%
Financiamento de Operações de Trade Finance	409,873,000.00	19.54%
Financiamento relacionados com a crise gerada pela COVID-19	243,144,976.38	11.59%
Mercado Monetario Interbancario	184,095,500.00	8.78%
LAM, S.A	439,823,854.77	20.97%
Apoio à Tesouraria	439,823,854.77	20.97%
SMM, S.A	15,000,000.00	0.72%
Apoio à Tesouraria	15,000,000.00	0.72%
TMCel, S.A.	478,491,375.28	22.82%
Apoio à Tesouraria - Huawei Technology Mozambique	321,239,402.00	15.32%
Apoio à Tesouraria - Facturas Critical Software	6,012,787.40	0.29%
Apoio à Tesouraria	151,239,185.88	7.21%
Empresa Pública	326,778,662.40	15.58%
ADM, E.P	322,333,642.00	15.37%
Apoio à Tesouraria	322,333,642.00	15.37%
Correios, E.P	4,445,020.40	0.21%
Apoio à Tesouraria	4,445,020.40	0.21%
Total	2,097,207,368.83	100.00%

Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

137. Note-se que a dívida de curto-prazo foi contratada, fundamentalmente, para fazer face às necessidades de tesouraria, enquanto que a de longo-prazo foi maioritariamente aplicada em investimentos de capital.

5.1.3 Stock da Dívida por Origem (Interna e Externa)

138. A dívida pode ser **externa** ou **interna**, se o credor for estrangeiro ou nacional respectivamente.

139. Em 2020, o volume de **endividamento externo** ascendeu a **252,4 mil milhões de MT**, o correspondente a **89%** do total e a **4,34 mil milhões de US\$**. Este desempenho corresponde a um **crescimento** na ordem de **22%** face ao observado em 2019.

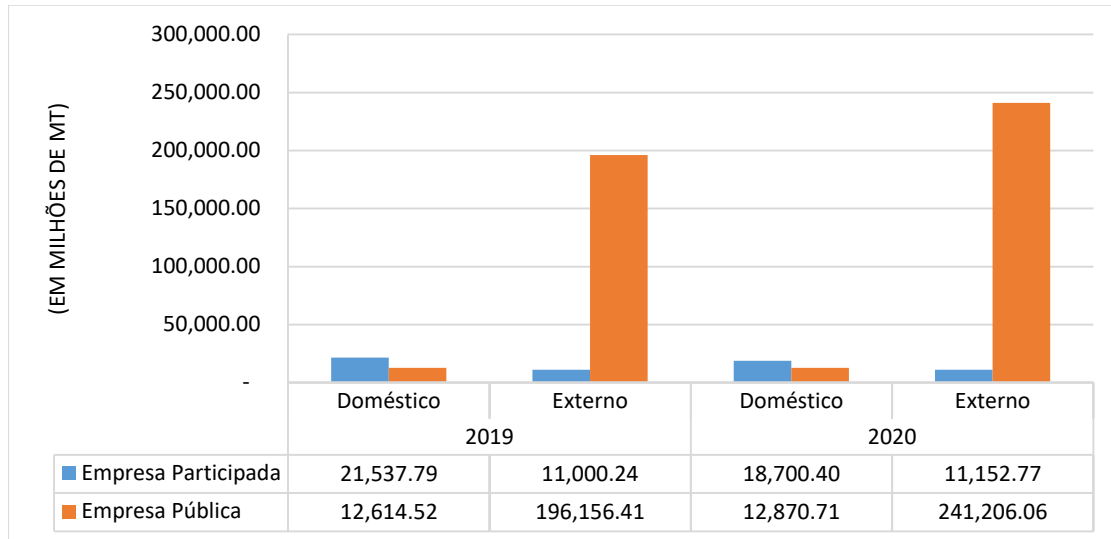
Tabela 10 - Dívida por Origem

Descrição	Saldo 31/12/2019	Saldo 31/12/2020	Variação Nominal 2020/19	Variação % 2020/19	Peso (%)
Doméstico	34.152,32	31.571,11	- 2.581,21	-8%	11%
Externo	207.156,65	252.358,83	45.202,18	22%	89%
TOTAL	241.308,97	283.929,94	42.620,97	18%	100%

Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

140. Conforme se pode depreender do **gráfico 21**, em 2020, as **empresas públicas** absorveram **96%** do total da dívida externa (**241,21 mil milhões de MT**), correspondendo a um crescimento de **23%** em relação a igual período do ano anterior.

Gráfico 23 - Dívida por Origem: Doméstica e Externa (em milhões de MT)



Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

141. Ao nível das **empresas participadas**, houve um ligeiro **incremento** da dívida externa em **1%**, dos **11,00 mil milhões de MT** em 2019 para **11,15 mil milhões de MT (160,54 milhões de US\$)** em 2020.

142. A **dívida interna** cifrou-se em **31,57 mil milhões de MT**, o correspondente a **11%** do total. Comparativamente ao exercício anterior, este desempenho representa uma **redução** do *stock* da dívida em **8% (2,58 mil milhões de MT)**.

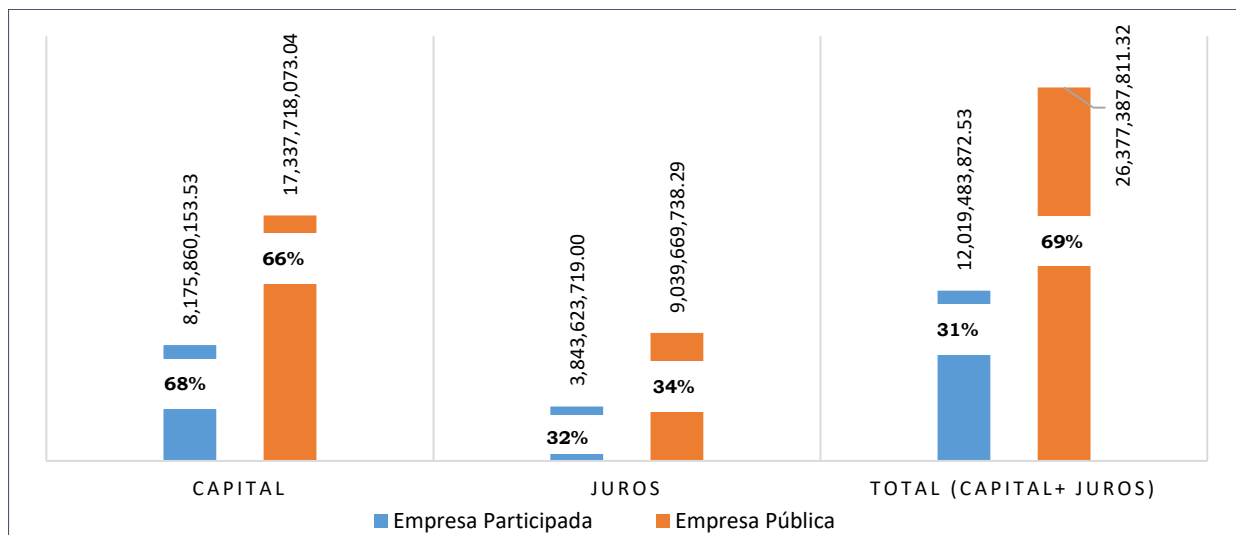
143. As **empresas participadas** absorveram cerca de **59%** do total da **dívida interna**, o equivalente a **21,54 mil milhões de MT** e uma **redução** em **8%** face ao registado em 2019.

144. Ao nível das **empresas públicas** houve um **incremento** do volume de endividamento interno em **1%** comparativamente ao exercício anterior, para **12,87 mil milhões de MT**.

5.2 Serviço da Dívida

145. Em **2020**, o serviço da dívida cifrou-se em **38,39 mil milhões de MT**, dos quais **25,51 mil milhões de MT (66%)** correspondem à amortização do **capital** e **12,88 mil milhões de MT (34%)** ao pagamento dos **juros**.

Gráfico 24 - Serviço da Dívida



Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

146. Conforme se pode constatar da figura acima, em **2020**, as **empresas públicas** foram responsáveis pela amortização de **69% (26,38 mil milhões de MT)** da respectiva dívida, dos quais **66%** foram para amortização do **capital** e **34%** para o pagamento de **juros**, contra **31% (12,02 mil milhões de MT)** das **empresas participadas**, dos quais **68%** foi alocado para a amortização do **capital** e **32%** para o pagamento de **juros**.
147. Ao nível das **empresas participadas**, **8,18 mil milhões de MT**, o correspondente a **21%** do serviço total da dívida, foram destinados à amortização do **capital**, enquanto que **3,84 mil milhões de MT (10% do serviço total)** foram para o pagamento de **juros**.
148. Paralelamente, as **empresas públicas** desembolsaram **17,33 mil milhões de MT** para a amortização do **capital** em dívida, o equivalente a **45%** do total do serviço da dívida e **9,04 mil milhões de MT** para o pagamento de **juros**, o equivalente a **24%** do total do serviço.

5.2.1 Prestações em Mora

149. As prestações em atraso eram avaliadas em **15,80 mil milhões de MT**, sendo **13,05 mil milhões de MT (82,60%)** referente às **empresas públicas** e **2,75 mil milhões de MT (17,40%)** às **empresas participadas**.

Tabela 11 - Prestações em Mora

DESCRIÇÃO	ATRASADOS	PESO (%)
Empresa Participada	2.748.959.598,79	17,40%
EMEM, S.A	3.143.766,35	0,02%
LAM, S.A	872.428.132,20	5,52%
NOTÍCIAS, S.A	14.258.135,50	0,09%
STEMA, S.A	3.876.494,69	0,02%
TMCel, S.A.	1.855.253.070,05	11,74%
Empresa Pública	13.053.656.523,96	82,60%
ADM, E.P	6.027.823.313,40	38,14%
EDM, E.P	6.550.162.459,59	41,45%
CORREIOS, E.P	6.956.463,94	0,04%
CFM, E.P	468.714.287,03	2,97%
Total	15.802.616.122,76	100,00%

Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

150. De acordo com a tabela acima, a **EDM, E.P.** destaca-se como a empresa com o maior volume de prestações em mora, com **41,45%** da dívida em atraso do SEE, o equivalente a **6,55 mil milhões de MT**. Seguidamente, figuram, em destaque, a **ADM, E.P.**, com prestações em atraso no valor de **6,03 mil milhões de MT (38,14%)**, **TMCEL, S.A.** com **1,86 mil milhões de MT (7%)**, **LAM, S.A** com **872,43 milhões** e **CFM, E.P.** com **468,71 milhões de MT (2,97%)**.

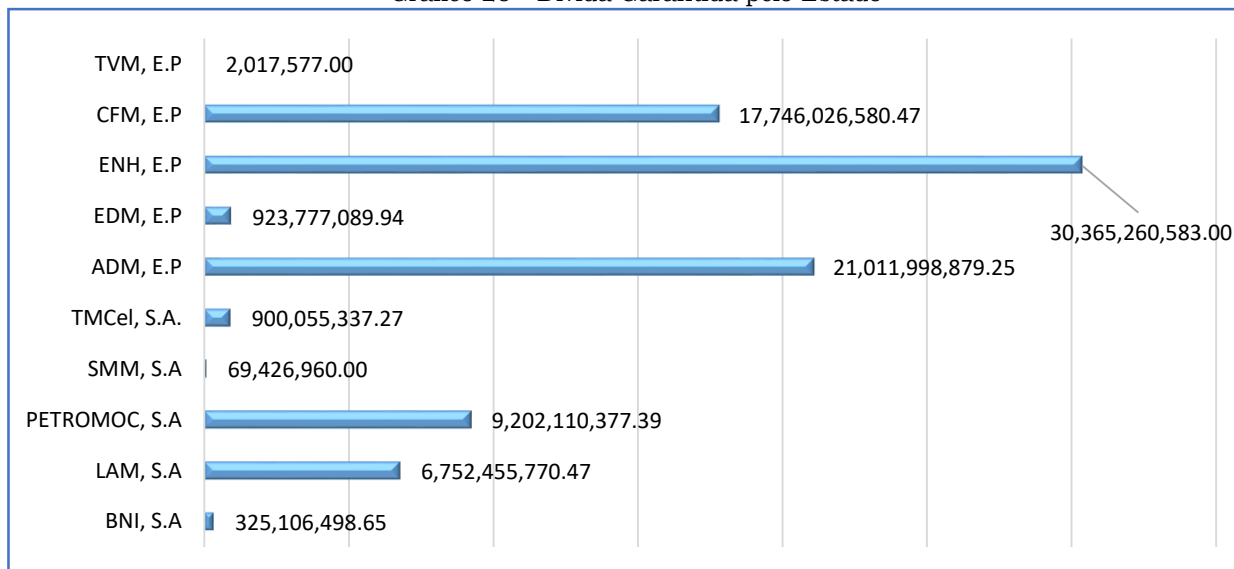
151. Refira-se que para determinadas empresas, cujos empréstimos beneficiaram da garantia do Estado, por exemplo a **LAM, S.A** e a **ADM, E.P**, parte das prestações em mora têm sido suportadas pelo Tesouro Público, dada a drástica redução da sua facturação por causa da Covid-19.

5.3 Dívida Dívida Garantida pelo Estado

152. Em 2020, o *stock* da **dívida com garantia do Estado** situava-se em **87,29 mil milhões de MT (31% do total da dívida do SEE)**. Deste montante, **30,37 mil milhões de MT (35% do total da dívida garantida)** estão associados aos

empréstimos contraídos pela **ENH, E.P.** para financiar a sua participação nos projectos de exploração de hidrocarbonetos nas áreas 1 e 4 em Cabo Delgado.

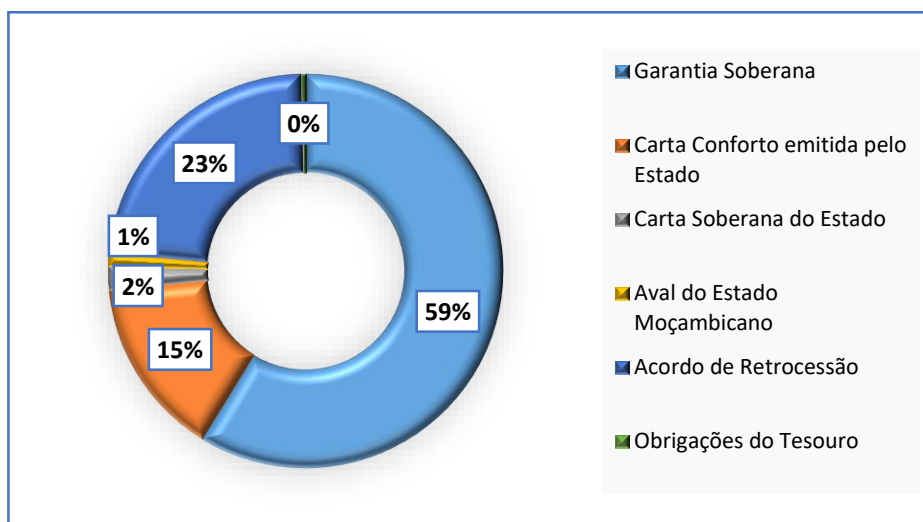
Gráfico 25 - Dívida Garantida pelo Estado



Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

153. Excluindo a ENH, E.P, a dívida total garantida pelo Estado é de **56,93 mil milhões de MT**, dos quais a **ADM** detém **21,01 mil milhões de MT**, **CFM** **17,75 mil milhões de MT**, **PETROMOC** **9,20 mil milhões de MT** e a **LAM** **6,75 mil milhões de MT**.
154. Do total da dívida garantida pelo Estado, **80%**, o equivalente a **70,05 mil milhões de MT**, é das **empresas públicas**, enquanto que **20% (17,25 mil milhões de MT)** é das **empresas participadas**. Excluindo a dívida da ENH, E.P a proporção da dívida garantida pelo Estado fica em **70% (39,68 milhões de MT)** para as **empresas públicas** e **30% (17,25 milhões de MT)** para as participadas.
155. Quanto ao tipo de garantia, destacam-se a **garantia soberana**, os **acordos de retrocessão** e a **carta conforto**, como os colaterais mais utilizados pelas empresas do SEE, estando associadas a **59%**, **23%** e **15%** do *stock* da dívida respectivamente (vide o gráfico que se segue).

Gráfico 26 - Tipos de Garantia Emitidas



Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

156. A **Carta Soberana (2%)**, o **Aval do Estado (1%)** e as **Obrigações do Tesouro (0,37%)** foram os instrumentos menos utilizados para colateralizar os empréstimos.

5.4 Novos Empréstimos

157. Os novos empréstimos contraídos em 2020 totalizaram **1,76 mil milhões de MT (0,62% do total da dívida do SEE)**, dos quais **1,59 mil milhões de MT (90% do saldo dos novos empréstimos)** refere-se a **empresas participadas** e **171,34 milhões de MT (10% do saldo dos novos empréstimos)** às **empresas públicas**.

158. Conforme se pode constatar na tabela que se segue, ao nível das empresas participadas o **BNI, S.A.** foi a empresa que contratou maior volume de financiamento (**837,11 milhões de MT**) em 2020, maioritariamente para financiar intervenções no âmbito da pandemia da Covid -19, a **TMCEL, S.A. (472,81 milhões de MT)** para investimento em equipamento e reestruturação técnica e tecnológica, seguindo-se a **PETROMOC, S.A. (205,73 milhões de MT)**, para o investimento na expansão da rede de abastecimento e distribuição de combustíveis. Note-se que parte considerável dos financiamentos foram destinados para suprir necessidades de tesouraria.

Tabela 12 - Finalidade de Novos Empréstimos

Empresa	Finalidade	Credor	Saldo 31/12/2020
Empresa Participada			1,588,651,804.43
BNI, S.A			837,113,476.38
	Financiamento no ambito da COVID-19	Banco de Moçambique	243,144,976.38
	Mercado Monetario Interbancario	BCI	184,095,500.00
	Financiamento de Operações de Trade Finance	TDB	409,873,000.00
EMEM, S.A			28,000,000.00
	Investimento na participada - ENGEMAS	BIM	28,000,000.00
PETROMOC, S.A			205,729,166.65
	Investimento - Projecto MIAFS	BNI	205,729,166.65
SMM, S.A			45,000,000.00
	Apoio à Tesouraria	Banco Mais	45,000,000.00
TMcel, S.A.			472,809,161.40
	Investimento em Equipamento (Critical Software)	BCI	6,012,787.40
	Reestruturação da Empresa ex-mcel	MozaBanco	145,556,972.00
	Investimento em Equipamento (Huawei)	Societe Generale	321,239,402.00
Empresa Pública			171,339,015.21
CFM, E.P			138,711,338.11
	Investimento em Infraestruturas (Linha de Machipanda)	ABSA Mozambique	138,711,338.11
RM, E.P			32,627,677.10
	Investimento em Equipamento	BCI	2,627,677.10
	Apoio à Tesouraria	BIM	30,000,000.00
Total			1,759,990,819.64

Fonte: Relatório da Dívida do SEE (2020)

159.Quanto às empresas públicas, os **CFM, E.P** e a **RM, E.P** foram as únicas empresas a contraírem empréstimos em 2020, no valor de **138,71 milhões de MT** e **32,63 milhões de MT**, respectivamente, para efeitos de desenvolvimento de infraestruturas, aquisição de equipamento e apoio à tesouraria, conforme denota a tabela anterior.

160.Os novos empréstimos foram concedidos principalmente por três bancos, nomeadamente o **Trade Development Bank (409,87 milhões de MT - 23%)**, a **Société Generale (321,24 milhões de MT - 18%)** e o **Banco de Moçambique (243,14 milhões de MT - 14%)**.

CAPÍTULO

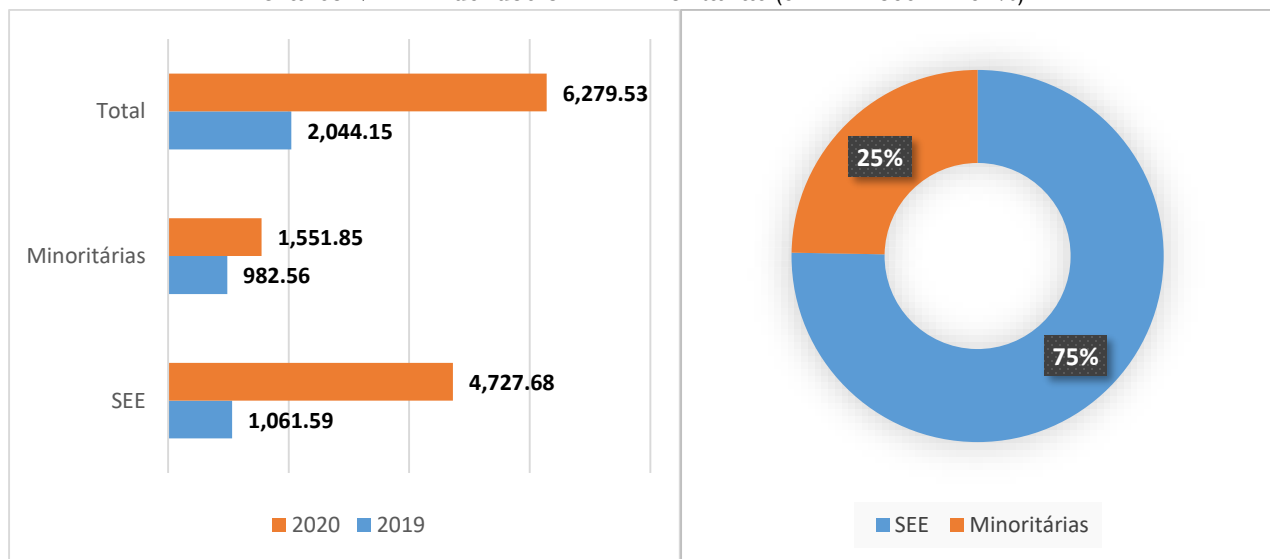
DIVIDENDOS



6 DIVIDENDOS

161. Em **2020**, as participações do Estado geraram um total de **6.279 milhões de MT (83 milhões de US\$ e 0,64% do PIB)** em **dividendos**, sendo **4.727 milhões de MT (63 milhões de US\$ e 0,49% do PIB)** decorrentes dos dividendos pagos pelas empresas do SEE e **1.551 milhões de MT (21 milhões de US\$)** provenientes das **participações financeiras minoritárias**. Estas cifra representam um **incremento** em **207%** se comparado ao total de dividendos arrecadados em 2019.

Gráfico 27 - Dividendos SEE + Minoritárias (em milhões MT e %)

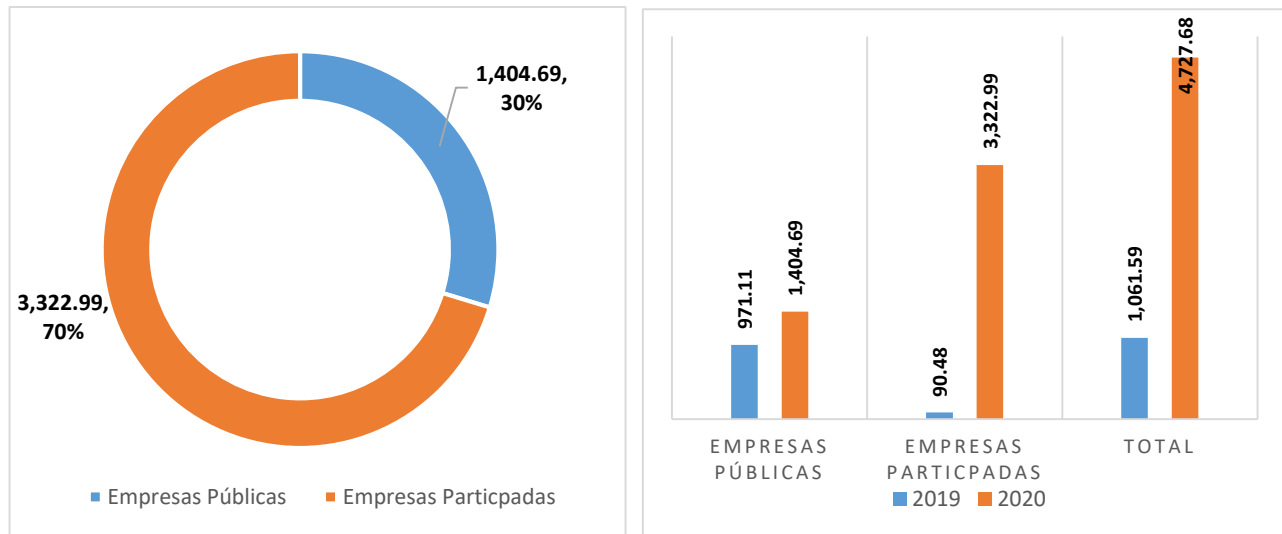


Fonte: IGEPE

162. Conforme se pode depreender do gráfico acima, em termos de peso, o SEE contribuiu com **75% do total** de dividendos arrecadados, enquanto que as participações minoritárias contribuíram com **25% do total**.

163. Comparativamente a 2019, as empresas do SEE arrecadaram mais **3.666 milhões de MT**, o correspondente a um **incremento** em **345%**. Este desempenho é justificado, de entre outros factores, pela incorporação da empresa **Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A (HCB, S.A)** na carteira do SEE.

Gráfico 28 – Dividendos SEE (em milhões MT e %)



Fonte: IGEPE

164. Do total dos dividendos arrecadados em 2020, as **empresas participadas** contribuíram com **70% (3.322 milhões de MT)**, enquanto que as **empresas públicas** contribuíram com **30% (1.404 milhões de MT)**.
165. Ao nível das **empresas públicas**, a contribuição para a receita de dividendos adveio das empresas **CFM (887 milhões de MT -18,78% do Total)** e **ENH (516 milhões de MT – 10,93% do Total)**.
166. As **empresas participadas** que geraram dividendos no período em análise são **HCB (3.240 milhões de MT – 68% do total)**, **BNI (50 milhões de MT - 1,06% do Total)** e **EMOSE (32 milhões de MT – 0,70% do Total)**.
167. No que diz respeito às **participações financeiras minoritárias**, em 2020 foi possível arrecadar **1.551 milhões de MT**, um **crescimento em 57,94% (569 milhões de MT)** se comparado ao exercício anterior, conforme se pode constatar da tabela que se segue.

Tabela 13 -Dividendos das Participações Financeiras (em MT)

Participações Minoritárias	2020	2019	Variação Nominal Exec. 2020/19	Variação % Exec. 2020/19
BIM	861.430.180,54	545.085.834,74	316.344.345,80	58,04%
CMH	660.419.526,79	394.048.972,46	266.370.554,33	67,60%
CMG	30.000.000,00	36.600.000,00	-6.600.000,00	-18,03%
CDM	0,00	6.824.583,00	-6.824.583,00	-100,00%
TOTAL	1.551.849.707,33	982.559.390,20	569.290.317,13	57,94%

Fonte: IGEPE

168. Conforme se pode aferir da tabela 9, contribuíram para o resultado supra o **Millennium BIM**, com **861 milhões de MT**; a **Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH)**, com **660 milhões de MT**; e a **Companhia Moçambicana de Gasoduto (CMG)**, com **30 milhões de MT**.

CAPÍTULO

CONCLUSÕES



7 CONCLUSÕES

169. Não obstante a conjuntura desafiante que o país tem vindo a atravessar, agravada pelos efeitos da pandemia da Covid-19, em 2020, o desempenho do SEE foi satisfatório, na medida em que o património valorizou-se em 18,9% para 734 mil milhões de MT, o equivalente a 75% do PIB; a contribuição para os cofres do Estado em forma de dividendos e por via de receitas fiscais ascendeu aos 14 mil milhões de MT (US\$ 211 milhões), o volume de negócios cresceu em 226 milhões de MT para 122,87 mil milhões de MT (US\$ 1.640 milhões) e os resultados operacionais foram positivos na ordem dos 12 mil milhões de MT (US\$ 165 milhões), superiores em 61% ao registado no exercício anterior; os dividendos atingiram os seis mil milhões de MT (US\$ 83 milhões), representando um crescimento de 207% comparativamente a 2019.
170. Os sectores de energia, transportes e logística, infraestruturas e petróleo e gás detinham 94% do activo tangível do SEE, sendo 69% pertencente ao sector de energia e 31% aos restantes. Em termos de composição, o equipamento básico, avaliado em 181 mil milhões de MT, possuía maior peso (51%) no que se refere aos activos tangíveis, seguido das construções, com um peso de 28%, o correspondente a 102 mil milhões de MT.
171. Em termos de dividendos, a incorporação da HCB, S.A na carteira do SEE, bem como as participações minoritárias, permitiram elevar o volume de encaixe para mais de 6 mil milhões de MT, melhorando significativamente a contribuição do SEE para o tesouro público.
172. Em termos de contribuição para a arrecadação da receita fiscal, em 2020, o SEE propiciou a colecta de 9 mil milhões de MT em impostos, dentre os quais se destacam o IRPC (4.247 milhões de MT) e IRPS (3.779 milhões de MT), com uma contribuição de 44% e 39% respectivamente.

173. O SEE, para além de empregar directamente pouco mais de 19 mil trabalhadores, dos quais 300 postos de trabalho correspondiam a novos empregos, garantiu a realização de investimentos adicionais avaliados em 68 mil milhões de MT, perfazendo aqueles um total de 568 mil milhões de MT. Foram, igualmente, desembolsados cerca de 23 mil milhões de MT em aquisição de bens e serviços, gerando empregos indirectos, renda e contribuição adicional para o fisco.
174. Por outro lado, a pandemia da Covid-19 forçou a intervenções do Estado sob a forma de reestruturação financeira, operacional e de recursos humanos ao nível de algumas empresas do SEE, destacando-se o aporte de capitais, reestruturação e renegociação de financiamentos com aval ou garantia do Estado, racionalização dos modelos de governação, redimensionamento de pessoal, bem como a reavaliação da importância da participação do Estado nalgumas empresas.
175. Parte das empresas do SEE tiveram de recorrer ao financiamento bancário para apoio à tesouraria. Adicionalmente, o efeito negativo da depreciação cambial e a obrigatoriedade de meticalizar as dívidas das empresas em ambiente de desvalorização da moeda, afectou igualmente o desempenho das empresas, conduzindo ao aumento em 18% do *stock* da dívida para 283 mil milhões de MT. A ENH, E.P teve uma influência significativa no volume de endividamento do SEE, não só pelo efeito cambial, mas também pelo registo de um incremento do *stock* da dívida decorrente dos desembolsos efectuados pelos parceiros das áreas 1 e 4.
176. Não obstante o resultado líquido negativo do SEE na ordem dos 6 mil milhões de MT, influenciado grandemente pelos prejuízos financeiros gerados pelas diferenças cambiais desfavoráveis, redução significativa do volume de vendas devido às restrições no movimento de pessoas e bens impostas pela conjuntura e ao custo elevado do serviço da dívida, o resultado antes de impostos positivo de 1,88 mil milhões de MT denota que de um modo geral as operações das empresas do SEE são rentáveis.

177. O resultado líquido negativo acima foi mais do que compensado pelos resultados das empresas de interesse económico-financeiro (principalmente as minoritárias), propiciando um saldo líquido global positivo de 2,25 mil milhões de MT e uma entrega de dividendos ao Estado de mais de seis mil milhões de MT.
178. Paralelamente, a tendência de abrandamento dos efeitos da pandemia que conduziu ao relaxamento de parte das medidas restritivas, bem como das pressões sobre a despesa, permitem perspectivar um melhor desempenho para o exercício de 2021.

CAPÍTULO

DESAFIOS



8 DESAFIOS

179. Constituem desafios para o SEE, num contexto ainda marcado pelo impacto da pandemia da Covid-19, ocorrência de eventos climáticos extremos, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a prevalência de focos de terrorismo no norte do país, os seguintes:

- a) Prosseguir com o processo de reestruturação das empresas do sector com vista a sua viabilização e rentabilização;
- b) Garantir a continuidade do processo de consolidação dos mecanismos de supervisão e controlo das empresas, em particular no que se refere à transparência e prestação de contas, incluindo a publicação regular do Relatório e Contas Consolidadas;
- c) Prosseguir com a implementação de medidas visando a redução do risco fiscal;
- d) Aumentar a arrecadação de receitas de capital para o Tesouro Público;
- e) Rever e otimizar os instrumentos de governação corporativa do SEE, em particular no que se refere ao estabelecimento de regras de procurement mais transparentes no SEE;
- f) Consolidar a avaliação de desempenho dos gestores do SEE;
- g) Implementar a estratégia de investimentos do SEE; e
- h) Avaliar e monitorar as Parcerias Público-Privadas envolvendo empresas do SEE.

CAPÍTULO

9

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO
PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

9 APROVAÇÃO DO RELATÓRIO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) é responsável pela preparação e apresentação de forma apropriada das demonstrações financeiras, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), bem como pelo controle interno, de modo que sejam elaboradas demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

No âmbito das respectivas atribuições, o Conselho de Administração tem a responsabilidade de avaliar a capacidade de continuidade, divulgando, quando aplicável às matérias a esta relativas, bem como usar deste pressuposto quando há intenção de liquidar, cessar operações ou não tenha alternativa realista senão assim proceder.

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração do IGEPE em 28 de Outubro de 2022, e assinadas em sua representação por:

O Conselho de Administração

Ana Isabel Senda Coanai

Presidente do Conselho de Administração

Raimundo Jorge Matule

Administrador Executivo

Mário Xavier Estevão

Administrador Executivo

Albertina Fruquia Fumane

Administradora Não-Executiva

Danilo Nalá

Administrador Não-Executivo

CAPÍTULO

10

EVENTOS SUBSEQUENTES AO
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2020

10 EVENTOS SUBSEQUENTES AO RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2020

180. Após a conclusão do presente relatório, tiveram lugar eventos relevantes que poderão afectar o desempenho do SEE nos próximos exercícios económicos, pelo que impõe-se tomá-los em consideração, nomeadamente:

181. Em 2021:

- O país foi fustigado pelos ciclones “Eloise” e “Guambe”, que afectaram as zonas Centro e Sul do País. Foram igualmente registadas chuvas moderadas, por vezes acompanhadas de ventos e descargas atmosféricas, que afectaram todo o País.
- Para além dos efeitos da pandemia da COVID-19, ao nível interno continuou a verificar-se terrorismo em Cabo Delgado e Niassa, bem como os ataques da autoproclamada Junta Militar da RENAMO no Centro do País (Sofala e Manica), factos que ameaçam a paz efectiva, a estabilidade social e as perspectivas de negócios e investimento no norte de Moçambique.
- Paralelamente, foram definidas e implementadas políticas flexíveis, face à pandemia da COVID-19, para fortalecimento e capacitação dos sectores de Saúde, Obras Públicas, Educação, Protecção Social e empresarial ao nível geral, que permitiram também um equilíbrio entre as medidas de restrições e manutenção das bases de funcionamento da economia.

182. Em 2022, de acordo com Balanço do PES do 1º semestre:

- A economia mundial regista uma tendência de recuperação depois da queda registada em 2020, fundamentalmente devido aos efeitos da COVID-19. Por outro lado, a crise no Leste da Europa, decorrente do conflito geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia, está a criar perturbações e incertezas, afectando negativamente as perspectivas do desempenho da economia mundial em 2022, o que poderá igualmente influenciar o desempenho da economia nacional.
- Ao nível doméstico, o desempenho da economia nacional está a ser influenciado (i) pelos impactos dos choques climáticos que afectaram o país no início do ano;

(ii) pelo ajustamento, em alta, do preço dos combustíveis, (iii) Incremento dos preços de bens alimentares no mercado internacional e (iv) agravamento dos custos de frete de mercadorias importadas. Esta subida dos preços ao nível global está sendo influenciado pelo impacto do conflito geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia, tendo em conta que estes dois países são grandes produtores e exportadores de combustíveis, gás, fertilizantes e cereais.

- Em 2022 Moçambique foi fortemente afectado pelo ciclone “GOMBE” e pela tempestade “ANA” nas zonas Norte e Centro do País. Foram igualmente registadas chuvas moderadas, por vezes acompanhadas de ventos e descargas atmosféricas que afectaram um pouco todo o País.
- De um modo geral, os efeitos combinados dos fenómenos naturais (cheias, inundações, ciclones, seca) registados de Janeiro a Junho de 2022 afectaram pelo menos 1.056.238 pessoas, 185.974 casas destruídas, das quais 93.618 foram totalmente destruídas, bem como a ocorrência da morte de 128 pessoas e 364 feridos.
- Devido às chuvas excessivas, o aumento dos caudais dos principais rios e a passagem de tempestades e ciclones, foram afectados 81 Distritos do centro e sul do país, 117,500 produtores e 220,425 hectares de culturas diversas, dos quais 36,000 hectares foram perdidos. No sector das Pescas a passagem da tempestade “ANA” e “Ciclone GOMBE”, provocou danos, com destaque para a destruição de 264 embarcações da pesca semiindustrial, que vai impactar negativamente na presente campanha pesqueira.
- Por sua vez, o sector de estradas registou a destruição de várias infraestruturas com destaque para a ponte sobre o rio Revúbuè, estrada N1 entre Nicoadala e Namacurra, ponte sobre a estrada N324 e ponte sobre o rio Licungo.
- De acordo com a publicação de Julho de 2021 do World Economic Outlook, perspectiva-se para 2022 um crescimento da economia global em cerca de 4,9%, o que representa um acréscimo de 0,5 p.p. em relação às projecções do mês de Abril, reflectindo o progresso da vacinação contra a COVID-19 e o alargamento do apoio fiscal nas grandes economias, com repercussões associadas à economia global.

- A região mais afectada pela pandemia da Covid-19 foi a África Austral, que registou uma contração económica de 7,0% em 2020; entretanto, a estimativa aponta para um crescimento de 2,4% para 2022.
- Para efeitos de programação, perspectiva-se para o país um cenário moderado de crescimento, estimando-se uma taxa média anual de 1,3% em 2021 e 2,9% em 2022, justificado pela melhoria da implementação das medidas de prevenção e do controlo dos níveis de infecção pela COVID-19, influenciado pelo processo de imunização dos cidadãos através da vacina.
- Em relação aos riscos específicos, o sector empresarial do Estado constitui uma grande fonte de exposição do Estado, pois representa cerca de 12,5% do PIB. No que concerne ao risco relacionado aos desastres naturais, estas são uma constante, existindo uma forte possibilidade de ocorrência de precipitação acima do normal para toda a região da África Austral e em particular, para as regiões do Centro e Sul do País.
- Estes fenómenos irão afectar o desempenho económico-financeiro do SEE em 2022, pelo que se recomenda atenção redobrada na sua mitigação por parte das empresas.

CAPÍTULO

ANEXOS

11

11 ANEXOS

i. ANEXO 1. Empresas do Perímetro de Consolidação

EMPRESA	SECTOR DE ACTIVIDADE	CLASSIFICAÇÃO	CAPITAL SOCIAL (em milhares de MT)	PESO (%)
PÚBLICAS			61,337,131.24	67%
ADM - AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	Transportes e armazenagem	Estratégica - Estruturante	4,537,484.73	5%
C.F.M - CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P	Transportes e armazenagem	Estratégica - Estruturante	1,242,981.02	1%
CORREIOS - CORREIOS DE MOÇAMBIQUE, E.P*	Transportes e armazenagem	Participação Financeira	5,717.62	0%
EDM - ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Estratégica - Estruturante	51,722,246.70	57%
EMODRAGA - EMPRESA MOÇAMBICANA DE DRAGAGENS, E.P	Transportes e armazenagem	Estratégica	2,448,692.60	3%
ENH - EMPRESA NACIONAL DE HIDROCARBONETOS, E.P	Indústrias extractivas	Estratégica - Estruturante	749,001.00	1%
ENPCT - EMPRESA NACIONAL DE PARQUES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, E.P	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Estratégica	441,600.00	0%
HICEP - HIDRÁULICA DE CHÔKWE, E.P	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Estratégica	12,500.00	0%
INM -IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P	Actividades de informação e de comunicação	Estratégica	25,000.00	0%
RBL - REGADIO DE BAIXO LIMPOPO, E.P	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Estratégica	15,000.00	0%
RM - RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P	Actividades de informação e de comunicação	Estratégica	121,999.38	0%
TVM - TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE, E.P	Actividades de informação e de comunicação	Estratégica	14,908.19	0%
PARTICIPADAS			30,104,191.87	33%
DOMUS - SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A	Actividades imobiliárias	Participação Financeira	1,270.00	0%
BNI - BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS, S.A	Actividades financeiras e de seguros	Estratégica - Estruturante	2,240,000.00	2%
EMEM - EMPRESA MOÇAMBICANA DE ECXPLORACAO MINEIRA*	Indústrias extractivas	Participação Financeira	1,500,000.00	2%

EMOPESCA, S.A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Participação Financeira	29,500.00	0%
EMOSE - EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A	Actividades financeiras e de seguros	Participação Financeira	295,000.00	0%
FARMAC - SOCIEDADE DE FARMÁCIAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	Indústrias transformadoras	Participação Financeira	40,000.00	0%
LAM - LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	Transportes e armazenagem	Estratégica - Estruturante	1,710,523.00	2%
MEDIMOC,S.A**	Actividades de saúde humana e apoio social	Participação Financeira	59,262.00	0%
MONTE BINGA, S.A	Outras actividades de serviços	Participação Financeira	250,000.00	0%
NOTÍCIAS - SOCIEDADE NOTÍCIAS, S.A	Actividades de informação e de comunicação	Participação Financeira	437,000.00	0%
PETROMOC - PETROLEOS DE MOÇAMBIQUE, S.A	Transportes e armazenagem	Estratégica - Estruturante	8,300,000.00	9%
SMM - SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE MEDICAMENTOS, S.A	Indústrias transformadoras	Estratégica	800,000.00	1%
STEMA - SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A	Transportes e armazenagem	Participação Financeira	245,935.00	0%
TMCEL - MOCAMBIQUE TELECOM, SA	Actividades de informação e de comunicação	Estratégica - Estruturante	14,075,701.87	15%
TRANSMARÍTIMA, S.A	Transportes e armazenagem	Participação Financeira	120,000.00	0%
TOTAL			91,441,323.11	100%

*Empresas excluídas do perímetro de análise por estarem em processo de extinção

**Empresa excluída do perímetro por estar em processo de alienação

Fonte: IGEPE

ii. ANEXO 2. Desempenho Económico-Financeiro Agregado 2020 (em milhões de MT)

No.	EMPRESAS PÚBLICAS	Capital Social	Fundos Proprios	Activo	Passivo	Resultado Operacional	Resultado Financeiro	Resultado Líquido	Classificação	Sector de Actividade
1	ADM	4 537,48	-975,79	35 147,69	36 123,48	-957,78	-4 402,87	-3 434,75	Estratégica e Estruturante	Transportes e armazenagem
2	C.F.M	1 242,98	39 672,26	57 374,65	17 702,39	4 922,29	2 886,42	5 226,67	Estratégica e Estruturante	Transportes e armazenagem
3	CORREIOS	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	Interesse Económico - Financeiro	Transportes e armazenagem
4	EDM	6 197,20	71 355,85	252 991,11	181 635,26	-3 921,54	-9 505,53	-9 195,58	Estratégica e Estruturante	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
5	EMODRAGA	2 448,69	3 184,17	4 351,38	1 167,20	102,49	-15,95	90,29	Estratégico Social	Transportes e armazenagem
6	ENH	749,00	14 727,38	90 696,60	75 969,22	-91,55	871,37	644,43	Estratégica e Estruturante	Indústrias Extractivas
7	HICEP	12,50	29,61	428,46	398,85	1,88	-0,17	1,71	Estratégico Social	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
8	INM	25,00	152,92	256,86	103,94	0,35	0,76	0,74	Estratégico Social	Actividades de informação e de comunicação
9	ENPCT	441,60	391,49	418,58	27,09	-4,78	0,50	-4,28	Estratégico Social	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
10	RBL	15,00	32,63	266,93	234,30	-0,82	-0,48	-1,31	Estratégico Social	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
11	RM	122,00	-1 035,22	625,48	1 660,70	143,78	-8,30	135,48	Estratégico Social	Actividades de informação e de comunicação
12	TVM	14,91	-282,95	552,48	835,42	-744,37	-9,80	-220,40	Estratégico Social	Actividades de informação e de comunicação
	a) Sub - Total	15 806,37	127 252,36	443 110,22	315 857,86	-550,06	-10 184,05	-6 757,01		

Nº	EMPRESAS MAIORITÁRIAS	Capital Social	Fundos Proprios	Activo	Passivo	Resultado Operacional	Resultado Financeiro	Resultado Líquido	Classificação	Sector de Actividade
1	BNI	2 240,00	3 405,76	9 154,23	5 748,46	216,61	621,83	137,51	Estratégica e Estruturante	Actividades financeiras e de seguros
2	CAIC	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	Interesse Económico - Financeiro	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
3	CPMZ	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	Interesse Económico - Financeiro	Transportes e armazenagem
4	DOMUS	1,27	85,54	222,20	136,66	21,92	-7,66	-6,26	Interesse Económico - Financeiro	Actividades Imobiliárias
5	EMEM	1 500,00	903,90	3 518,70	2 614,79	-78,53	-529,66	-385,23	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Extractivas
6	EMOSE	295,00	8 532,77	19 741,05	11 208,28	979,18	n/a	627,41	Interesse Económico - Financeiro	Actividades financeiras e de seguros
7	FARMAC	0,02	-18,25	61,42	79,67	1,06	-0,64	0,42	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Transformadoras
8	LAM	2 318,50	-17 100,54	3 974,65	21 075,18	-4 679,99	-1 353,09	-6 027,76	Estratégica e Estruturante	Transportes e armazenagem
9	MONTE BINGA, S.A	0,25	326,05	412,91	86,86	-0,37	0,02	-0,35	Interesse Económico - Financeiro	Outras actividades de serviços
10	PETROMOC, S.A	8 300,00	-1 393,14	25 105,54	26 498,68	4 704,31	-2 968,21	2 002,98	Estratégica e Estruturante	Transportes e armazenagem
11	SMM	800,00	443,43	739,22	295,79	-37,55	-40,73	-78,28	Estratégico Social	Indústrias Transformadoras
12	NOTÍCIAS, S.A	437,00	286,53	408,06	121,53	-30,75	-6,07	-37,12	Interesse Económico - Financeiro	Actividades de informação e de comunicação
13	STEMA	245,94	3,85	420,56	416,70	-45,71	-41,92	-87,86	Interesse Económico - Financeiro	Transportes e armazenagem
14	TMCEL	10 570,40	887,93	26 634,15	25 746,22	-3 228,12	-2 297,40	-5 525,52	Estratégica e Estruturante	Actividades de informação e de comunicação

15	HCB	26 513,40	70 436,43	75 126,53	4 690,10	11 835,39	4,27	9 824,09	Estratégica e Estruturante	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
16	MEDIMOC	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	Interesse Económico - Financeiro	Actividades de saúde humana e apoio social
17	TRANSMARITIMA	600,00	87,62	216,49	128,87	-192,23	0,51	-191,72	Interesse Económico - Financeiro	Transportes e armazenagem
18	SEMOG	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	Interesse Económico - Financeiro	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
19	EMOPECA	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	Interesse Económico - Financeiro	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
	b) Sub - Total	53 821,77	66 887,89	165 735,69	98 847,80	9 465,22	-6 618,75	252,32		

TOTAL SEE a) + b)	69 628,14	194 140,25	608 845,91	414 705,66	8 915,15	-16 802,79	-6 504,69
--------------------------	------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-----------------	-------------------	------------------

No.	MINORITARIAS	Capital Social	Fundos Proprios	Activo	Passivo	Resultado Operacional	Resultado Financeiro	Resultado Líquido	Classificação	Sector de Actividade
1	AÇUCAREIRA DE MOÇAMBIQUE, S.A	1 506,47	-1 253,63	1 026,33	2 279,96	-42,66	6,65	-276,70	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Transformadoras
2	AÇUCAREIRA DE XINAVANE, S.A	3 204,50	3 523,22	10 837,85	15 203,93	-1 961,11	-344,69	252,14	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Transformadoras
3	AUTO - GÁS, S.A	40,60	34,15	56,13	21,99	24,98	0,97	0,12	Interesse Económico - Financeiro	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
4	CARTEIRA MÓVEL, S.A	125,00	-455,48	27,01	482,48	-23,43	-4,30	-27,73	Interesse Económico - Financeiro	Actividades financeiras e de seguros
5	CDM,S.A	317,00	15 533,00	26 854,00	11 321,00	1 648,00	-1 163,00	242,00	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Transformadoras
6	CIM, S.A	1 777,15	1 221,63	2 823,44	1 601,80	-338,99	69,02	-155,16	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Transformadoras

7	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A	2 471,05	102,84	8 202,34	8 099,50	-2 223,05	-1 533,53	-3 860,91	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Transformadoras
8	COCA - COLA, S.A	1 973,50	4 220,41	10 157,67	5 937,26	636,92	-847,67	-161,35	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Transformadoras
9	COMPANHIA DE SENA, S.A	3 134,18	-19 148,95	3 469,89	22 618,84	-1 297,16	-2 055,86	-3 349,90	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Transformadoras
10	CMG, S.A	119,42	2 551,44	8 690,48	6 139,04	1 697,36	-1 153,38	367,09	Interesse Económico - Financeiro	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
11	CMH, S.A	1 871,21	15 062,00	23 749,38	8 687,38	1 415,41	-48,38	885,11	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Extractivas
12	GAPI, S.A	195,64	464,83	1 990,32	1 525,49	29,06	47,61	0,08	Interesse Económico - Financeiro	Actividades financeiras e de seguros
13	HOTEL CARDOSO, S.A	9,36	226,14	279,66	53,52	-89,67	-2,59	-92,56	Interesse Económico - Financeiro	Alojamento, restauração e similares
14	IFLOMA, S.A	39,06	-1 006,01	876,55	1 942,56	147,00	-98,18	47,16	Interesse Económico - Financeiro	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
15	BIM , S.A	4 500,00	37,58	185,35	147,77	5 888,15	n/a	5 124,90	Interesse Económico - Financeiro	Actividades financeiras e de seguros
16	MOZAL, S.A	54,83	69 394,68	86 024,33	16 629,65	9 722,24	-4,09	9 249,10	Interesse Económico - Financeiro	Indústrias Extractivas
17	EMERITUS RESSEGUROS, S.A	n/a	n/a	n/a	n/a	305,13	n/a	49,71	Interesse Económico - Financeiro	Actividades financeiras e de seguros
18	NORSAD , SA	9 004,38	9 496,55	12 967,01	3 470,46	609,77	20,28	69,71	Interesse Económico - Financeiro	Actividades financeiras e de seguros
19	TELEDATA	100,00	112,63	460,78	348,15	21,27	-11,56	9,71	Interesse Económico - Financeiro	Actividades de informação e de comunicação
	c) Sub - Total	30 443,37	100 117,03	198 678,52	106 510,78	16 169,23	-7 122,70	8 372,54		
	TOTAL GERAL a)+b)+c)	100 071,51	294 257,28	807 524,43	521 216,44	25 084,38	-23 925,49	1 867,85		

Tipo de Empresas	Capital Social	Fundos Proprios	Activo	Passivo	Resultado Operacional	Resultado Financeiro	Resultado Líquido
EMPRESAS PÚBLICAS - a)	15 806,37	127 252,36	443 110,22	315 857,86	-550,06	-10 184,05	-6 757,01
EMPRESAS MAIORITÁRIAS E EXCLUSIVAS - b)	53 821,77	66 887,89	165 735,69	98 847,80	9 465,22	-6 618,75	252,32
MINORITARIAS - c)	30 443,37	100 117,03	198 678,52	106 510,78	16 169,23	-7 122,70	8 372,54
TOTAL SEE a) + b)	69 628,14	194 140,25	608 845,91	414 705,66	8 915,15	-16 802,79	-6 504,69
TOTAL GERAL a)+b)+c)	100 071,51	294 257,28	807 524,43	521 216,44	25 084,38	-23 925,49	1 867,85
Empresas por Importância	Capital Social	Fundos Proprios	Activo	Passivo	Resultado Operacional	Resultado Financeiro	Resultado Líquido
ESTRATÉGICA E ESTRUTURANTE E	62 668,96	181 016,15	576 205,15	395 189,00	8 799,62	-16 143,21	-6 347,93
ESTRATÉGICO-SOCIAL	3 879,70	2 916,09	7 639,39	4 723,30	-539,03	-74,16	-76,05
INTERESSE ECONÓMICO - FINANCEIRO	33 522,84	110 325,05	223 679,89	121 304,14	16 823,80	-7 708,12	8 291,83
TOTAL GERAL	100 071,51	294 257,28	807 524,43	521 216,44	25 084,38	-23 925,49	1 867,85
Sector de Actividade	Capital Social	Fundos Proprios	Activo	Passivo	Resultado Operacional	Resultado Financeiro	Resultado Líquido
ACTIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO DE	11 269,31	121,84	28 937,81	28 815,96	-3 837,84	-2 332,36	-5 637,10
ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS	16 360,02	21 482,01	44 064,96	22 582,95	8 004,48	685,42	5 981,60
ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	1,27	85,54	222,20	136,66	21,92	-7,66	-6,26
AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA	39,06	-1 006,01	876,55	1 942,56	147,00	-98,18	47,16
ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO	32 870,62	144 377,86	336 864,25	192 486,39	9 636,19	-10 653,67	995,72
INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	4 175,04	100 087,97	203 989,01	103 901,04	10 967,57	289,24	10 393,41

INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	15 183,87	4 623,70	64 172,15	67 437,74	-3 614,54	-5 910,44	-7 387,75
TRANSPORTES E ARMAZENAGEM	19 693,59	23 478,45	126 590,95	103 112,50	3 853,39	-5 895,11	-2 422,14
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	27,50	62,24	695,40	633,16	1,05	-0,65	0,40
ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES	441,60	391,49	418,58	27,09	-4,78	0,50	-4,28
ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	9,36	226,14	279,66	53,52	-89,67	-2,59	-92,56
OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS	0,25	326,05	412,91	86,86	-0,37	0,02	-0,35
TOTAL GERAL	100 071,51	294 257,28	807 524,43	521 216,44	25 084,38	-23 925,49	1 867,85